

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Aldinéia do Socorro Oliveira Maia

**TRABALHO, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS:
A DIMENSÃO PRIVADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**BELÉM
2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Aldinéia do Socorro Oliveira Maia

**TRABALHO, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS:
A DIMENSÃO PRIVADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Mestrado em Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal do Pará.

**BELÉM
2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Aldinéia do Socorro Oliveira Maia

**TRABALHO, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS:
A DIMENSÃO PRIVADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Mestrado em Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal do Pará.

Banca Examinadora

_____. Orientador
Professor Doutor Hélder Boska de Moraes Sarmiento

_____. Examinadora
Professora Doutora Heliana Evelin Baía

_____. Examinador
Professor Doutor Aluizio Lins Leal

Conceito: Aprovado

Julgado em: 27/03/2007

**BELÉM
2007**

Ao meu pai querido e muito amado, José Raimundo, (*in memoriam*), presença viva em minha vida e em minhas orações. Infinitas saudades!

A minha mãe linda, Maria Lúcia, pelo exemplo de garra e determinação que demonstra em cada circunstância da vida.

Aos meus irmãos e amigos pela demonstração ilimitada de amor e amizade.

AGRADECIMENTOS

Grande é a gratidão que guardo em relação a todos aqueles que me acompanharam durante o processo de elaboração dessa dissertação. Entretanto, não é um simples agradecer que quero dedicar a eles. Quero mais! Quero poder registrar, no corpo desse texto, o quanto cada um desempenhou um papel importantíssimo na elaboração desse trabalho e, aqui, incluo, não só aos que me ajudaram, efetivamente, na construção dessa dissertação, mas aos amigos e colegas que partilharam comigo idéias, fomentaram discussões, que me trouxe grandes aprendizados e verdadeiras lições de vida.

Dessa forma, dirijo meu maior agradecimento aos meus pais, por todo o apoio em todos esses anos, ensinando-me, principalmente, a importância da construção e coerência de meus próprios valores. A meu pai, por ter me ensinado o valor da vida e o quanto vale a pena lutarmos por ela. A minha mãe agradeço, pela sua paciência infinita e sua crença absoluta na capacidade de realização a mim atribuída.

Agradeço, igualmente, aos meus incríveis irmãos, Anderson, Aldilene, Sandra, Selma, Sílvia e a meus cunhados Letícia e Marcelo, pela união, respeito e amor com que cultivam a nossa relação.

Às princesinhas de minha vida, Ana Beatriz, Giovana, Lívia e Laís, pela alegria que trazem a cada nova descoberta.

Aos meus sobrinhos Gabriela, Suelem, Patrícia, Maiara, Washington, Wiliam e Larissa, pela alegria e a sinceridade que transmitem a todos.

À professora Doutora Rosely Giordano, exemplo de garra e coragem, que em virtude das “circunstâncias” não pôde prosseguir na minha orientação, mas que deixou registrada em minha memória o valor de seus ensinamentos.

Ao professor Doutor Aluizio Lins Leal, pela amizade, generosidade, disponibilidade e dedicação com que me ajudou na construção deste trabalho. Muito obrigada por permitir que eu dividisse com você as minhas fragilidades e os momentos difíceis de elaboração teórica.

Ao professor Doutor Hélder Boska, pela consideração de ter aceito a orientação de minha dissertação, na esperança de retribuir, com a seriedade de meu trabalho, a confiança em mim depositada.

Ao professor Doutor Carlos Lima, pela amizade, pelo carinho e por se mostrar sempre tão disponível a me ajudar, seja no fornecimento de textos e/ou outros materiais bibliográficos, ou mesmo no consolo de uma palavra amiga.

À professora Doutora Heliana Baía, pelas observações feitas ao meu trabalho, na oportunidade do exame de qualificação.

À dona Criseida, seu Antônio e Taís, pelo afago, amor, carinho e amizade demonstrados em todos os momentos de minha vida. A vocês o meu mais profundo respeito e admiração.

A todos os meus amigos, em especial, a alguns que faço questão de referenciar, tais como: à Damásia, pelos conselhos, apoio e, fundamentalmente, pela amizade sólida; à Samira, pela presença constante, à Milena, pelo apoio irrestrito dado em todos os momentos da minha vida, principalmente, naqueles em que sozinha não conseguiria suportar a dor; à Graça, pela amizade e pelo conforto espiritual; à Valéria, por ser tão grande amiga que se tornou imprescindível em minha vida; ao Mauro, por todo o apoio e a torcida verdadeira pra que tudo terminasse bem, à Socorro Oliveira, por fazer a vida parecer tão leve; à Socorro Sanches, pela descoberta de uma autêntica amizade; à Michele, pela alegria compartilhada, mesmo nos momentos de tristeza; à Carla, pelo carinho; ao Melqui, pelo respeito e solidariedade; à Miriam, pelas dúvidas compartilhadas e pelas vibrações positivas, à Rosiane Souza, pelas palavras de incentivo, ao César, pela amizade e pela ajuda nas correções deste texto; ao Junior, pelo conforto de uma amizade que resiste ao tempo e ao Marcos, por ser, é claro, um grande amigo.

Agradeço, ainda, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida durante o último ano do curso.

Por fim quero agradecer a todos aqueles ex-colegas de trabalho, colegas de curso, etc., que não tiveram seus nomes registrados aqui, mas que por fazerem parte da minha história com toda a certeza merecem ser lembrados como aqueles que, também, de algum modo, contribuíram para a concretização das reflexões que faço neste estudo.

[...] De fato, como podia/ Um operário em construção/
compreender porque um tijolo/ valia mais do que um pão?/ [...] e
assim o operário ia/ Com suor e com cimento/ Erguendo uma casa
aqui/ Adiante um apartamento/ Além uma igreja, à frente/ Um quartel
e uma prisão:/ Prisão de que sofreria/ Não fosse, eventualmente/ Um
operário em construção./ Mas ele desconhecia/ Esse fato
extraordinário:/ **Que o operário faz a coisa/ E a coisa faz o
operário.**/ De forma que, certo dia/ À mesa, ao cortar o pão/ O
operário foi tomado/ De uma súbita emoção/ Ao constatar
assombrado/ Que tudo naquela mesa/ - Garrafa, prato, facão/ Era ele
quem os fazia/ Ele, um humilde operário,/ Um operário em
construção./ [...] /E o operário ouviu a voz/ De todos os seus irmãos/
Os seus irmãos que morreram/ Por outros que viverão./ **Uma
esperança sincera/ Cresceu no seu coração/ E dentro da tarde
mansa/ Agigantou-se a razão/ De um homem pobre e esquecido/
Razão porém que fizera/ Em operário construído/ O operário em
construção** (MORAES, 2007. **Grifo nosso**).

RESUMO

Trabalho, Estado e Políticas Sociais: a dimensão privada da assistência social é um conjunto de reflexões que tem por objetivo fundamental discutir a questão do trabalho e das condições em que o mesmo se realiza na sociedade capitalista, em especial, na periferia – caso que se inclui a sociedade brasileira, sublinhando nele, o papel desempenhado pelo Estado, através da execução de suas políticas sociais, e o papel do segmento privado, em particular, o conduzido por instituições como o Serviço Social do Comércio (SESC). Neste sentido, essa dissertação se propõe a analisar as razões históricas e sociais que justificaram o aparecimento, no cenário nacional, de instituições privadas de assistência social, voltadas a oferecer serviços que possibilitassem ao trabalhador a recomposição das suas condições físicas e psíquicas, tendo em vista a elevação da produtividade do trabalho. Outrossim, procurou-se alcançar os fundamentos que motivaram a atuação estatal no enfrentamento das questões sociais, privilegiando-se seus determinantes políticos e econômicos, que alicerçaram as ações desenvolvidas pelo segmento privado. A partir desses pressupostos, a discussão centra-se na análise das ações propriamente desenvolvidas pelo SESC, na tentativa de compreensão do papel desempenhado pela instituição no quadro das políticas de assistência social do Brasil.

Palavras-chave: Trabalho – Estado – assistência – políticas sociais.

RESUME

Ce travail – **Travail, État et Politiques Sociales: la Dimension Privée de l'Assistance Sociale** – est un ensemble de réflexions qui objective mettre en cause la question du travail et des conditions par lesquelles il se développe dans la société du Capital, espécifiquement dans la périphérie – le cas où se place la société brésilienne – soulignant le rôle joué par l'État à travers des politiques sociales, aussi que le rôle du sécteur privé , particulièrement cela conduit par établissements comme le SESC. Tout d'abord, cette dissertation se propose à analyser les raisons historiques et sociales qui ont justifié la naissance, dans la scène nationale, des établissements d'assistance sociale qui offrent des services qui permettent aux travailleurs la récomposition des conditions physiques et émotionnelles, envisageant l'élévation de la productivité du travail. Aussitôt, on cherchait comprendre les fondements qui motivent les efforts de l'État en résoudre les questions sociales, et en favorisant les déterminants politiques et économiques qui suportent les actions développées par le sécteur privé. En départant de ces prémisses, la querelle est centrée dans l'analyse des actions développées par le SESC, vers la tentative de comprendre le rôle joué par cet établissement dans le scénario des politiques d'aide sociale privées au Brésil.

Mots-clefs : Travail – État – assistance – Politiques Sociales.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O TRABALHO COMO FUNDAMENTO DA EXISTÊNCIA SOCIAL DO HOMEM	21
3. ESTADO E SOCIEDADE CAPITALISTA: OS DETERMINANTES DO CONTEXTO DO TRABALHO NA ORDEM DO CAPITAL	37
4. ACERCA DO TRABALHO E OS EFEITOS SOBRE O TRABALHADOR	50
4.1 – OS EFEITOS DO SISTEMA DE TRABALHO CAPITALISTA SOBRE A MASSA TRABALHADORA	50
4.2. A INTEGRAÇÃO DO BRASIL AO CAPITALISMO MODERNO	56
5 – UM OLHAR ACERCA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL	68
6. CONSIDERAÇÕES SOBRE O SESC E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIDA DOS TRABALHADORES	84
6.1. O SESC ENQUANTO RESPOSTA A MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA	84
6.2. O SESC NO PARÁ	97
7. SÍNTESE E CONCLUSÕES	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

1. INTRODUÇÃO

No te quedes inmóvil/ al borde del camino/ no congeles el júbilo/ no quieras con desgana/ no te salves ahora / ni nunca/ no te salves/ no te llenes de calma/ no reserves del mundo/ sólo un rincón tranquilo/ no dejes caer los párpados/ pesados como juicios/ no te quedes sin labios/ no te duermas sin sueño/ no te pienses sin sangre/ no te juzgues sin tiempo/ pero si/ pese a todo/ no puedes evitarlo/ y congelas el júbilo/ y quieres con desgana/ y te salvas ahora/ y te llenas de calma/ y reservas del mundo/ sólo un rincón tranquilo/ y dejas caer los párpados/ pesados como juicios/ y te secas sin labios/ y te duermes sin sueño/ y te piensas sin sangre/ y te juzgas sin tiempo/ y te quedas inmóvil/ al borde del camino/ y te salvas/ entonces/ no te quedes conmigo. (BENEDETTI, 2007).

É minha intenção, nessa dissertação, apresentar um estudo sobre a questão do trabalho e das condições em que o mesmo realiza-se na sociedade capitalista e, em especial, na periferia – caso em que se inclui a sociedade brasileira – sublinhando, nele, o papel desempenhado pelo Estado, – por meio da proposição e implementação de suas políticas sociais – e o papel de instituições do segmento privado, em particular, o desempenhado pelo Serviço Social do Comércio (SESC), como forma de elevar a produtividade do trabalho. Nessa perspectiva, inicio o estudo abordando algumas dimensões essenciais do trabalho enquanto categoria central para a análise da sociedade, a partir da concepção marxista.

Antes de discorrer sobre a temática aqui apresentada, importa relatar, ainda que brevemente, os caminhos por mim percorridos, ao longo da minha vida acadêmica e profissional, posto que foram tais caminhos que me fizeram chegar à pós-graduação em Serviço Social e a pretender realizar um estudo que, de modo geral, discuta a questão do trabalho, trazendo em seu bojo uma problemática que não tem me permitido (cf. BENEDETTI, 2007) “ficar imóvel a beira do caminho”, qual seja, o estado constante de exclusão e desigualdade social a que somos constrangidos a vivenciar diariamente.

Nesse sentido, em 2000, ainda como acadêmica do terceiro semestre do curso de pedagogia da UFPA, realizei uma pesquisa junto a crianças da rede pública de ensino, moradoras da Vila da Barca, periferia do Município de Belém. Naquela ocasião, buscava verificar a eficácia (ou não) do Programa Bolsa-Escola, no que concerne às taxas de

aprovação e reprovação das crianças por ele beneficiadas nessa comunidade. A partir da análise dos dados levantados durante a pesquisa, pude verificar a eficácia desse Programa, no que se refere ao aumento: (a) do tempo de permanência das crianças beneficiadas pelo programa; (b) das taxas de aprovação e, conseqüentemente, (c) uma diminuição nas taxas de reprovação. Esses resultados, entretanto, não poderiam deixar de ser vistos, por mim, de forma inquietadora, crítica e questionadora, tendo em vista que, muito embora fossem animadores – sendo mesmo, para muitos, suficientes – não constituíam, nem representavam uma solução definitiva para os problemas educativos e sociais impostos pela exclusão social, exclusão essa promovida pela política econômica neoliberal do Estado brasileiro.

Ainda em 2000, iniciei minhas atividades docentes no SESC/Ananindeua, na condição de estagiária da educação infantil, permanecendo, nessa condição, durante dois anos na instituição.

Já em 2003, por ocasião da finalização e defesa do meu Trabalho de Conclusão de Curso¹, em que problematizei a questão da infância e sua educação, uma vez que a insatisfação em relação aos resultados percebidos na pesquisa na Vila da Barca, juntamente com a experiência docente em classes de educação infantil, aguçou, ainda mais, meu interesse em refletir acerca da educação infantil e das políticas públicas que vêm sendo implementadas nacionalmente, posto que, mais do que interessada em **reformas** sociais/educacionais, que visassem apenas à permanência transitória da criança na escola. Interessava-me, para além da relevância do tema desse projeto de pesquisa, reivindicar a dignidade da infância, ou seja, o direito à vida em uma sociedade justa e, por conseguinte, o direito à escola e a uma educação capaz de promover o pleno exercício da subjetividade, da cidadania e da humanidade.

Reivindicar a dignidade da infância implica denunciar a violência infantil, reivindicando, igualmente, a justiça social, o direito à educação escolar, à subjetividade e,

¹ Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, realizado na Universidade Federal do Pará. *Políticas Públicas e Educação Infantil: um olhar a partir da Teoria Crítica*, orientado pela professora Dra. Rosely Giordano.

portanto, ao pleno exercício da cidadania, proposições essas que vão ao encontro de um projeto de sociedade comprometido com a transformação social e com a construção de um mundo justo.

Após a finalização do meu estágio, fui selecionada a ingressar no quadro funcional do SESC Ananindeua, atuando como professora de classes da educação infantil e fundamental, passando a ocupar um novo papel na instituição que me requereria, por consequência, novas exigências.

Embora as experiências, tanto na academia, por meio do estudo e da pesquisa, quanto no trabalho, demandassem discussões diferenciadas, em virtude das especificidades de cada uma, em todas elas havia um fio condutor que as unia a minha história de vida, como acadêmica do curso de Pedagogia, ou professora de educação infantil, funcionária do SESC/Ananindeua, ou mesmo, enquanto alguém que não “dorme sem sonhos” (cf. BENEDETTI, 2007), sonhos esses que têm alimentado a minha esperança de construirmos uma sociedade justa e igual para todos, um mundo outro. Em outras palavras, um mundo no qual não tenhamos que sobreviver no trabalho, nas escolas, nas ruas, mas, que possamos sim, **viver** dentro e fora desses espaços sem, entretanto, como diria o poeta, ter que *congelar a alegria*.

Comprometer-me com um pensamento assim, requer, portanto, a todo instante, um (re)pensar crítico sobre a realidade vivida e, por conseguinte, sobre as determinações econômicas e sociais que nos obrigam a viver em um mundo tão desigual e excludente. Foi, deste modo, com esse olhar, que atravessei os anos de estágio e trabalho no SESC/Ananindeua e pude, ao menos em um primeiro momento, inquietar-me diante da funcionalidade e do papel desempenhado pela instituição frente às determinações impostas pelo capital.

O que se quer, portanto, ao colocar em discussão o trabalho e as condições em que o

mesmo se realiza, no interior da sociedade capitalista, é tentar, a partir do embate teórico-metodológico, buscar condições de produção e de organização de conhecimentos na pesquisa social que constituam contribuição ao exercício acadêmico igualmente comprometido, diante da perspectiva do novo, ou seja, uma sociedade diferente, transformada, em que seja possível afirmar um pensar diferenciado, uma consciência não mais modelada e totalmente adaptada à ideologia – eficiente instrumento da dominação.

Essa perspectiva implica, necessariamente, a proposição de estarmos repensando a própria constituição da *classe que vive do trabalho*², enquanto classe social, enquanto indivíduos que precisam fazer uso de um pensamento que seja verdadeiramente seu, de modo que possam se reconhecer enquanto sujeitos de si e não de outrem.

Propor a necessidade da análise e crítica das condições objetivas e subjetivas às quais os trabalhadores hoje, vêm sendo submetidos, uma vez que realizam um trabalho marcado pelo estímulo à competitividade e ao individualismo, condições que fragilizam e fragmentam a classe trabalhadora, guarda semelhanças com o projeto político que me moveu a realizar a pesquisa junto às crianças da Vila da Barca, criticando o caráter assistencialista de programas que compensam falhas estruturais das políticas públicas por meio de soluções paliativas (como é o caso das bolsas-família, bolsa-escola, cotas para negros, etc.), tanto quanto com o projeto político que me motivou, ao longo da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso, a discutir, criticamente, as políticas educacionais que, anunciando a formação do indivíduo e sua preparação para o exercício da cidadania, terminam por adestrá-lo para o trabalho, disciplinando-o para o convívio em uma sociedade cuja lógica é a do mercado.

A dissertação de mestrado **Trabalho, Estado e Políticas Sociais: A Dimensão**

² Ricardo Antunes utiliza esse sinônimo analítico para referir-se a noção contemporânea e ampliada da classe trabalhadora, uma vez que para o autor, esta visão ampliada de classe trabalhadora compreenderia a totalidade dos assalariados, dos homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção, não tendo outra alternativa de sobrevivência senão o seu assalariamento. Ver a respeito ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.

Privada da Assistência Social ao discutir, portanto, as condições de trabalho, bem como o papel desempenhado por instituições privadas que realizam ações no âmbito da assistência social, na conformação do indivíduo trabalhador, vincula-se à linha de pesquisa Serviço Social, Gestão de Políticas e Direitos Sociais, priorizando discutir as questões mais especificamente voltadas às políticas sociais que, anunciando a formação de um novo trabalhador, mais “capacitado” e “dinâmico”, terminam por adestrá-lo e submetê-lo à realização de um trabalho desgastante e sem prazer, disciplinando-o para o convívio em uma sociedade cuja lógica é a do mercado e cuja vida é a própria morte dos que trabalham.

Construir, contudo, a dissertação, aqui, exposta foi tarefa marcada por uma série de obstáculos que significaram mudanças de rumo e a busca por novas opções. Inicialmente, tinha como proposta de investigação um estudo voltado ao **trabalho** e à **saúde** do trabalhador. A necessidade de relacionar o trabalho à saúde surgiu durante o desenvolvimento de minhas atividades profissionais, no SESC/Ananindeua. Lá percebi, por meio da vivência diária, que muitos trabalhadores enfatizavam o trabalho como condição central de suas vidas, a ponto de descrevê-las a partir das suas experiências profissionais. Além disso, alguns destes trabalhadores relacionavam, diretamente, o trabalho exaustivo, ao qual são submetidos, à precariedade do seu estado de saúde atual. A proposta era a de estar desenvolvendo uma pesquisa que discutisse acerca dos impactos causados pelas mutações no mundo do trabalho sobre as condições de saúde dos trabalhadores do SESC/Ananindeua. Para isso, havia planejado realizar entrevistas semi-estruturadas com os funcionários da referida instituição, a fim de apreender, por meio das histórias de vida desses trabalhadores, o modo como o processo de reestruturação do capital e as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho afetariam o estado de saúde deles.

Tal objetivo não pôde ser concretizado; contudo, foram postos à minha disposição vários documentos referentes à história, princípios e objetivos do SESC fornecidos pela

própria instituição, além da colaboração de alguns funcionários que foram autorizados a me fornecer informações gerais referentes a ela.

Diante de tal situação, comecei a trilhar um novo caminho, tendo como base as informações de que já dispunha – tanto do material que me havia sido fornecido, quanto do fruto da minha experiência como ex-funcionária daquela instituição.

Ao deparar-me, no entanto, com os dados que foi possível obter vi que o que mais se destacava, neles, não era a questão da saúde dos trabalhadores em si, mas, fundamentalmente, o papel que aquela instituição desempenhava no horizonte histórico da sociedade brasileira.

Assim, fui buscar nos documentos oficiais sobre a instituição e nos relatos³ guardados em meus registros, os elementos que dessem conta de discutir de que modo os serviços oferecidos pela instituição contribuíssem para a recomposição física e psíquica do trabalhador.

Essa dissertação visa, portanto, refletir sobre o papel desempenhado por uma instituição que presta serviços de assistência social num contexto que tem aprofundado a constante piora das condições sociais de trabalho. Visa, do mesmo modo, refletir acerca das relações que se estabelecem entre o SESC e as Políticas Sociais do Estado brasileiro contemporâneo, a fim de analisar o modo como essa instituição privada tem atendido à funcionalidade⁴ do Estado, por meio da prestação de serviços sociais e, conseqüentemente, os efeitos dessas ações sobre as práticas do trabalho e sobre os próprios trabalhadores.

A fim de alcançar esse objetivo, foram realizadas a leitura e a análise de documentos oficiais sobre o momento da criação e desenvolvimento do SESC no Brasil, na tentativa de apreender – para além de uma interpretação legalista dos mesmos – os momentos de encontro

³ Tais relatos foram sendo acumulados ao longo dos seis anos em que estive exercendo atividades profissionais na instituição, período em que pude, por meio de conversas, nas reuniões e eventos institucionais diversos conhecer de perto a estrutura e a dinâmica operacional da instituição.

⁴ Entende-se por funcionalidade o papel desempenhado pelo Estado, diante do desenvolvimento e da expansão da sociedade capitalista.

entre as políticas sociais voltadas à reprodução dos trabalhadores e o conteúdo histórico do solo material em que essas políticas foram propostas. Em outras palavras, procurei entender como surgiram historicamente as instituições assistenciais, no Brasil, em particular, o SESC. Um olhar e um pensar dialéticos.

Para além disso, são objetivos dessa dissertação: **(1)** realizar uma análise teórica acerca da centralidade da categoria trabalho, no sentido de estar compreendendo a sua natureza e as relações de produção que emergem a partir dos elementos materiais do processo de trabalho; **(2)** discutir o papel que as políticas sociais ocupam no âmbito da sociedade capitalista, enfatizando o papel que o SESC ocupa dentro do quadro das políticas de Assistência Social. **(3)** analisar os documentos referentes à criação e desenvolvimento do SESC, no Brasil e no Pará, no sentido de verificar de que forma essa instituição vem contribuindo (ou não) para a formação de trabalhadores que atendam as atuais condições da sociedade capitalista.

Este trabalho resulta, pois, de uma pesquisa de natureza documental e bibliográfica que tem como rota teórico-metodológica o enfoque materialista histórico-dialético, na tentativa de buscar uma compreensão mais ampla sobre o trabalho e das condições em que o mesmo se desenvolve na sociedade capitalista. Neste sentido, visa contribuir para o avanço teórico nas áreas concernentes a seu objeto de investigação, favorecer uma leitura reflexiva e problematizadora do serviço prestado por instituições assistenciais voltadas ao trabalhador .

Dessa forma, esse trabalho acadêmico, mais do que constituir uma dissertação de mestrado, quer ser momento de reflexão que contribua para o crescimento qualitativo da produção científica do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal do Pará, no âmbito das questões que envolvem as políticas sociais e os direitos sociais do trabalhador.

Para a concretização da análise desta pesquisa, organizei os caminhos percorridos nessa dissertação – tanto quanto me foi possível avançar, por meio de análises e sínteses, na

tentativa de delimitar o tema e o problema do texto, além desta introdução – em mais seis capítulos:

O segundo capítulo, intitulado **O Trabalho Como Fundamento da Existência Social do Homem**, em que é analisada a categoria trabalho, enquanto fundamento ontológico sobre o qual se erguem as relações sociais e, portanto, enquanto elemento constitutivo do humano. Em outras palavras, o trabalho é analisado como anterioridade lógica de toda organização social. Por outro lado, considerando, também, nesse primeiro capítulo, as atuais condições socioeconômicas, políticas e culturais no interior das quais o trabalho é realizado, busca-se apreender a condição alienada do trabalho, condição essa que promove a danificação do indivíduo e a transformação do homem em mercadoria. A categoria trabalho é tomada, nesse sentido, como vetor das demais categorias utilizadas para a análise do tema/problema da investigação proposta;

Em **Estado e Sociedade Capitalista: Os Determinantes do Contexto do Trabalho na Ordem do Capital**, o terceiro capítulo, em que busquei refletir acerca da organização da produção capitalista, discutindo desde a origem da formação do Estado até sua constituição e seu papel na sociedade capitalista, atribuindo ênfase à constituição e papel assumido pelos Estados dos países subdesenvolvidos no quadro de crescimento e crise de todas as nações;

O quarto capítulo, **Os Efeitos do Sistema de Trabalho Capitalista Sobre os Trabalhadores**, onde discuto o processo de desenvolvimento histórico das condições de trabalho e vida do trabalhador na sociedade capitalista até os dias atuais, momento em que se impõe uma série de transformações na organização da produção capitalista, o que tem implicado, dialeticamente, transformações na organização do trabalho e nas condições de vida da classe trabalhadora. Desenvolvo, ainda, nesse capítulo, um tópico para discutir a formação do Estado capitalista no Brasil, destacando os elementos que impulsionaram o surgimento de Instituições como o SESC;

Um Olhar Sobre as Políticas Sociais no Brasil, um quinto capítulo, procuro discorrer sobre as políticas sociais e o papel que elas ocupam no âmbito da sociedade capitalista, papel este marcado, principalmente, pelos interesses das classes políticas e econômicas dominantes. A proposta foi a de realizar uma discussão em torno do significado de política social, uma vez que a mesma é própria das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, que agem no sentido de mediar as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo;

O sexto capítulo, intitulado **Considerações Sobre o SESC e Suas Implicações na Vida dos Trabalhadores**, no qual busco responder à questão que anima este estudo, qual seja: de que modo o SESC tem conseguido atender a funcionalidade do Estado, por meio da prestação de seus serviços sociais, cujo objetivo é propiciar o aumento da produtividade. Ainda neste capítulo, discuto o papel que o SESC ocupa dentro do quadro das políticas de assistência social, já que o SESC constitui-se em uma instituição do segmento privado que atua em um espaço de “ausência” da ação do Estado;

Finalmente, o capítulo sétimo, **Síntese e Conclusões**, em que retomo, de modo sintético, as reflexões realizadas ao longo dessa Dissertação, bem como são tecidas algumas considerações finais sobre o tema e o problema investigados.

OBSERVAÇÃO

Todas as citações feitas neste trabalho são reproduzidas com absoluta fidelidade à grafia original da fonte, ainda que a mesma possa, eventualmente, apresentar possíveis desvios e/ou imprecisões ortográficos

2. O TRABALHO COMO FUNDAMENTO DA EXISTÊNCIA SOCIAL DO HOMEM

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. **O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem** (ENGELS, s.d, p. 269. **Grifo nosso**).

Propor como tema para reflexão o trabalho⁵ como a mais fundamental atividade humana implica compreendê-lo enquanto categoria central de análise. Implica, ainda, tratar das relações que se estabelecem entre a sua natureza e as relações de produção que emergem a partir dos elementos materiais do processo de trabalho.

Trata-se, aqui, portanto, de uma análise que, partindo da raiz do edifício social – a base econômica – coloca em relevo os aspectos mais propriamente culturais das formas de organização assumidas pelas relações de produção, e, conseqüentemente, os impactos da produção e da sua organização sobre o processo de formação da consciência e da subjetividade dos indivíduos.

Foi por meio do trabalho que o homem distinguiu-se dos animais. É digna de citação a distinção, feita por Marx, entre o pior arquiteto e a melhor abelha. Sem o trabalho, a vida cotidiana não se reproduziria, uma vez que é por meio do trabalho que o homem cria todo o necessário à sobrevivência material da sociedade:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto idealmente (MARX, 1988, p. 142-3).

O pressuposto básico de toda história humana é a necessidade de os indivíduos manterem-se vivos por meio da produção dos seus meios de vida. Deste modo, não há outra

⁵ Cumpre esclarecer que a categoria **trabalho** está, por opção teórico-metodológica e, certamente, política, subjacente ao olhar que preside a proposição desta dissertação de mestrado, dado ser o **trabalho** – em conformidade com a concepção marxiana – o elemento constitutivo do ser humano, ou em outras palavras, anterioridade lógica de toda organização social.

categoria do real, senão o trabalho, que permite ao homem responder às necessidades básicas de sua existência.

O trabalho, tomado a partir deste prisma, funda o ser social, já que sem a satisfação das necessidades básicas, operada pelo trabalho, nenhuma outra pode ser realizada, daí Leal (1989, p. 1), afirmar que “toda e qualquer outra atividade social se subordina ao trabalho como atividade social maior⁶”. Isto não quer dizer, entretanto, que a vida se restrinja ao trabalho, mas, sim, que não pode existir sem ele, dado o trabalho constituir o elo essencial entre o homem e a natureza e dos homens entre si.

É por meio do trabalho, dessa forma, que o homem desenvolve uma relação metabólica com a natureza e consigo, posto que ao trabalhar, ao mesmo tempo, não só a transforma, como também, se transforma a si mesmo:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1988, p. 142).

Essa transformação do homem, que decorre do caráter essencial do trabalho proporciona, por outro lado, o desenvolvimento do saber que se modifica ao longo do tempo, e determina relações, que indicam o modo como o homem produz sua própria existência e se constitui histórica e socialmente.

O trabalho, no interior dessa perspectiva, passa a ser, portanto, elemento essencial de determinação da natureza humana e, das relações que a caracterizam. Por isso, Engels escreveu, em *O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*, que o trabalho

⁶ Segundo Lukács (apud ORGANICISTA, 2006), não há, inclusive, outra categoria, senão o trabalho, que permite ao homem responder às necessidades básicas da existência, posto que segundo ele, quando se parte da perspectiva ontológica, todas as demais categorias do ser social, como a sociabilidade, a divisão do trabalho, a linguagem, a família, o mercado, o dinheiro, contêm em sua natureza o caráter de se efetivar a partir do ser social já constituído.

“É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, s.d, p. 269). Portanto, se partirmos do fato que o ser humano se diferencia dos demais seres da natureza por meio da produção consciente dos seus meios materiais de subsistência, é conseqüente inferir que ele só se humaniza quando tem a possibilidade de concretizar essa diferença. A partir deste momento, junto com os outros homens, por meio da prática do trabalho, intervém na natureza, transformando-a e a si próprio, adequando-a as suas necessidades, construindo relações sociais as mais diversas, assim como os valores que toma como os mais adequados a cada momento histórico. Segundo Marx e Engels,

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir seus meios de vida, [...]. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. (MARX e ENGELS, 1984, p. 15).

A distinção entre os homens e os animais ocorre, desse modo, a partir do momento em que “[...] os homens começam a produzir seus meios de vida”, uma vez que, ao contrário do animal, o homem antecipa suas ações mentalmente antes de construí-las na realidade, enquanto o animal é movido pelo instinto e pela necessidade de produzir apenas para atender às suas necessidades mediatas, como explica a comparação acima citada, na qual Marx faz um paralelo do trabalho do arquiteto e da abelha.

Em cada “capítulo” da história, o trabalho presidiu diferentes realidades sociais e, ao mesmo tempo em que serviu ao avanço e à evolução do homem, também serviu como elemento da sua degradação, ao assumir o papel de instância e processo por meio do qual uma classe subordina a outra.

O trabalho, pois, mediação de que o homem necessita para construir-se, historicamente, pressupostamente, deveria possibilitar-lhe usufruir tudo aquilo que, através dele, pode produzir; contudo, os processos de produção na sociedade de classes pervertem

essa perspectiva. Na sociedade capitalista, cujo ímpeto principal é a acumulação de capital, essa transformação provoca para a classe trabalhadora, a redução da vida humana ao trabalho. A um trabalho que explora, aliena e infelicita. Assim, ao mesmo tempo, em que o trabalho produz o homem, ampliando sua força produtiva e sua capacidade de intervenção na natureza, se constitui, desde o surgimento das sociedades divididas em classes – principalmente, na sociedade capitalista –, como algo estranho aos trabalhadores, que os domina e os subjuga.

Neste sentido, aquilo que seria fundamental estar presente nas relações entre os homens – como a liberdade, a igualdade e a satisfação das necessidades básicas de cada indivíduo – é, precisamente, a grande ausência nas relações sociais estabelecidas no processo de constituição da sociedade capitalista, de modo ainda mais intenso que nas sociedades que a antecederam.

A divisão social do trabalho necessária ao modo de produção capitalista tornou mais aguda a separação entre o trabalho intelectual e o material, além de impor que funções cada indivíduo desempenharia no sistema produtivo, introduzindo, assim, os elementos que conduzem à alienação. Para a burguesia, detentora e controladora do capital, o sistema que comanda seria tanto mais eficiente, quanto mais alienada fosse a classe portadora da força de trabalho que ela explora – o proletariado –, responsável pela produção direta dos bens materiais, e, por conseguinte, pela ampliação do próprio capital, apropriado – por parte da burguesia – através da apropriação da mais-valia.

A divisão do trabalho, como dito por Marx e Engels (1984) em *A Ideologia Alemã*, transforma a ação do homem num poder estranho a ele, que a ele se opõe e o subjuga, em vez de ser ele a dominá-lo:

[..] a divisão do trabalho oferece-nos logo o primeiro exemplo de como, enquanto os homens se encontram na sociedade natural, ou seja, enquanto existir a cisão entre o interesse particular e o comum, enquanto, por conseguinte, **a atividade não é dividida voluntariamente, mas sim naturalmente, a própria ação do homem se torna para este um poder alheio e posto que o subjuga, em vez de ser a dominá-la** (MARX e ENGELS, 1984, p. 38-9. Grifo nosso).

O trabalho, portanto, ao ampliar as forças produtivas, amplia a capacidade de intervenção do homem na natureza, ao mesmo tempo em que produz as relações sociais que estabelecem a posição de cada um na hierarquia produtiva, e, por conseqüência, produz as classes sociais, separadas e antagônicas entre si. As classes sociais apropriam-se diferente e desigualmente dos frutos da produção social. E no capitalismo, a burguesia, classe dominante, indiretamente produtiva, é a que se apropria de uma parte essencial daquilo que é materialmente produzido pelo trabalhador, por sua vez excluído da possibilidade de livre acesso à totalidade da riqueza gerada por ele.

Esta contradição fundamental do modo de produção capitalista impede que o trabalho contribua à evolução e à humanização da classe trabalhadora, gestando, ao contrário, em razão da exploração a que se a submete, a sua desumanização. A crescente especialização e fragmentação do trabalho, destinada a aumentar-lhe a produtividade, separando crescentemente o produtor do seu produto, também produz crescentemente o seu embotamento e inércia intelectual, pois a burguesia, plasmando o mundo à imagem e semelhança do capital, transforma também a classe operária em mercadoria:

Chegou por fim um tempo em que tudo o que os homens tinham considerado inalienável se tornou objeto de troca, de tráfico, e se podia alienar. É o tempo em que as mesmas coisas que até então eram transmitidas, mas nunca trocadas; dadas mas nunca vendidas; adquiridas mas nunca compradas – **virtude, amor, opinião, ciência, consciência**, etc. – **tudo, enfim, passou ao comércio**. É o tempo da corrupção geral, da venalidade universal, ou, falando em termos de economia política, o tempo em que qualquer coisa, moral ou física, ao converter-se em valor venal é levada ao mercado para ser apreciada no seu mais justo valor (MARX, 2001, p. 31. **Grifo nosso**).

Assim, o trabalho, no capitalismo, se torna *estranhado*, uma vez que se manifesta predominantemente como criador de *valor de troca*, dotando a mercadoria de um fetiche que reifica as relações humanas, uma vez que não somente os produtos do trabalho tornam-se mercadoria, mas também o próprio trabalhador. Ao transformar a natureza através de um trabalho predominantemente criador de valor de troca, o homem se aliena, se estranha a si e na relação com o outro – o que resulta na sua degradação e desvalorização enquanto ser

humano. Essas destruição e desvalorização são expressas por Marx (2002) já no começo dos *Manuscritos sobre o Trabalho Estranhado*, onde ele ressalta:

O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (MARX, 2002, p. 111. **Grifo nosso**).

A análise do papel da mercadoria dentro do sistema capitalista permite determinar o caráter do trabalho e a especificidade da mercadoria dentro do sistema, e, principalmente, a que se deve seu valor. O trabalho é o elemento específico que aparece no *valor* da mercadoria. Marx, entretanto, desvela um fator característico de nossa sociedade: a descaracterização do produto (mercadoria) como fruto do trabalho humano. Não se conhece quem a produziu, apenas o que foi produzido. O valor da mercadoria está em si mesmo e não transcende a isto, uma vez que as relações sociais entre os homens surgem na sociedade capitalista mascaradas por relações sociais entre coisas, provocando, inevitavelmente, a “coisificação” humana, enquanto, concomitantemente, promove a “humanização” das coisas.

O modo de produção capitalista tem na mercadoria, portanto, a forma elementar da sua riqueza, uma vez que a riqueza dessas sociedades nada mais é do que acumulação de mercadorias:

Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca. Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso. Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui qualquer valor. (MARX, 1988, p. 49).

É, portanto, dúplice o caráter do trabalho na sociedade capitalista, pois embora, como em todas as épocas econômicas, o trabalho continue criando coisas úteis, é, somente no capitalismo que ele as produz sob a forma de mercadoria.

A dupla dimensão presente no processo de trabalho – que cria, mas também subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, libera e escraviza – nasce no interior da

sociedade capitalista dentro do processo de organização do trabalho que se formou, fundamentalmente, nos processos simultâneos de industrialização e urbanização, ocorridos após a “dupla revolução” na Europa Ocidental, no final do século XVIII, sempre acompanhada das latentes contradições da realidade capitalista:

[...] a história da dupla revolução não é apenas a história do triunfo da nova sociedade burguesa. É também a história do aparecimento das forças que, no espaço de um século após 1848, iam transformar a expansão em contração. Mais ainda: em 1848 já era em certa medida visível esta espantosa inversão de caminhos (HOBSBAWM, 1994, p. 129).

A “dupla revolução” é o amálgama da revolução industrial inglesa e da revolução política francesa, que, reafirmando um novo sistema econômico e político – o capitalista –, levou a grandes transformações socioculturais, fundadas em uma nova concepção/ organização do trabalho e relações de produção, em torno das quais se reorganizaria a vida social. Estas transformações, inerentes ao seu sistema (o sistema político-econômico capitalista), remodelaram toda a vida social, dado que

A estrutura social e o Estado decorrem constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas destes indivíduos não como eles poderão parecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são realmente, ou seja, **como agem, como produzem materialmente**, como trabalham, portanto, em determinados limites, premissas e condições materiais que não dependem da sua vontade. (MARX e ENGELS, 1984, p. 21. **Grifo nosso**).

Isto é, muito embora se desenvolvam, pelo conhecimento produzido pelo trabalho, os meios de produção, aumentam com o crescimento da capacidade produtiva, o poder de produzir riqueza, as relações entre os homens, permanecendo atadas às desigualdades de classe, tendem a engendrar as condições institucionais que as legitimem e as reproduzam, das quais o Estado é epítome e instrumento maior.

A realização do trabalho no contexto capitalista implica, deste modo, a impossibilidade de um trabalho que emancipe o homem, uma vez que para ter acesso aos meios de produção e poder, deste modo, produzir sua própria existência material, o trabalhador deve sujeitar-se às leis do capital. Ao sujeitar-se a elas, tem sua humanidade

subjugada pela esfera da produção, uma vez que ao realizar um trabalho que não serve a ele – mas ao proprietário do capital –, um trabalho em que não se reconhece, aliena-se, tornando-se, tal qual a mercadoria, *peça central no processo de reprodução* (Leo Maar, 2001, p.103).

O trabalho, nessa perspectiva, deixa, então, de ser meio de realização humana, para constituir-se como fonte de degradação do homem enquanto sujeito de si, pois

Tal produção de necessidades constitui peça central no processo de reprodução (do capital em sua circulação ampliada). As próprias formas da consciência seriam nestes termos produzidas por este mecanismo gerado pelo capital em seu processo de auto-reprodução com intenção totalizante. Existe, portanto, uma presença mediatizada do capital – e, portanto, do trabalho social .em sua determinação sócio-histórica capitalista – em todas as dimensões da sociedade, seja na cultura, seja na constituição individual e nas formas de interação, etc. (LEO MAAR, 2001, p. 103).

As origens do trabalho alienado encontram-se presentes, portanto, na separação do trabalhador, na condição de *proprietário*, dos meios de produção que manipula, o que o separa da possibilidade de decidir sobre a produção da sua própria existência material. No capitalismo, as relações sociais de produção subordinam o trabalho às regras do mercado, submetendo, *ipso facto*, o próprio trabalhador a uma vida alienada, dado a vida ter passado a

[...] fazer parte da esfera privada e, mais tarde ainda, da esfera do mero consumo que o processo de produção material arrasta consigo como apêndice sem autonomia e sem substância própria, diz Adorno, no início deste texto [*Minima Moralia*: reflexões a partir da vida danificada] e, também no início deste livro que se propõe, justamente, refletir (não vivenciar, nem mesmo compreender) a partir de uma vida estragada, danificada, ‘beschädigt’, uma vida pouco exultante, cheia de manchas e de feridas, rasgada como uma carta que se perdeu ou como as roupas das crianças esfarrapadas no farol. (GAGNEBIN, 2001, p. 55).

Marx, ao tentar desvendar o caráter dessa figura do trabalho, questiona-se e tenta explicitar, a partir do seu questionamento, em que consiste a alienação do trabalho, resumindo-a no seguinte excerto:

Mas em que consiste a alienação do trabalho? Em primeiro lugar, **o trabalho é exterior ao trabalhador**, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, **ele não se afirma no trabalho**, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, **não desenvolve livremente as energias físicas e mentais**, mas **esgota-se fisicamente e arruína o espírito**. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. [...] O trabalho externo, **o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de**

martírio. [...] Finalmente, a exterioridade do trabalho transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro. (MARX, 2002, p. 114. **Grifo nosso**).

O conceito de alienação reportado a Marx é exemplificado através da relação do trabalhador com o produto do seu trabalho e com sua própria atividade. O trabalhador ao trabalhar para o capitalista entrega a ele o produto do seu trabalho, que passa a ser para ele uma entidade alheia, o que determina e subentende a subordinação do trabalho ao capital:

O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja, destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija. Segundo, porém: o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia da força de trabalho. A utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe, portanto, durante o dia. Ao comprador da mercadoria pertence a utilização da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho dá, de fato, apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho. A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho pertence ao capitalista. O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega. (MARX, 1988, p. 147).

Esta alienação do trabalhador *do seu trabalho* vem a implicar, por sua vez, uma alienação *de si mesmo* já que o trabalho não objetiva o desenvolvimento da sua potencialidade humana, mas apenas um meio para satisfazer necessidades exteriores ao próprio trabalho. Nesta perspectiva, ao contrário de ser mediação fundamental ao processo de humanização – ou seja, instância que diferenciaria o homem dos demais seres da natureza – passa a ser instrumento da sua submissão a um processo de retorno à sua condição animal, uma vez que, nessas condições, segundo Marx,

[..] o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo em suas funções animais – comer, beber e procriar, quando muito, na habitação, no adorno, etc. –

enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal. O elemento animal torna-se humano e o humano, animal. (MARX, 2002, p. 114-5).

Esta é uma das principais conclusões a que chega Marx ao analisar os efeitos que o trabalho alienado –, isto é, o trabalho tal como produzido na sociedade capitalista –, implica para a vida do indivíduo, uma vez que submetido a atividades fragmentadas o trabalhador é tratado como um animal a caminho de um abatedouro onde “abate-se um animal inteiro apenas para tirar-lhe a pele ou sebo”, como já dissera Marx. O trabalho, pois, ao invés de promover a auto-realização coletiva da humanidade mediante a transformação da natureza, passa à mera condição de via de satisfação de desejos pessoais, ao tornar-se, com o aumento e complexidade da produção, cada vez mais especializado, fragmentado e rotineiro. E a exploração do trabalhador, por meio da extração da mais-valia, constitui-se, assim, a fonte dos lucros, da riqueza da classe capitalista, enquanto que produz a sua submissão e a sua miséria. É o trabalho que transforma a força de trabalho em mercadoria que encerra a lógica das estruturas do sistema capitalista e da natureza social da riqueza que é o capital, produzida pela exploração de uma classe por outra:

Nesse sentido o trabalho passou a ser considerado meramente como um meio para um fim – para muitos a pura sobrevivência física; para outros, uma vida pessoal rica e satisfatória. Ao deixar de ser considerado como uma ocupação satisfatória por direito próprio, o trabalho teve que ser redefinido como uma forma de se alcançar satisfações e compensações fora de si mesmo (LASCH, 1991, p.28).

O capital constitui-se, assim, em sujeito social ao impor sua lógica à sociedade, no interior da contradição dialética do par capital/trabalho. A força com que se impõe sobre a vida de toda a sociedade faz dele o senhor de todas as relações e elemento determinante do caráter alienado e cindido do homem subjugado por esta organização. Contudo, ao assumir o lugar de sujeito social não o faz sem contradições nem tensões, o que engendra crises cíclicas na dinâmica de sua constituição, que, em escala ampliada, geram a desigualdade social e a exclusão:

Uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa super população torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. (MARX, 1988, p. 191).

A incessante reprodução de uma tal ordem, injusta e autoritária, faz definhir, em consequência, a capacidade de reprodução material e subjetiva do indivíduo, bem como a possibilidade de superar seu estado de alienação, neutralizando qualquer oposição ou resistência à sua reificação.

Inúmeros trabalhos contemporâneos que partem de uma referência marxiana, em diversas áreas, têm retratado de que forma o trabalho, tal como é produzido na sociedade capitalista, interfere no estado de saúde e doença do trabalhador, como é o caso do estudo apresentado por Silva (2006). No estudo, a autora discute o trabalho médico, analisando-o como determinante no processo de saúde-doença. Sua intenção era identificar quais as relações entre o trabalho realizado e a saúde do trabalhador. Assim, tomando o trabalho dos profissionais da Saúde como parâmetro de caso, procurou analisar as condições de vida e de trabalho daquela categoria, e compreender de que modo o trabalho médico, nas condições em que é vivenciado, interfere no perfil de morbi-mortalidade do médico:

Isto nos remete a algumas conclusões quanto ao processo de trabalho no hospital, pois de acordo com DEJOURS (1992), a insatisfação do trabalhador com o conteúdo das tarefas, que são traduções que MARX (1985) faz da alienação, se manifesta por um sentimento de indignidade, de sentir-se como um apêndice da máquina devido à imposição das tarefas, da falta de significação do trabalho, da inutilidade dos gestos; de um sentimento de inutilidade pela falta de significação do seu trabalho para o conjunto dos trabalhos da empresa (o hospital) ou para sua família ou para seu grupo social; pelo sentimento de desqualificação, que será maior, quanto mais simples a tarefa. A esse respeito assim se refere Dejours: o sentido da desqualificação não se esgota nos salários, mas trata-se 'da imagem de si que repercute do trabalho, tanto mais honroso se a tarefa é complexa, tanto mais admirada pelos outros se ela exige um know-how, responsabilidade, riscos'; a vivência depressiva condensa esses sentimentos, sendo o sofrimento uma consequência dessa insatisfação (DEJOURS, 1992: 49). A alienação para Dejours passa também pelo sentido psiquiátrico, de substituição da vontade própria do Sujeito pela do Objeto, onde o trabalhador acaba por confundir seus desejos próprios

com a organização institucional. (SILVA, 2006).

Desse modo, ela mostra como a realização do trabalho em moldes capitalistas porta a impossibilidade de emancipação do homem, eis que, nas condições em que é desempenhado, leva à alienação do trabalhador – tendo, isso sim, prevalecido, como bem observa ela, uma *fragmentação* do trabalho, o que impede ao trabalhador o reconhecimento do resultado do mesmo, além do desgaste profissional e da perda de autonomia, neste caso devido ao excesso de burocratização da profissão. *Some* o trabalho enquanto essência constitutiva do homem, isto é, enquanto categoria fundante do ser social; se o trabalho funda o homem, no momento em que o trabalhador é explorado e não se sente livre em sua atividade vital, esta se torna estranha a ele. Trata-se aqui da concepção de Marx acerca do duplo aspecto da atividade humana: o trabalho em geral, criador de valor de uso; e o trabalho estranhado, criador de valor de troca.

Na atualidade, entretanto, inúmeros argumentos teóricos são levantados com o objetivo de reduzir a importância do trabalho enquanto categoria sociológica fundamental para se entender a sociedade⁷, em virtude das transformações ocorridas no atual modelo de acumulação, que Chesnais (1996) descreve como processo de *mundialização* do capital. De acordo com este autor, estamos diante de um novo estágio do processo de acumulação do capital, o qual tem promovido novas estratégias de adaptação, de modo a manter inalterado o funcionamento do capitalismo. Ele denomina a nova etapa do capitalismo mundial de “*regime de acumulação predominantemente financeira*”, o que representa uma expressão da crise do sistema de acumulação do capital. Ao retratar a nova etapa do desenvolvimento do

⁷ Sobre essa questão podemos citar Claus Offe, teórico da atualidade, que vem buscando, em seus estudos, descentrar o trabalho como determinante social. “A visão tradicional tem, agora, que sofrer uma séria modificação... Essas mudanças têm algumas conseqüências. Elas ameaçam a continuidade da ‘ideologia do trabalho’, na medida em que por sua causa não é mais necessário ou útil para a sociedade acentuar a importância dominante do trabalho e o zelo pelo acatamento de sua disciplina. Elas também significam que a unidade coincidente do espaço vital com o trabalho não mais existe: a vida humana parece tornar-se, em mais de um sentido, independente do trabalho” (OFFE, 1989, p. 39).

capitalismo, discute os traços que considera mais marcantes da macroeconomia do capitalismo mundial, como por exemplo, os impactos sobre o mundo do trabalho que vêm desencadeando um processo de precarização do emprego para a maioria e a desregulamentação dos contratos de trabalho para todos.

O efeito combinado das novas tecnologias e das modificações impostas à classe operária, no tocante à intensidade do trabalho e a precariedade do emprego, foi proporcionar aos grupos americanos e europeus a possibilidade de constituir, com a ajuda de seus estados, **zonas de baixos salários e de reduzida proteção social**, bem perto de suas bases principais, dentro dos próprios pólos 'triádicos'. (CHESNAIS, 1996, p. 35. **Grifo nosso**).

A constatação de Chesnais mostra que os que pretendem a falência do trabalho como categoria teórica fundamental à compreensão da realidade capitalista deixam de entender, ou de levar em conta, ou as duas coisas ao mesmo tempo, é que a mudança atualmente observada no perfil da acumulação, centrada no circuito financeiro, já foi prevista à exaustão por destacados autores marxistas, sem que estes deixassem, por sequer um momento, de continuar respeitando o trabalho como a categoria teórica que é. Pode-se citar entre eles Lênin e Hilferding, que dissecaram com rara competência a questão, mostrando o quanto essa fase, que corresponde ao Imperialismo, é uma fase inevitável e apodrecida do capitalismo. A *valorização fictícia* (como é chamada a valorização financeira) imprescinde da chamada *valorização real*, que é a valorização assentada na exploração capitalista do trabalho, pois o valor das ações das empresas negociadas nas bolsas, que são a base material da valorização especulativa, depende do desempenho dessas empresas em explorar o trabalho dos seus assalariados, ou em aproveitar as oportunidades e vantagens criadas por outras empresas a partir da exploração dos seus trabalhadores – aquilo que a economia vulgar denomina *economias externas*.

Este novo quadro, patrocinado pelas transformações ocorridas no modelo hegemônico de acumulação, mantém a essência das relações de trabalho, pautada na propriedade privada dos meios de produção, ao mesmo tempo em que essa nova etapa da

acumulação tem proporcionado novas formas de organização do trabalho, que acompanham o modo como o capitalismo, em sua fase tardia, organiza a produção da sociedade – desde como são produzidas as mercadorias necessárias à sobrevivência do homem, o processo de circulação desses bens, materiais e espirituais, até o acesso a elas – bem como os mecanismos ideológicos, de que se vale o capital, necessários à legitimação do *status quo* que garante a sua reprodução:

Mais do que nunca, sob a mundialização do capital, o ‘sujeito’ do processo – o capital – recria novos (e velhos) mundos, instaurando contradições e paradoxos, ou, numa perspectiva ontológica, pondo em movimento séries causais cujos resultados são estranhos, cada vez mais, para seus agentes sociais. **A dimensão do *estranhamento* (e, do acaso) penetra na experiência da modernidade. E o *fetichismo* da mercadoria – tornado ofuscante pelo regime de acumulação mundializado predominantemente financeira – torna-se onipresente.** (ALVES, 1999, p. 18. Grifo nosso).

Assim, a sociedade capitalista, no interior da relação capital *versus* trabalho, tende a aplicar como decorrência do processo incessante de evolução e reestruturação do sistema, uma intensificação, ainda maior dos seus impactos à classe trabalhadora, nos quais se contam, de forma particular, as conseqüências sobre a saúde em virtude da precarização e esvaziamento do significado do trabalho. Esses processos, já anunciados por Weil, revelam que, sob a égide do capital, o trabalho é, necessariamente, embrutecedor e desgastante:

Pensem, por exemplo, na corrida a pé e lembrem-se do corredor de maratona que caiu morto ao chegar ao fim, por ter corrido depressa demais. Isso pode ser considerado uma intensidade limite do esforço. O mesmo acontece com o trabalho. A morte, evidentemente, é o extremo limite que não se quer atingir, mas enquanto não se está morto, ao fim de uma hora de trabalho, do ponto de vista dos patrões, é que se pode trabalhar ainda mais. Assim é que, da mesma forma, todos os dias se batem novos recordes sem que ninguém imagine que o limite já tenha sido atingido. (WEIL, 1979, p. 122).

Ainda acerca dessa questão Campos nos fala sobre como a sociedade da mercadoria, diante da atual fase de produção *tanática* vivenciada pelo capitalismo atual, se beneficia do estado de não saúde da *classe que sobrevive do trabalho*, pois, ao produzir doença consegue gerar ainda mais lucro e, por conseguinte, menos vida e mais exploração e sofrimento à classe trabalhadora:

É aqui, no mercado da doença, que se apresenta de forma mais clara a preferência do capital pela coisa, pelo capital constante, pela técnica, pela acumulação de capital em detrimento da vida, do capital variável, isto é, do trabalhador em ação. **A maximização do lucro é incompatível com a maximização da vida humana e da natureza.** (CAMPOS, 1966, p. 04. **Grifo nosso**).

Esse “adormecimento/adoecimento” da consciência crítica, evidenciado ao longo de todo processo de constituição da figura do trabalhador na sociedade capitalista, pode ser demonstrado, de forma mais agudizada, no momento atual, no qual os trabalhadores são intimados a aceitar novas formas e maneiras de realizar o seu trabalho, uma vez que as novas exigências colocadas a eles pelo capital ampliam as condições objetivas e subjetivas que levam à intensificação do esforço, o que conduz ao que poderíamos chamar de mal estar no trabalho. Este mal contribui, significativamente, para que os trabalhadores, cada vez mais, adoeçam e, com muita frequência, tendam a permanecer cronicamente nesse estado passivo de morbidez.

De acordo com Antunes (2005), a destrutividade que caracteriza a lógica do capital se expressa também fortemente, quando descarta e torna supérflua uma parcela enorme da força humana mundial que trabalha, da qual, cerca de 1 bilhão e 200 milhões encontram-se precarizados ou desempregados, segundo dados da OIT. O que demonstra, ainda tomando como referência as considerações de Antunes, o quanto o capital necessita do trabalho para que possa dar continuidade ao seu processo incansável de valorização e acumulação. Nas suas palavras,

A título de similitude: assim como o capital torna ‘supérfluas’ suas mercadorias, sem as quais, entretanto, não pode sobreviver, o mesmo capital torna ‘supérflua’ sua mercadoria força de trabalho, sem a qual também não pode sobreviver. (ANTUNES, 2005, p. 28).

As considerações acima descritas justificam, desde o interior da lógica mercantil capitalista, em seus atuais contornos, reconhecermos a importância e a centralidade da categoria trabalho assim como perguntarmo-nos sobre os sentidos do trabalho, do emprego, das condições de vida e saúde da classe-que-vive-do-trabalho, posto que

[...] uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho desprovido de sentido com tempo verdadeiramente livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará maculada pela desefetivação que se dá no interior da vida laborativa. (ANTUNES, 2005, p. 64-5).

Deste modo, o que se busca hoje é uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho, de modo a contrariar toda a conformação e a fragmentação que tem sido imposta a classe trabalhadora, de forma até mais violenta do que predominou nos anos de apogeu do taylorismo e do fordismo:

Hoje, muito mais do que durante a fase de hegemonia taylorista/fordista, o trabalhador é instigado a se autocontrolar, a auto-recriminar-se e, até mesmo, autopunir-se quando a produção não atinge a meta desejada (chegando até mesmo, em situações extremas como o desemprego e o fechamento de empresas, ao suicídio a partir do fracasso no trabalho). (ANTUNES, 2005, p. 53).

Portanto, não é o trabalho humano que deixa de existir ou que perde sua importância na vida social; são as condições de trabalho atuais que descaracterizam o próprio trabalho e o trabalhador, daí sua relevância como categoria para este estudo.

3. ESTADO E SOCIEDADE CAPITALISTA: OS DETERMINANTES DO CONTEXTO DO TRABALHO NA ORDEM DO CAPITAL

O Estado nem sempre existiu e nem sempre cumpriu o seu papel da mesma maneira, estando sua origem diretamente associada à divisão da sociedade em classes sociais distintas, entre aqueles que possuem os meios de produção e os produtores diretos – ou seja, escravos, servos, e ainda, de acordo com Lênin, os “novos” escravos: os trabalhadores assalariados da sociedade capitalista.

A construção da propriedade privada, assim como da acumulação familiar da riqueza, ainda no fim da era gentílica, contribuíram decisivamente para o fim da sociedade gentílica e para o conseqüente surgimento da sociedade de classes e do Estado, uma vez que ele se destina, historicamente, a legitimar e assegurar os novos interesses que passam a marcar este novo momento histórico.

Em conformidade com Engels, com a apropriação privada

[...] a riqueza passa a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições da gens são pervertidas para justificar-se a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência. Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas –; **uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado** (ENGELS, 1995, p.119-20. **Grifo nosso**).

O Estado, a partir daí, surge como o ente cujo papel é o de legitimar a dominação de uma classe sobre a outra. Ele cumpre a função de criar as condições institucionais que irão permitir retirar a propriedade dos meios de produção dos produtores diretos, a fim de melhor subordiná-los aos interesses daqueles que detém tal propriedade. Segundo cada modo de produção, o Estado cumpre esse papel de modo específico, embora a sua essência permaneça

a mesma: administrar a organização social sob a hegemonia da classe dominante. E o primeiro evento histórico desse caso foi o da sociedade escravista.

No período feudal, o Estado entra em processo letárgico, uma vez que a contração do comércio, provocada pela forma específica da organização produtiva desse período, não só resulta na fragmentação da atividade econômica, como, também, na fragmentação do poder político. Contudo, futuramente, a desintegração do regime feudal de produção, derivada dos abalos sofridos pelo sistema, em decorrência do ressurgimento do comércio no Continente Europeu, iria passar a reclamar a existência do Estado como instrumento necessário à nova ordem econômica e social. O aumento do volume das trocas entre regiões, até então comercialmente isoladas, gerara um universo econômico complexo e áreas inteiras, atingidas pela economia mercantil, dedicaram-se à produção de gêneros exclusivos, umas procurando nas outras o que não produziam e oferecendo ao mercado seus bens. A especialização das atividades produtivas, assentada na divisão social do trabalho alargou o universo das trocas, originando um mercado interno prenunciador dos mercados nacionais. Em pouco tempo, regiões européias secularmente separadas entre si passariam a ser ligadas pelo incessante fluxo de mercadorias através de movimentadas rotas comerciais. Essa atividade, a par de envolver uma grande margem de risco – e por isso mesmo –, requeria uma quantidade de meios financeiros superior às possibilidades das empresas mercantis medievais. Na realidade, a aventura marítima, com tão grande mobilização de capital e rentabilidade, em longo prazo, tornou-se inviável para as precárias estruturas empresariais, então existentes. Somente uma forma organizacional mais sofisticada, como a do Estado Nacional, poderia levantar os recursos humanos e materiais necessários à tarefa de desbravar os oceanos. Com o reacquecimento das atividades comerciais devido à expansão ultramarina e ao desenvolvimento da produção manufatureira urbana, bem como o crescimento substancial das cidades, ressuscita o comércio e “redesperta” o Estado, necessário à sustentação da nova

classe, a burguesia. É, portanto, com o desenvolvimento do comércio, que o Estado ganhará novas forças, por meio da criação de Estados nacionais, centralizados, de modo que garantissem o pleno desenvolvimento do comércio.

As revoluções ocorridas na França e na Inglaterra (uma econômica e outra política), associadas entre si pelo seu caráter burguês, guiaram a consolidação do modo de produção capitalista e as relações de trabalho, de base industrial, que implicaram profundas transformações econômicas, políticas e sociais, produzindo uma nova forma social de exploração, qual seja, o assalariamento. A nova sociedade, ao abolir os antagonismos sociais inerentes ao feudalismo, deu origem a novas contradições sociais e políticas, contradições essas que têm na burguesia e no proletariado seus atores sociais fundamentais.

Em virtude dessas transformações, de ordem econômica e política, ocorridas, ao longo desse processo revolucionário, a burguesia tomou, efetivamente, para si, o poder político do Estado.

A história nos mostra, claramente, que todas as sociedades divididas em classes foram marcadas por conflitos. De um lado, um grupo fruidor dos privilégios e, do outro, uma classe subjugada, cuja opressão sempre sustentou as regalias da minoria exploradora. É somente no Estado capitalista, no entanto, que são fixados os sujeitos da produção, sobretudo devido à (re)construção do conceito de cidadania e de uma suposta igualdade de todos quanto ao acesso, à produção e ao consumo, apresentando esse Estado (o Estado de Direito) como um Estado democrático representante dos interesses gerais da sociedade.

Importa assinalar que a burguesia, em virtude de deter o poder econômico e político, pôde, também, criar os meios para “camuflar” e “naturalizar” os efeitos da divisão social do trabalho, ao atribuir a seus interesses particulares o caráter de universalidade. Essa “naturalização” da divisão da sociedade em classes tem como função subtrair a historicidade das relações que se estabelecem no interior das formações sociais burguesas, subtração essa

que somente se torna possível através da ideologia. Assim, enquanto classe econômica e politicamente dominante, a burguesia universaliza suas idéias, valores e cultura para o restante da sociedade, objetivando neutralizar, preventivamente, a classe que lhe é antagônica.

Como se vê, é na articulação dos vários níveis de dominação (econômica, política e ideológica) que se estabelece a unidade específica do Estado capitalista e, portanto, que ele consegue cumprir o seu principal papel que é o de manter a coesão social, por meio do ocultamento da sua natureza de classe, através da aparente neutralidade com que age.

Toda a concretização do projeto histórico do capital, assentado na crescente dominação imposta à classe trabalhadora, teve, como meta imediata, o acúmulo e a ampliação da riqueza capitalista, por meio da intensificação do grau de exploração da força de trabalho, o que acarretou, inicialmente, um significativo agravamento das suas condições materiais de existência. A burguesia, entretanto, teria nas mãos, ao longo da história, os elementos necessários a resolver essa contradição – a tecnologia e a divisão mundial do trabalho –, que permitiriam a imposição, aos trabalhadores dos países desenvolvidos, de altos graus de exploração da sua força de trabalho, sem que isso provocasse efeitos negativos sobre a produtividade e a aceitação da exploração do trabalho e, na mesma dimensão e intensidade, sobre a qualidade das suas condições materiais de vida, ao remeter a conta desse ônus às populações trabalhadoras dos países retardatários, encarregadas de produzir as mercadorias necessárias ao consumo da massa trabalhadora dos países avançados. Isso evitava a possibilidade de insurreições que colocassem em risco a estabilidade política desses países, bem como criava elementos estratégicos próprios da ideologia burguesa para a “contaminação” da mentalidade social da massa trabalhadora, minando, deste modo, possíveis resistências políticas por parte dela. Ao conformar os indivíduos com o que está estabelecido, contribui-se para que a *harmonia* do sistema permaneça intacta e, ainda, para que a reprodução do capital possa se dar, na melhor medida, serenamente e sem incômodos.

Foi, também, no próprio início da Revolução Industrial, que a burguesia passou a dispor de uma ideologia pautada não mais em uma ética que condenava como *vícios* os valores individualistas, associados ao egoísmo, valores esses que constituíam as bases ideológicas do novo sistema, de modo a conservar subjugados os segmentos sociais cuja exploração estava na base dos seus interesses, para impedir, preventivamente, qualquer ameaça à estabilidade do mesmo. A filosofia individualista e o protestantismo lançaram, deste modo, os fundamentos que reconheciam e legitimavam a natureza egoísta dos homens, condição essencial ao estabelecimento de um regime competitivo, indispensável à acumulação de capital:

Ao condenar a avareza, o comportamento aquisitivo e o desejo de acumular riquezas, a ética paternalista cristã medieval rejeitava o que haveria de se tornar a motivação dominante do sistema capitalista. No final do século XVIII, quase todas as fases de produção haviam sido incorporadas à esfera da economia capitalista de mercado que, para funcionar com êxito, dependia do desejo de se acumular riquezas em proveito próprio. Nesse contexto, começaram a surgir novas teorias sobre o comportamento humano, segundo as quais as motivações egoístas constituíam a razão de ser básica, senão única, das ações realizadas pelos homens (HUNT e SHERMAN, 1977, p. 46-7).

A teoria psicológica do liberalismo clássico forneceu, nesse sentido, os elementos necessários à legitimação ideológica das relações de exploração capitalistas e da subordinação do trabalho, difundindo a crença de que todo trabalhador era naturalmente preguiçoso e, na medida em que, segundo essa doutrina, todo tipo de esforço ou de trabalho era encarado como doloroso, somente submetendo os trabalhadores a uma privação maior conseguir-se-ia fazê-los trabalhar. E essa privação maior era a fome:

A consequência prática dessa doutrina (ou talvez a sua razão de ser) foi a crença, amplamente difundida na época, de que os trabalhadores eram incuravelmente preguiçosos. Portanto, somente uma grande recompensa, ou o pavor da fome e de outras privações poderia obrigá-los a trabalhar. O reverendo Joseph Townsend formulou esta idéia em termos bem sucintos: ‘A fome não apenas exerce uma pressão, mansa, silenciosa e incessante, como também, enquanto motivação das mais naturais para a indústria e o trabalho, obriga aos mais intensos esforços’ (HUNT e SHERMAN, 1977, p. 58).

A ideologia liberal clássica, essencialmente individualista, serviu para lançar as bases da nova sociedade, não mais pautada em uma ética que condenava a busca pela vantagem individual caracterizada pelo lucro, mas, ao contrário, louvava-a como a maior virtude desse novo modelo social, assentado no livre-mercado, mercado livre dos impedimentos e restrições impostos pela sociedade medieval. Essa ética, portanto, justificava, moralmente, o individualismo e a ganância. Assim, o trabalhador seria aquele que, para privar-se de uma dor maior (como a fome) deveria ser explorado no seu trabalho, através de salários que lhe permitissem apenas continuar sobrevivendo – e se reproduzindo segundo essas condições.

Essa exploração, entretanto, precisava não ser sentida *enquanto tal*, mas como algo justo, como algo que não expressasse a desigualdade entre as classes. A ideologia burguesa serviria, nesse sentido, para camuflar as relações sociais de produção praticadas no modo de produção capitalista ao encobrir e ocultar, por meio da pretensa relação de igualdade na troca das mercadorias, os mecanismos de extração da mais-valia, levando o trabalhador a uma sensação ilusória de que a remuneração paga pelo seu trabalho representava a quantidade real do trabalho efetivado, ao invés da compreensão do verdadeiro papel do salário, fração, apenas, do real valor da sua força de trabalho, que permite que o trabalho não-pago se metamorfoseie em mais-valia. Tal inversão de compreensão ocorre uma vez que

A compreensão de que o salário não é a remuneração do trabalho efetivado, mas da capacidade de reproduzir a própria força de trabalho, não é assim algo imediato. As relações de produção são fetichizadas por essa pseudo-relação de igualdade. **A hierarquização que existe entre os termos de igualdade (o assalariado e o patrão), os mecanismos de extração da mais-valia, são camuflados.** Esse mascaramento não resulta de uma vontade deliberada de ocultar o que há por trás de uma relação de trabalho. É algo que tem bases materiais. **É o que faz a força do modo de produção fundado sobre a constituição da força de trabalho como mercadoria** (MATHIAS e SALAMA, 1983, p. 21-2. **Grifo nosso**).

As relações no modo de produção capitalista são, portanto, relações fetichizadas por uma relação de pseudo-igualdade, levando tudo o que existe na sociedade do capital para a esfera da circulação, uma vez que as pessoas se relacionam através das mercadorias e as

mercadorias através das pessoas, levando à dominação da vida das pessoas por meio do movimento e da vida que as coisas passam a ter.

A burguesia, para manter a estrutura social inalterada, com seus privilégios garantidos, não economiza esforços para mantê-los e ampliá-los de forma acumulativa e circunscrita. No neoliberalismo, em que o Estado se responsabiliza minimamente com as questões sociais e, maximamente, em oferecer condições propícias para ampliação do capital, presenciamos o aumento progressivo dos privilégios de um grupo bem restrito em detrimento da ampla maioria. Quem não consegue um lugar distinto na pirâmide social está seriamente ameaçado a viver indignamente. A forma proposital como isso vem se processando tem um fim: garantir intocada a hegemonia burguesa. Esta lógica tem se mostrado mais sólida e eficiente do que as forças que atuam a favor da sua destruição.

Particularmente no capitalismo tardio, a forma como o trabalho está organizado implica, de modo mais agudo, o enfraquecimento da possibilidade da emancipação do trabalhador, não tanto pelo aumento do grau de exploração e da alienação da força de trabalho, mas fundamentalmente pela cada vez maior degradação das suas condições materiais de vida, impondo-lhe condições de sobrevivência que estão entre as mais duras e desumanas já impostas pelas leis do capital. Ao sujeitar-se a elas, os trabalhadores, principalmente dos países retardatários, têm a sua humanidade seqüestrada pela esfera da produção, pois as condições materiais que envolvem a sua existência, na prática os convertem em quase pauperizados – quando não inteiramente isso. O trabalho, nessa perspectiva, deixa, então, de ser meio para a humanização, visto que a forma como se efetiva acaba por contribuir para a degradação do homem enquanto sujeito de si. É a confirmação, afinal, de que, ao produzir os bens materiais o trabalhador, produz sua própria coisificação, tal como se pode ler em Marx (2002, p. 124, grifo nosso), quando este afirma que “**A produção não produz somente o homem como uma mercadoria**, a mercadoria humana, o homem sob a forma de

mercadoria; de acordo com tal situação, **produz ainda a ele como um ser espiritual e fisicamente desumanizado**”.

A economia mundial capitalista mediatiza as relações que se estabelecem no processo de desenvolvimento econômico e social dos diferentes países, mediando, desse modo, as relações entre o lado desenvolvido e o subdesenvolvido, de acordo com o grau de acumulação e desenvolvimento de cada país – o que, conseqüentemente, define tarefas diferenciadas a serem cumpridas no quadro da divisão internacional do trabalho, as quais implicam diferentes formas (e essências) da organização do trabalho em cada um desses dois lados. As tarefas das sociedades capitalistas centrais são tarefas de uma sociedade *mandatária*, enquanto que as tarefas desempenhadas pelos países do capitalismo periférico são as das sociedades essencialmente *subordinadas*:

A economia mundial é composta de nações e se dá no seio dessas nações, de Estados. Uma dessas partes – comumente chamada de ‘centro’ – é composta por Estados-Nação desenvolvidos; uma outra, por Estados-Nação subdesenvolvidos, sendo qualificada como ‘periferia’. Nenhuma dessas partes é homogênea. Existem relações de dominação no seio do centro entre as economias desenvolvidas e no interior da periferia entre economias subdesenvolvidas. O que as qualifica como desenvolvidas ou subdesenvolvidas reside nas diferentes condições de emergência da acumulação, e, sobretudo hoje, nos diferentes efeitos dessa acumulação segundo o pólo onde se realiza (MATHIAS e SALAMA, 1983, p. 39).

Portanto, a economia mundial capitalista, ao mediatizar as relações entre os países obedece, nesse sentido, à lógica de um pólo dominante da economia mundial, que, através dela, impõe, sobre a outra parte, inferiorizada, seus interesses, o que permite compreender, por conseqüência, que a cada país corresponde – e cada país cumpre – um papel diferenciado dentro do quadro dessa economia, cuja estrutura e hierarquia expressam a própria lógica, essencialmente desigual, da realidade capitalista, manifesta em escala planetária:

Há uma “lógica” própria à economia mundial que transcende à de cada uma das economias nacionais que a compõem. Essa concepção da economia mundial como um todo estruturado e hierarquizado composto de Estados-Nação permite conceber de modo original o papel das economias desenvolvidas. Essas imprimem ao todo o essencial de suas leis. As leis do centro não se aplicam diretamente à periferia. Essas leis se aplicam à periferia, por conseguinte, de modo *mediatizado* pela economia mundial. As leis da acumulação têm efeitos diferentes

no centro e na periferia. Não se trata, portanto, de efeitos “anormais” com relação a efeitos que seriam “normais”, mas de aplicação das mesmas leis com efeitos diferentes (MATHIAS e SALAMA, 1983, p. 40).

A hierarquização no processo da economia mundial capitalista conduz, necessariamente, os Estados desenvolvidos a uma posição privilegiada no quadro da divisão internacional do trabalho, por serem eles os organizadores e controladores da produção e acumulação, em nível planetário. Essa condição os obriga a manter, permanentemente, um *status* de estabilidade política no seu interior – e isso, por sua vez, significa a necessidade de prover aquilo que é a base dessa estabilidade política interna: a satisfação das necessidades materiais da massa trabalhadora. A divisão internacional do trabalho contribui, decisivamente, para manter essa situação ao fazer com que os trabalhadores dos países pobres abasteçam as necessidades da massa trabalhadora dos países ricos, por meio de um mercado mundial assentado sobre a troca desigual, porque a exploração a que é submetida a força de trabalho, em qualquer realidade capitalista, impede que no interior de uma mesma sociedade o consumo da massa trabalhadora possa ser suprida por ela mesma. O impeditivo disso é a exploração a que ela é submetida através do salário: “É impossível ao operário comprar com o seu salário o produto do seu trabalho” (RICARDO, apud HUGON, 1985, p. 131).

Para que se garanta o consumo da massa trabalhadora nos países desenvolvidos por meio dessa desigualdade de troca, portanto, é necessário que a massa trabalhadora que produz as mercadorias desse consumo seja uma massa submetida a condições salariais muito inferiores às da massa consumidora, bem como despida de todas as vantagens e benefícios que existem à disposição dos trabalhadores dos países desenvolvidos, já que o encarecimento da sua força de trabalho torna-se obstáculo à troca desigual por encarecer as mercadorias que produz, impedindo que elas cheguem com preços acessíveis ao alcance da população que as consome.

Assim, os Estados dos países desenvolvidos administram relações de trabalho nas quais o traço fundamental

[...] é a ampliação das condições gerais de reprodução da força de trabalho e do salariado, ampliação que passe pela constituição e crescimento muito rápido do sistema de previdência social, por um lado, por outro, pelo desenvolvimento maciço da habitação social e pelo prosseguimento de crescimento do sistema educacional e cultural. Essa característica é amplamente admitida hoje. Todavia, ela não se aplica aos países subdesenvolvidos (MATHIAS e SALAMA, 1983, p. 59).

Em contraponto, as condições de vida dos trabalhadores do chamado terceiro mundo são o seu exato oposto. E, posto que na medida em que são submetidos, como força de trabalho, a condições de vida impensáveis para o trabalhador de um país desenvolvido, intensificam-se, por consequência disso, as possibilidades de eclosão das neuroses resultantes do trabalho capitalista – e a própria intensidade dessas neuroses –, e por fim o desvanecimento da própria vida do trabalhador, uma vez que, segundo Campos (1996, p. 13), “O aumento da eficiência e da produtividade só podem ser conseguidos pela minimização da vida, pela marginalização da vida, pelo desprezo e pelo desrespeito à vida, que deve ser desvalorizada a fim de ser melhor explorada”.

Ao contrário do que ocorreu nos países desenvolvidos, o surgimento e crescimento do modo de produção capitalista, nos países periféricos, não se deu em virtude das contradições e do grau de desenvolvimento interno desses países, mas sim, em decorrência da expansão da economia dos países centrais os quais impuseram aos países subjugados um modelo de desenvolvimento bem diferenciado do que ocorreu nos países de origem do capitalismo e, por consequência, uma situação de desigualdade social ainda maior da que ocorre nesses países centrais. Segundo Mathias e Salama,

Nos países [...] subdesenvolvidos, o aparecimento e florescimento do modo de produção capitalista não foram gerados e produzidos pelo desenvolvimento das contradições internas. Esse modo de produção não emergiu das entranhas da sociedade, mas foi de certo modo trazido do exterior e foi precisamente isso que criou o subdesenvolvimento. (MATHIAS e SALAMA, 1983, p. 29).

A dominação imposta aos países subdesenvolvidos necessitou, entretanto, da criação de canais institucionais que pudessem garantir a legitimação de práticas autoritárias e desiguais. O Estado, nos países periféricos, assume um papel fundamental, qual seja, o de adiantar alguns elementos necessários à constituição de um mercado de trabalho adequado aos interesses e estratégias da economia mundial capitalista.

Como conseqüência disso, *de fato*, inexistem, na realidade subdesenvolvida, políticas sociais para as massas. Esses Estados acabam por “distribuí-las” como privilégio reservado somente ou à parcela dos que pertencem à hierarquia funcional supervisora do processo de trabalho, ou, ainda, aos que desempenham atividades cuja natureza as torna destacadas como geratrizes de mais-valia e, portanto, inseridas “com mérito” na dinâmica capitalista. Em contrapartida, o grande contingente dos trabalhadores restantes é relegado à exclusão quanto aos benefícios oriundos dessas políticas.

Os Estados nacionais dos países do “Terceiro Mundo” desempenham, nesse sentido, a sua função de instrumento de classe, na medida em que essa atitude “distributiva” cumpre um importante papel para a formação das bases da troca desigual e, pois, da própria economia mundial capitalista, ao criar as condições para que, no valor da produção periférica, aumente a proporção do trabalho não-pago a ser apropriada como lucro – e acumulada, pois, no circuito do mercado mundial. Assim, os Estados periféricos colaboram decisivamente para que a sua massa trabalhadora reforce o processo de acumulação capitalista, tornando-se uma relevante alavanca da mesma:

Os Estados-Nação subdesenvolvidos constituem a periferia, parte dominada do conjunto que é a economia mundial. Eles sofrem leis. Por isso, o Estado é o lugar onde se vai cristalizar a necessidade de reproduzir o capital em escala internacional. É o lugar de difusão das relações mercantis e capitalistas, difusão necessária à realização da divisão internacional do trabalho. É o lugar por onde transitará a violência necessária a que ela se realize, já que ele é o *elemento* e o meio que tornam possível uma tal política. (MATHIAS e SALAMA, 1983, p. 41).

Assim, como já assinalado, a situação social a que é submetido o exército de trabalho nos países subdesenvolvidos resulta de que a necessidade de desenvolver e ampliar a acumulação de capital fez com que o capitalismo, nos países desenvolvidos, tivesse que buscar alternativas para aumentar a produtividade do trabalho, sem que isso implicasse ameaça à estabilidade política dos mesmos pela não-satisfação das necessidades materiais da sua classe trabalhadora. Fazia-se necessário, portanto, aperfeiçoar a exploração do trabalho sem que isso sacrificasse as condições de vida da massa, preservando a integridade da acumulação. Esse impasse, então, foi resolvido organizando uma divisão internacional do trabalho que, aproveitando as condições oriundas do processo colonial, impôs aos trabalhadores das colônias, recém ex-colônias e neocolônias a tarefa de, entre outras, produzir as mercadorias necessárias ao suporte do consumo da classe trabalhadora dos países desenvolvidos – estratégia que, sob formas diferentes, persiste até hoje. E é por isso que, para que fosse cumprida não só essa tarefa, mas, também, a de produzir outras mercadorias, necessárias à formação do próprio capital, tornava-se imprescindível um comércio internacional fundado sobre uma troca desigual que, por sua vez, tivesse seus alicerces assentados em uma radical diferença de salários entre os mundos “desenvolvido” e “subdesenvolvido”. E essa situação, que tem entre os seus elementos a também radical diferença entre as tecnologias residentes em um e outro caso, para que pudesse evitar, preventivamente, pressões políticas indesejáveis no interior dos países ricos, só poderia ser levada a cabo, conforme Leal (s.d. **a**), à custa da transformação dos países retardatários em “[...] países-mendigos que pudessem ser usados como latas de lixo dos países ricos”. E, por sua vez, para isso era necessário reservar à classe trabalhadora dos países pobres condições de vida piores até que as dos segmentos pauperizados dos países ricos.

Assim, a massa trabalhadora dos países “periféricos” experimenta uma dupla desvantagem social: a desvantagem geral da exploração a que é submetida como força de

trabalho e a desvantagem particular de sofrer condições desumanas de vida a que é submetida como massa proletária da periferia. Essa é a realidade em que se desenvolve o trabalho nos espaços sociais dos países “retardatários”, intimamente articulado, portanto, à fundação do Estado moderno, ao desenvolvimento das forças produtivas, à organização das relações de produção e às formas do exercício da cultura e do poder que disso decorrem. O trabalho constitui, portanto, para nós, sim, uma categoria fundante da vida social.

4. ACERCA DO TRABALHO E DOS SEUS EFEITOS SOBRE O TRABALHADOR

4.1 – OS EFEITOS DO SISTEMA DE TRABALHO CAPITALISTA SOBRE A MASSA TRABALHADORA

Vai trabalhar, vagabundo/ Vai trabalhar, criatura/ Deus permite a todo mundo/ uma loucura/ Passa o domingo em família/ Segunda-feira beleza/ Embarca com a alegria/ Na correnteza/ Prepara o teu documento/ carimba o teu coração/ Não perde nenhum momento/ Perde a razão/ Pode esquecer a mulata/ Pode esquecer o bilhar/ Pode apertar a gravata/ **Vai te enforcar/ Vai te entregar/ Vai te estragar/ Vai trabalhar/** Vê se não dorme no ponto/ Reúne as economias/ Perde os três contos no conto/ Da loteria/ Passa o domingo no mangue/ Segunda-feira vazia/ Ganha no banco de sangue/ Pra mais um dia/ Cuidado com o viaduto/ Cuidado com o avião/ Não perde mais um minuto/ Perde a questão/ Tenta pensar no futuro/ No escuro tenta pensar/ Vai renovar teu seguro/ **Vai caducar/ Vai te entregar/ Vai te estragar/ Vai trabalhar/** Passa o domingo sozinho/ Segunda-feira a desgraça/ Sem pai nem mãe, sem vizinho/ Em plena praça/ **Vai terminar moribundo/ Com um pouco de paciência/ No fim da fila do fundo/ Da previdência/** Parte tranqüilo, ó irmão/ Descansa na paz de Deus/ Deixaste casa e pensão/ Só para os teus/ A criança chorando/ Tua mulher vai suar/ Pra botar outro malandro/ No teu lugar/ **Vai te entregar/ Vai te estragar/ Vai te enforcar/ Vai caducar/Vai trabalhar/ Vai trabalhar/ Vai trabalhar.** (BUARQUE, 2007. Grifo nosso).

Nas sociedades simples, de economia natural, o trabalho é realizado de modo livre e aleatório, pois as atividades de produção para a subsistência coexistem com a propriedade coletiva dos meios de produção, pelos produtores diretos. Atividades como a caça, a pesca, a coleta e mesmo a agricultura possuem um forte conteúdo lúdico que associa o trabalho a uma forma ocupacional do lazer. Mesmo em sociedades nas quais o meio fundamental de produção é submetido à propriedade privada, quando o trabalho não é submetido à organização e, pois, à hierarquia formal, ainda são possíveis graus de liberdade relativamente altos para o trabalhador direto, tal como na sociedade feudal – na qual a atividade agrícola, associada ao contato direto com a natureza, não submete o trabalhador à pressão por resultados, que é própria do trabalho organizado. Essa dicotomia – a da proximidade ou do afastamento entre o trabalho e a natureza e a conseqüente desumanização do mesmo, provocada pela organização capitalista do trabalho – transparece, de forma clara, nas considerações de Weil:

O trabalho do lavrador obedece por necessidade a este ritmo do mundo; o trabalho do operário, por sua própria natureza, é, em larga medida, independente desse ritmo do mundo; o trabalho do operário, por sua própria natureza, é, em larga medida, independente desse ritmo, mas poderia imitá-lo. É o contrário do que se dá nas fábricas. A uniformidade e a variedade também se misturam nelas, mas essa mistura é o oposto do que nos dão os sol e os astros; o sol e os astros preenchem o tempo de antemão com quadros feitos de uma variedade limitada e ordenada em retornos regulares, quadros destinados a abrigar uma variedade infinita de acontecimentos totalmente imprevisíveis e parcialmente desprovidos de ordem; ao contrário, o futuro de quem trabalha numa fábrica é vazio por causa da impossibilidade de se prever, e mais morto do que o passado por causa da identidade dos minutos que se sucedem como os tique-taques de um relógio. (WEIL, 1979, p. 143)

Do mesmo modo, na produção artesanal – quer a urbana, quer a rural – o produtor direto detém a propriedade de elaborar o seu produto de modo integral, isto é, do seu estágio bruto, inicial, ao seu estado acabado, final. O trabalho organizado, porém, guarda características inteiramente diferentes em relação a essas formas, o que leva a ter a necessidade da hierarquia como elemento da organização: a atividade produtiva passa a obedecer à divisão do trabalho, que fragmenta o processo produtivo em um sem-número de tarefas particulares, tantas quantas forem necessárias para tornar mais eficiente (e com o menor custo possível) a produção. Dá-se aí, portanto, uma duplicidade de situações simultâneas: a rigidez organizacional cada vez maior e necessária da organização produtiva baseada no lucro e a descaracterização do trabalhador individual como portador do trabalho criador – ou seja, ele deixa de ser o produtor integral de um produto com identidade própria e passa a ser apenas o anônimo executor de uma tarefa qualquer, conforme Beaud (1987). A organização do trabalho vai fornecer a arma de que o patronato necessita, pois com a introdução da decomposição do processo produtivo em tarefas, da organização, da definição dos movimentos, normas, remuneração, o trabalhador passa por um processo alienante e ainda mais explorador da força de trabalho:

Seus resultados são freqüentemente espetaculares: assim ele [capitalista] obtém que lá onde um operário carregava dentro de um vagão 12,7 toneladas de ferro gusa por dia, ele carregue 48 a 49 toneladas, tendo a felicidade como prêmio, já que ele se dizia seguro de que os operários ficavam ‘mais felizes e mais satisfeitos quando carregavam no velho ritmo de 12,7 toneladas’ (BEAUD, 1987, p. 219).

A conjunção dessas duas situações se caracteriza pela tendência à imposição cada vez mais rígida da hierarquia, à medida em que a lógica do lucro, sob a pressão do mercado reclama cada vez mais por resultados – o que agudiza no trabalhador a sensação de uma atividade monótona, repetitiva, sem sentido e sem qualquer perspectiva concreta de significado e crescimento individual, posto que “[...] o que é certo é que a monotonia do trabalho começa sempre por ser um sofrimento. Se se chega ao hábito, é à custa de uma diminuição moral” (WEIL, 1979, p. 124), uma vez que

[...] ninguém se acostuma, a menos que se possa trabalhar pensando em outra coisa. Mas, então, é preciso trabalhar num ritmo que não exija muita assiduidade da atenção de que a cadência do trabalho precisa. Mas se estamos fazendo um trabalho no qual temos de pensar o tempo todo, não se pode pensar em outra coisa, é errado dizer que o operário pode acomodar-se à monotonia desse trabalho. Os operários da Ford não tinham o direito de falar. Não procuravam um trabalho variado, porque, depois de um certo tempo de trabalho monótono, ficavam incapazes de fazer outra coisa (WEIL, 1979, p. 124-5).

O único resultado sensível desse quadro é o agravamento, cada vez maior, da concorrência entre os trabalhadores, do comportamento essencialmente egoísta para o qual o prêmio é a ascensão individual na estrutura hierárquica desse sistema de trabalho, que regula a premiação aos “competentes”, sem deixar de manter a imposição de condições, cada vez mais, desfavoráveis à massa geral:

E assim, à medida que o trabalho se torna mais desagradável, mais repugnante, a concorrência aumenta e o salário diminui. O operário procura manter o mesmo salário trabalhando mais, quer fazendo horas extraordinárias, quer produzindo mais em cada hora de trabalho. Empurrado pela miséria o operário aumenta mais os efeitos funestos da divisão do trabalho. Pois que quanto mais trabalha menos ganha, e isto por uma razão muito simples: fazendo concorrência aos seus companheiros, estes se transformam em concorrentes que se vendem em condições tão más quanto as dele, deste modo, em definitivo é assim mesmo que ele faz concorrência, a ele próprio como membro da classe operária. (MARX, 1987, p. 46-7).

A organização do trabalho na sociedade capitalista sempre foi uma necessidade maior. Diversos foram, inclusive, os que contribuíram para essa necessidade – dentre eles, Taylor, que desenvolveu um método científico de controle do trabalho, cuja finalidade era a de depurar a produtividade através do estudo de tempos e movimentos. O método de Taylor,

segundo Weil (1979, p. 119), retirava dos trabalhadores a possibilidade de determinar, por si, os processos e o ritmo de seu trabalho e colocava nas mãos da direção a escolha dos movimentos a executar no decorrer da produção:

O método de Taylor [consistia] essencialmente nisto: primeiro, estudar cientificamente os melhores procedimentos a empregar em qualquer trabalho, mesmo o trabalho braçal [...] depois, estudar os tempos decompondo cada trabalho em movimentos elementares que se reproduzem em trabalhos muito diferentes conforme diversas combinações; e, uma vez medido o tempo necessário para cada movimento elementar, chega-se facilmente ao tempo necessário para operações mais variadas. [...] Finalmente, intervém a divisão do trabalho entre os chefes técnicos. Antes de Taylor, um contramestre fazia tudo; vigiava tudo. Atualmente, nas fábricas, há vários chefes para uma mesma seção: há o controlador, há o mestre, etc. (WEIL, 1979, p. 119).

Importa, contudo, registrar os efeitos colaterais das suas medidas: Taylor “Não procurava um método de racionalizar o trabalho, mas um meio de controle dos operários, e se achou ao mesmo tempo o meio de simplificar o trabalho, são duas coisas totalmente diferentes”. (WEIL, 1979, p. 121). Ele, inclusive, orgulhava-se de ter conseguido

[...] dobrar e até mesmo triplicar a produção em certas fábricas simplesmente pelo sistema das gratificações, pela vigilância dos operários e pela inexorável despedida dos que não quisessem ou não pudessem acompanhar a cadência. Explica[va] que cheg[ara] a encontrar o meio ideal para *suprimir a luta de classes*, porque seus sistemas se baseiam, num interesse comum do operário e do patrão, tendo ambos mais lucro com esse sistema, e o próprio consumidor também fica mais satisfeito porque os produtos são mais baratos. Gabava-se, assim, de resolver todos os conflitos sociais e de ter criado a harmonia social. (WEIL, 1979, p. 122. **Grifo nosso**).

Weil ainda adita que, do ponto de vista moral, a taylorização provocava a desqualificação dos operários, o que foi contestado pelos apologistas da racionalização. Contudo, conforme ainda Weil (1979, p.123-4), o próprio Taylor gabava-se de ter chegado a admitir apenas 75% de operários qualificados na produção para 125% [sic] não qualificados no acabamento.

Coube a Ford colocar em prática a organização taylorista do trabalho na linha de montagem, o qual, em síntese, previa o aumento da produtividade por meio do controle e da imposição de um novo ritmo aos processos de trabalho realizados pela classe operária. Para

Beaud (1987), não era apenas um novo método de organização do trabalho que foi introduzido com o fordismo, mas um novo modelo de produção da mercadoria capitalista e de realização do valor assim criado, uma vez que os salários de uma parcela dos trabalhadores foram aumentados, assim como houve um grande aumento da produtividade devido à produção em massa e à racionalização da produção, conforme atesta o excerto abaixo:

A linha de montagem, ao decompor ao máximo as tarefas e ao impor uma cadência a todos os trabalhadores, possibilita aumentar a produtividade de um modo considerável. Assim, o acoplamento do volante magnético, realizado por um operário, exigia vinte e cinco minutos; com uma transportadora de corrente e vinte e nove operários ‘especializados’, cada um numa operação, esse acoplamento não tomava mais que treze minutos; depois, tendo sido elevada a transportadora de corrente, sete minutos; e, enfim, com as cadências tendo sido aumentadas com a velocidade da transportadora, cinco minutos. A produtividade foi multiplicada por cinco (BEAUD, 1987, p. 260).

A partir da introdução do modelo fordista, consagrou-se, definitivamente, a adoção do trabalho organizado como instrumento de pressão para a busca de resultados através do aumento de produtividade. E esse modelo não se limitou ao ambiente industrial. Passou a permear todas as atividades produtivas da empresa moderna. Isso teve como consequência o aumento do controle e da repressão ao operariado, como forma de garantir o aumento da produtividade e, conseqüentemente, dos lucros, impingindo à classe trabalhadora, por outro lado, o crescimento de neuroses e de todos os resultados nefastos para as suas condições de sanidade física e equilíbrio emocional. O próprio Ford, conforme citado por Beaud, deixa bem claro o quanto a organização capitalista do trabalho, a cuja disseminação ele contribuiu de modo decisivo, exige o trabalhador embrutecido:

Cada trabalhador ocupa um posto do qual ele não se mexe, pois ‘andar a pé, repetia Ford, não é uma atividade remuneradora’. São, portanto, as peças que se movimentam numa correia transportadora; e cada trabalhador efetua uma operação, por vezes duas ou três; nas oficinas de fundição Highland Park, 95% dos moldadores e dos fundidores são ‘especializados numa única operação que o indivíduo mais estúpido pode aprender a executar em dois dias’. Em 1926, para 79% do pessoal empregado nas fábricas Ford, o tempo de formação era inferior a uma semana. (BEAUD, 1987, p. 259).

Alguns relatos de trabalhadores submetidos a esse processo nos auxiliam a esclarecer melhor essa questão:

Nunca estive no inferno, mas já ouvi [sic] muita coisa. Era como trabalhar no inferno. Havia perseguição, ameaças, más condições de trabalho. E êle [sic] continuava a nos vigiar através dos chamados 'Starman'. Era como o Grande irmão vigiando.⁸

Um outro:

Eu chegava em casa tão cansado! Minha mulher esfregava minhas mãos, que eu usava muito. Então caía no sono lendo o jornal (...).⁹

Ou:

Na cama, à noite, eu sonhava com o trabalho. Trabalhava a noite toda, no sonho.¹⁰

Este quadro é onipresente na realidade capitalista e seus efeitos se desdobram sobre todo o seu exército de trabalhadores, produzindo as disfunções físicas e psíquicas que são a marca própria da sua existência. Assim, todo país ou sociedade do sistema o terá como elemento regulador das relações presentes no ambiente da produção e, conseqüentemente, como vetor de regulação dos objetivos da produção capitalista.

⁸ Depoimento de David Moore, ex empregado da Ford in: TARSHIS, Peter. Ford – Biography (Série Biografias, The History Channel), Jud Johnston/HTV, A&E television Networks, copywright, 1994, apud Leal, sd. **b** p. 84.

⁹ Idem, ibidem, p. 85.

¹⁰ Depoimento de Arthur Valenti, in Idem, ibidem.

4.2. A INTEGRAÇÃO DO BRASIL AO CAPITALISMO MODERNO

É necessário um olhar histórico das décadas de 30 e 40 para se compreender a questão do trabalho no Brasil de forma integrada ao seu processo de desenvolvimento, uma vez que é neste período que se redefinem as condições da sua subordinação as necessidades do desenvolvimento capitalista. A era Vargas constitui-se, portanto, um período histórico importante para análise, já que é neste contexto em que foi desenvolvida ação essencial a fim de modernizar o país e o Estado brasileiro, o que incluiu a redefinição e a modernização institucional das relações entre o capital e o trabalho.

No que diz respeito ao processo de industrialização e constituição da sociedade capitalista brasileira, conforme Fernandes, reproduzir-se-ão as mesmas características estruturais e dinâmicas essenciais do capitalismo central — isto é, economia mercantil, competitiva, etc. O autor afirma que, contudo, “a uniformização dos princípios de modernização não exclui a existência de ‘diferenças fundamentais’ que decorrem do processo pelo qual esse desenvolvimento capitalista torna-se dependente, subdesenvolvido e imperializado” (FERNANDES, 1976, p. 25).

Para Draibe, o projeto de Estado capitalista para o Brasil conduzido por Getúlio Vargas, entre 1930 a 1945, revela que

[...] o caso brasileiro mostra sua peculiaridade no fato de que aqui o ‘Estado de transição’ avança seu processo de transformação em Estado capitalista e burguês sob formas estruturais e instituições capitalistas e burguesas ‘avançadas’. Estrutura-se e reestrutura-se de acordo com instituições e formas de atuação típicas de Estados capitalistas já constituídos e, mais ainda, contemporâneas, isto é, as prevalentes na ordem e ideologia capitalista internacional (DRAIBE, 2004, p.115).

Fernandes considera que seria vão pretender, no Brasil, uma réplica do desenvolvimento capitalista característico das nações tidas como centrais e hegemônicas. Todavia, analisa que o desenvolvimento capitalista logrado traz consigo, como nas sociedades centrais e hegemônicas, as mesmas tendências de organização e de evolução da economia, da

sociedade e do Estado. O fato é que o Brasil, ao passar por um processo de industrialização e, conseqüentemente, de formação de um Estado burguês, irá vivenciar todas as mazelas sociais impostas pelo quadro econômico e social do modelo mundial de acumulação capitalista que impõe a países periféricos, como o Brasil, um processo de desenvolvimento industrial que na essência corresponde à expansão das economias centrais. De acordo com Campos,

Isso significa, em outras palavras, que o processo de criação e recriação de desigualdades, iminentes ao desenvolvimento do capitalismo, depois de exaurir suas possibilidades internas, deverá se alimentar das desigualdades em escala mundial, expressas no desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas. (CAMPOS, 2001, p. 266-7).

Analisar o predomínio da hegemonia liberal-burguesa na formação social brasileira e o conseqüente modelo de Estado e Sociedade implantados a partir deste momento implica, pois, inicialmente, discorrer sobre os processos políticos e econômicos que findaram por garantir a criação (cf. Marx, 1988) de um Estado emprenhado pelo privilégio e pela dominação da burguesia sobre o proletariado, garantindo as condições de exploração da força de trabalho, por meio de relações sociais de produção afeitas aos desígnios do grande capital.

A partir da segunda metade do século XIX, intensificou-se o ritmo de urbanização no Brasil, paralelamente a um gradativo desenvolvimento das atividades do setor secundário. Com as crises internacionais ocorridas a partir da Primeira Guerra, tornaram-se difíceis as importações de manufaturados, abrindo, por conseqüência, perspectivas para a sua produção no país, estimulando, assim, o crescimento industrial.

A essas mudanças correspondiam diferenciações no sistema social, geradas, principalmente, pela incipiente divisão do trabalho que se estabelecia internamente, com a inclusão da indústria. Desse modo, começava a emergir o embrião de uma burguesia industrial nacional, expandiam-se as camadas médias e surgiam os primeiros núcleos proletários. Assim, às transformações sociais somavam-se as crises das relações de subordinação, no sentido de acentuar as diferenciações internas. Gradativamente, se

fortaleciam aqueles segmentos que caracterizariam a superação da predominância da oligarquia e a transformação da estrutura social predominantemente agrária em uma sociedade de padrões urbano-industriais:

O crescimento da indústria deu origem a uma burguesia industrial e ao proletariado urbano. As demais atividades de suporte da economia exportadora, como o comércio, transportes, bancos etc., por sua vez, permitiram o aparecimento de uma pequena burguesia e de um estamento de classe média de altas rendas e, de outro lado, de um setor de assalariados urbanos não diretamente proletários. Estes últimos, ao lado do proletariado industrial e da plebe, formavam uma massa cujas condições de vida, nas grandes cidades, começavam a tomar contornos de uma questão urbana. Tratava-se, portanto, de uma estrutura social já diferenciada e *heterogênea*, tanto no nível das classes dominantes quanto das classes e frações subalternas. Essa estrutura heterogênea fundamentava-se em um certo grau de avanço mercantil, desenvolveu uma potencialidade virtual de reordenação do padrão da acumulação capitalista (DRAIBE, 2004, p. 25).

A forma de integração do Brasil ao sistema de divisão internacional do trabalho determinava que as oscilações do capitalismo mundial atingissem, também, a economia brasileira, consoante as condições dessa integração. Essas oscilações se manifestavam, desde a Primeira Guerra, por meio de lutas entre as nações hegemônicas da Europa e, posteriormente, entre estas e os Estados Unidos, num processo que culminou, após a Segunda Guerra, com a transferência da hegemonia imperialista da Europa para os Estados Unidos:

O fantástico processo de acumulação de capital que se verificou nos Estados Unidos após a primeira guerra mundial – nas indústrias de artigos de luxo (carros, geladeiras, enceradeiras, iates, residências, etc.) – exigia, para sua reprodução ampliada, a criação contínua de ‘economias externas’, acumulação sustentada na esfera estatal, que tinham como fundamento econômico real: a necessidade de externalizar os custos das empresas privadas. A construção do sistema de estrada de rodagem, a implantação do sistema de distribuição de energia elétrica para fins domésticos, a concentração consumista da renda nacional e sua reconcentração, a acumulação de capitais na agropecuária, a concentração bancária e a criação de um sistema ao consumo, a Bolsa como centro de atração de capitais mundiais desde o século anterior forneceram aos Estados Unidos as características contraditórias que definiam sua economia em oposição às economias dependentes. (CAMPOS, 2001, p. 198-9).

O rápido crescimento da economia norte-americana não veio acompanhado, contudo, de um mercado consumidor que pudesse dar conta do excedente de sua produção, provocando, em 1929, uma grave crise de superprodução, dado que

Como as economias subdesenvolvidas, semi-integradas não possuíam o sistema rodoviário, o sistema de produção e distribuição de energia elétrica para mover os eletrodomésticos, o sistema de crédito ao consumo e a concentração consumista da renda, elas não possuíam as condições necessárias para importar e utilizar os produtos que se tornaram excedentes na economia norte americana, como a crise de 1929 revela dramaticamente (CAMPOS, 2001, p. 199).

No Brasil, a crise acarretava uma alteração no uso dos recursos obtidos com a exportação do café e conseqüente diminuição das importações, criando incentivos para a produção artesanal e fabril passível de atender à procura dos manufaturados tradicionalmente importados. A Primeira Guerra, interrompendo o comércio com a Europa, permitiria que se firmassem as fábricas existentes e surgissem outras para fazer face à demanda por bens de consumo. Esse processo de substituição de importações, que voltaria a ocorrer de forma mais profunda e significativa durante a crise mundial de 1929 e com a Segunda Guerra Mundial, possibilitou o desenvolvimento de um setor industrial forte, quando comparado à sua inexistência anterior:

Na verdade, já antes da primeira grande Guerra ambos começam a transferir para a periferia dinamismos econômicos que refletem o advento das ‘corporações’ ou das ‘empresas multinacionais’, típicas da segunda revolução Industrial, nas esferas do comércio, da produção industrial e dos serviços. Depois da crise de 1929 eles aparecem, de fato, como os dinamismos mais importantes, que se esbatem sobre as economias periféricas para submetê-las a um novo processo de incorporação às economias centrais e para transformá-las. Pode-se fazer um esforço de abstração, procurando-se selecionar, entre os elementos da dominação imperialista externa, aqueles que seriam mais ou menos compatíveis com as dimensões e com o sentido do capitalismo competitivo. Contudo, este entrara em crise nas economias centrais. Ele se mantém quase intacto na periferia exclusivamente em virtude dos ritmos mais débies e descontínuos de seu desenvolvimento capitalista (FERNANDES, 1976, p. 246-7).

O crescimento industrial do Brasil trazia, como conseqüência, a definição de um novo segmento na sociedade brasileira: a burguesia industrial. Essa burguesia, a princípio, não se apresentara como uma força que pudesse se opor à hegemonia das oligarquias agrárias. Com a diversificação da economia, os interesses específicos do setor secundário passam a ser considerados pela burguesia como um fator significativo a orientar o sentido de determinadas medidas. A partir dos anos vinte, aumentava a capacidade de organização e o prestígio dos

empresários que, cada vez mais, adquiriam consciência de seus próprios objetivos econômicos e começavam a questionar a posição secundária que, até então, vinham ocupando.

A transformação de um modelo econômico predominantemente agrário para o de uma economia industrial conduzida pelo Estado se deu, no Brasil, em meio a um conturbado processo de crise de acumulação do capital mercantil e das alianças sociais que sustentavam o domínio oligárquico, concomitante ao aparecimento de novos atores sociais que, de um modo geral, propunham a criação de bases para o desenvolvimento das forças produtivas do capital, ou seja, a formação de um Estado nacional que fosse capaz de adequar-se ao conjunto das relações econômicas e sociais implementadas pelo capital internacional:

A crise do estado oligárquico, ao estabelecer condições para a centralização política, criou também as bases para uma profunda intervenção e regulação econômica estatal, no espaço político constituído pelos interesses sociais e seus conflitos. Nesse campo de forças, constituiu-se aceleradamente um moderno e sofisticado aparelho econômico centralizado, a partir do qual o Estado passou a atuar sobre os pontos-chave da vida econômica e social, elaborando políticas de caráter nacional e dotadas de um grau bastante elevado de interpenetração e complementaridade (DRAIBE, 2004, p. 67).

E isso refletia a natureza do processo que resultava na formatação desse Estado:

Na verdade várias burguesias (ou ilhas burguesas), que se formaram em torno da plantação e das cidades, mais se justapõem do que se fundem, e o comércio vem a ser o seu ponto de encontro e a área dentro da qual se definem seus interesses comuns. É dessa debilidade que iria nascer o poder da burguesia, porque ela impôs, desde o início, que fosse no terreno político que se estabelecesse o pacto tácito (por vezes formalizado e explícito) de dominação de classe. Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político [...] Em conseqüência, a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições idéias para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível (FERNANDES, 1976, p. 204).

As circunstâncias do surgimento e do desenvolvimento da sociedade urbana e industrial no Brasil caracterizaram-se, nesse sentido, por um processo de modernização marcadamente segmentado, com setores industriais modernos convivendo com setores tradicionais e com a economia agrário-exportadora. O capitalismo formado por essa conjunção caracterizou-se pela reprodução e reciclagem das estruturas coloniais herdadas do

passado escravista. Nessas condições, a burguesia desenvolve-se recebendo os influxos emanados do capitalismo monopolista, reorganizando os elos de dependência externa, ao mesmo tempo em que atualiza as estruturas coloniais internas herdadas, introjetando outras, novas, próprias da forma capitalista especificamente retardatária:

Na materialidade da sua ossatura, o Estado brasileiro avança seu processo de constituição de Estado nacional e capitalista. Mas o faz sob essa forma específica, inscrevendo nos seus aparelhos os diferentes interesses sociais que, assim, sofrem um processo de generalização e abstração, metamorfoseando-se, agora, em 'interesses nacionais' e constituindo-se na substância das políticas do Estado. Desse modo, o caráter capitalista desse Estado em formação é impresso na sua própria estrutura, na medida em que a nova máquina burocrática administrativa que emerge a partir de 1930 condensa e exprime, nos seus aspectos propriamente materiais, as relações e contradições básicas da sociedade (DRAIBE, 2004, p. 76).

A passagem da economia agrário-exportadora para a economia urbano-industrial, na década de 1930, constituiu, portanto, o momento no qual o país passou a presenciar às primeiras mudanças institucionais no Estado que visavam fornecer as condições necessárias para o desenvolvimento da indústria. As medidas de centralização das ações estatais promovidas nesse período tiveram o sentido de propiciar a integração da economia nacional e regulamentar os fatores de produção, garantindo, assim, a consolidação de uma economia fundada no trabalho assalariado e na acumulação industrial:

A revolução de 30 inaugurou a etapa decisiva do processo de constituição do Estado brasileiro. A quebra das 'autonomias' estaduais que amparavam os 'pólos oligárquicos' resultou numa crescente centralização do poder: concentraram-se progressivamente no Executivo Federal os comandos sobre as políticas econômica e social, bem como a disposição sobre os meios repressivos e executivos. O Estado seguirá federativo na sua forma, mas os núcleos de poder local e regional serão subordinados cada vez mais ao centro onde se gestam as decisões cruciais. Esse movimento de centralização e concentração do poder, sob os múltiplos aspectos em que se expressou, conduzirá o Estado brasileiro a uma forma mais avançada de Estado Nacional, capitalista e burguês industrial (DRAIBE, 2004, p. 54).

Na década de 30, quando se preparava e se implantava o Estado Novo no Brasil, as relações de produção capitalistas encontravam-se em amadurecimento, uma vez que estavam sendo constituídos os pré-requisitos básicos da industrialização: a existência de capital acumulado por meio da agroexportação e a presença de um contingente de trabalhadores

livres, em formação desde a abolição e a chegada dos imigrantes europeus. A essa situação se somavam outros fatores, com o desenvolvimento de um mercado consumidor interno e a disponibilidade de máquinas e conhecimentos técnicos importados. Nessas condições, qualquer postura ideológica tenderia a se orientar no sentido da reprodução das relações existentes, o que significa dizer que a ideologia do Estado Novo tendia a ser formulada a partir da posição do capital.

A tendência a essa transformação só poderia se alterar no caso de existirem forças sociais em condições de se opor à reprodução social em moldes capitalistas. Os grupos que se haviam formado e que se opunham a isso não lograram obter força e organização suficientes, sendo neutralizados pela repressão. O movimento operário, de maneira geral, quando apresentou alguma contestação ao poder de organização capitalista, cingiu-se apenas a alguns de seus efeitos — duração da jornada de trabalho, baixos salários, elevação do custo de vida — expressando interesses que os setores dominantes, dentro de limites, poderiam atender sem prejuízo da realização dos seus próprios. Quanto às camadas médias, setores que já antes da revolução de 30, vinham se manifestando como uma força social significativa, tampouco assumiram posição antitética à dominação capitalista. Tal fato se devia, fundamentalmente, a que elas tinham embasamento social e econômico em atividades subsidiárias (Estado e serviços) da estrutura social da grande propriedade, o que as impedia de superar os limites estabelecidos pelos interesses dos grupos dominantes.

Nessas condições, a ideologia reguladora do Estado Novo configurou-se como representativa dos interesses do capital, relativos às oligarquias ligadas ao setor agrícola e à incipiente burguesia industrial, com a incorporação de interesses de setores das camadas médias e classe operária, até o limite necessário à neutralização de sua força:

Nesse sentido, isto é, do ponto de vista da constituição de um estado capitalista, a montagem dos aparelhos sociais expressa um grau maior de amadurecimento de suas estruturas. Estabelece-se uma modalidade de inserção subordinada e controlada dos interesses subalternos no âmbito do Estado,

constituindo e reforçando as estruturas capitalistas de dominação (DRAIBE, 2004, p. 65-6).

O período que vai do final da década de 1920 e adentra pela década de 1930, como vimos, caracteriza-se, por um lado, como um momento de grave depressão econômica e de intensos conflitos entre os diversos grupos sociais, por outro. A diminuição dos ganhos de capital exigia uma revisão das condições existentes. A situação de subordinação da economia brasileira, enquanto não impedia a retenção de parte do excedente, não se afigurava como obstáculo. Nesse momento, começava a ser sentida a necessidade de reorientação econômica e procedia-se uma revisão do enfoque dado aos meios de produção e forças produtivas. Os recursos e a força de trabalho disponíveis passaram a ser revalorizados, visando de sua preservação e melhor aproveitamento. O que se tinha em vista eram novas alternativas de inversão que possibilitassem manter e ampliar os níveis de renda.

Essa diretriz de reorientação do fluxo de capital, se não teve sua gênese no Estado Novo, aí se manifestou mais intensamente, revelando uma continuidade que vinha desde a “Revolução de 30”, quando a medida já era proposta pelos mais diversos setores da sociedade. Instaurado o Estado Novo, o governo adotou medidas que revelavam a preocupação com a capitalização interna, para se evitar a sangria do país. Em 1937, Vargas anunciou a decisão de suspender os pagamentos de juros e amortizações da dívida externa, para logo decretar o controle do câmbio pelo Banco do Brasil. Gradativamente iam se incrementando medidas de controle sobre os recursos do país e de um protecionismo dirigido, a permitir que a economia se voltasse "para dentro":

Nesse processo, é importante ressaltar o papel fundamental do Banco do Brasil, seja como núcleo central do sistema creditício comercial, seja como ‘caixa’ do tesouro e mecanismo operativo direto das transações, dispêndios e recitas de todo o aparelho governamental. As significativas transformações e as funções incorporadas ou desenvolvidas pelo Banco do Brasil a partir de 1930 requeriam um estudo mais aprofundado, pois toda a fase de expansão industrial e crescimento agrícola, após 1933, contou com seu suporte decisivo. Na fase do Estado Novo, com o desdobramento das funções que já vinham sendo desenvolvidas dentro da estrutura do banco, solidificou-se a aparelhagem de regulação na área monetário-creditícia e cambial, que se estruturou com maior grau de diferenciação, sem dúvida, com a

criação da superintendência da Moeda e do Crédito Sumoc, em 1945 (DRAIBE, 2004, p. 78).

A expansão econômica exigia novas formas, mais ágeis e eficientes, de organização das forças produtivas. A ampliação das jornadas de trabalho já não era uma medida conveniente, mesmo porque a força reivindicatória adquirida pela classe operária mostrava sua inviabilidade pelos movimentos que poderia gerar. O processo de acumulação iria se estabelecer, fundamentalmente, com base na mais-valia relativa. Essa orientação se definia pela adoção de padrões de organização e racionalidade técnica e de melhoria da produtividade da força de trabalho.

As medidas adotadas se caracterizavam, em primeiro lugar, pelo intervencionismo. Adotava-se o controle sobre os mecanismos automáticos de mercado, por meio da implantação de um sistema racionalizado de produção, com definição prévia de objetivos e organização das ações para sua consecução. Sob a direção do Estado, enquadravam-se os diversos interesses no projeto de expansão das forças produtivas sob o novo modo de acumulação. Os diversos setores tinham que se ajustar a regras oriundas dos órgãos administrativos e técnicos e aos incipientes esboços de planificação formulados a partir dos anos 40. As opções econômicas se limitavam às alternativas que as diretrizes governamentais ofereciam.

O mercado de força de trabalho passava, também, a ser coordenado pelo Governo que definia as bases da submissão ao capital, proibindo greves, extinguindo as possibilidades de organização operária autônoma e fixando os níveis salariais. Começava a se revelar um reconhecimento da “importância do fator trabalho” como elemento básico do processo econômico, o que determinava uma preocupação constante com sua regulamentação, de forma a viabilizar a acumulação. O atendimento, dentro de limites, de antigas reivindicações, o controle dos sindicatos, a política imigratória limitativa da entrada de estrangeiros no país e a

intensa propaganda realizada mostram uma preocupação com a organização do trabalho de modo a assegurar sua submissão aos interesses capitalistas.

No que se refere à produtividade da força de trabalho, adotavam-se medidas visando sua reprodução ampliada. A reforma Capanema, em 1942, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino industrial, destinado a preparar força de trabalho especializada. No mesmo ano, criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Comerciários (SENAC). Ainda com o objetivo de assegurar a produtividade do trabalhador, obrigavam-se as fábricas com mais de 500 empregados a instalarem refeitórios (1939); criou-se o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940), responsável pela construção de inúmeros restaurantes para trabalhadores, o Serviço Social do Comércio (SESC), destinado a oferecer serviços de cunho social aos trabalhadores do comércio e seus dependentes e ampliando o sistema de assistência e previdência social.

Outra linha, que se revelava insistente, dispunha-se a desmobilizar os diversos setores da sociedade, inibindo os impulsos de quaisquer grupos. A desmobilização deveria restringir toda forma de manifestação de interesses, obstando qualquer espécie de organização autônoma no plano da sociedade. Esse componente, geralmente analisado sob a categoria "Autoritarismo", refletia a concepção de uma nova forma de relação entre Estado e sociedade, em que o primeiro monopolizava o processo decisório, substituindo e se antecipando aos indivíduos e grupos. Assim, com o Estado posto como matriz geradora dos processos sociais, o nível político adquiria um novo papel na formação social brasileira, transformado em instância dominante.

Eliminando-se as possibilidades de manifestação espontânea, neutralizar-se-iam, conseqüentemente, os conflitos. Assumindo a posição do capital, o Estado não poderia deixar de considerar a atuação das forças sociais, principalmente as subalternas, como óbice ao desenvolvimento. O que se pretendia era evitar que ocorressem novamente os movimentos

das “classes médias” e operárias, que, de qualquer modo, já se haviam começado a manifestar.

O fortalecimento do aparato do Estado repressivo constituía um sintoma significativo, que expressava com a ampliação de seu poder de direção. Mas esse poder era empregado com endereços e formas tão diversas, que a expressão genérica "Autoritarismo" confunde e mantém ocultos. Se a desmobilização dos diversos setores se apresentava como orientação generalizante, o fato de que as medidas governamentais beneficiassem as oligarquias agrárias e criassem condições para a ascensão da burguesia industrial evidenciava seu caráter particularizante em benefício do capital. Fora já a partir de 1930 que se havia tornado nítida a constituição desse novo Estado Brasileiro, com políticas sociais de profundo caráter conservador. De acordo com a perspectiva corporativista dos grupos no poder, nesse período, predominava um ideal de sociedade harmônica em que os antagonismos entre classes eram encarados como nocivos ao bem comum representado pelo Estado. Assim, uma marca do surgimento do Estado industrial brasileiro é o autoritarismo, evidente na repressão aos movimentos de trabalhadores.

Nesse primeiro momento, o autoritarismo expressava-se, fundamentalmente, na estrutura corporativista da organização sindical, que começou a ser montada em 1930. O corporativismo, deslocando os conflitos entre capital e trabalho para a esfera do Estado, descaracterizou e obstaculizou a livre manifestação das reivindicações dos trabalhadores. O Brasil teve, na generalização e coordenação de suas políticas, um mecanismo de constituição da força de trabalho assalariada por intermédio do Estado. Esse papel foi extremamente importante para o processo de modernização.

É, pois, somente com a organização do aparelho de Estado capitalista e de todo aparato centralizado dos mecanismos de poder instituídos, que o Estado burguês brasileiro passará a organizar a construção de uma área social, objeto de política de caráter nacional,

tendo como finalidade, atender os interesses particulares de segmentos da estrutura social e assim, contribuir para a afirmação de um novo Estado nacional que buscava promover o controle da classe operária, uma vez que, conforme Iamamoto e Carvalho (2005, p. 132), “A hegemonia burguesa não pode basear-se apenas na coerção, necessitando estabelecer mecanismos de integração e controle”.

Assim, o Estado, na tentativa da elaboração e centralização das políticas de assistência social, sob sua estrutura burocratizada, organizará essa regulamentação traduzida no reforço das estruturas capitalistas de dominação, por meio da promulgação de leis que atendiam aos interesses de dominação da classe capitalista referentes às condições de trabalho e à venda da força de trabalho:

Explicitando: o que é direito do trabalhador, reconhecido pelo próprio capital, é manipulado de tal forma, que se torna um meio de reforço de visão paternalista do Estado, que recupera nesse processo o coronelismo presente na história política brasileira, agora instaurado no próprio aparelho do Estado. O novo ‘coronel’ passa a ser o Estado, e os serviços sociais transfigurados em assistência social tornam-se uma das pontes para o estabelecimento de relações para com seus súditos (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 92-3).

5 – UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Sempre que o nosso casaco se rasga vocês vêm correndo dizer:/ assim não pode ser/ Isso vai acabar, custe o que custar!/ Cheios de fé vão aos senhores/ Enquanto nós,/ cheios de frio, aguardamos./ E ao voltar, sempre triunfantes/ Nos mostram o que por nós conquistam: Um pequeno remendo./ Ótimo, eis o remendo/ Mas onde está o nosso casaco?/ Sempre que nós gritamos de fome/ Vocês vêm correndo dizer: Isso não vai continuar/ É preciso ajudá-los, custe o que custar!/ E cheios de ardor vão aos senhores/ Enquanto nós, com ardor no estômago, esperamos./ E ao voltar, sempre triunfantes/ Exibem a grande conquista:/ Um pedacinho de pão./ Que bom, este é o pedaço de pão/ Mas onde está o pão?/ Não precisamos só do remendo/ Precisamos do casaco inteiro./ Não precisamos de pedaços de pão/ Precisamos do pão verdadeiro./ Não precisamos só do emprego/ Toda a fábrica precisamos./ E mais o carvão/ E mais as minas/ O povo no poder./ É disso que precisamos./ Que têm vocês a nos dar? (BRECHT, 2007).

A política social do Estado é uma política de mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo. Nesta perspectiva, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho e do preço dessa força de trabalho. Ela se insere no âmbito da busca pela compatibilidade entre o capital e o trabalho. Seu papel é garantir a constituição física do trabalhador, por prazo de tempo razoável, tempo esse que atenda as exigências de um regime de produção capitalista, cujo objetivo final é a apropriação sempre crescente de lucro e riqueza, respondendo, portanto, em última instância, aos interesses da classe dominante.

Segundo Faleiros (1988), devido à profunda desigualdade de classes, as políticas sociais não são de acesso universal. São políticas “categoriais”, isto é, que têm como alvo certas categorias específicas da população, por meio de programas criados a cada gestão governamental, segundo critérios clientelísticos e burocráticos.

Em suas palavras,

As políticas sociais capitalistas, além de manter [sic] o trabalho e não contrariar o processo de lucratividade das empresas, **devem garantir o retorno ao trabalho da mão de obra incapacitada para seu exercício**, como acontece nos casos de doença e acidente. O trabalhador doente e acidentado recebe assistência médica com o objetivo de recuperar-se e voltar à produção. O trabalhador também recebe treinamento para melhorar a produtividade e adaptar-se a novas técnicas. **Os critérios de prestação dos benefícios não são as necessidades do trabalhador, mas a contribuição e a incapacidade de cada um** (FALEIROS, 1988, p. 40. **Grifo nosso**).

Em termos gerais, as políticas sociais apresentadas incluem mecanismos de classificação e categorização, visando um controle cada vez maior da população subalternizada:

Mas é, principalmente, em função de certas categorias de população que as políticas sociais são apresentadas: os grupos-alvo, classificados ora por idade (crianças, jovens, velhos), ora por critérios de normalidade/anormalidade (doentes, excepcionais, inválidos, psicóticos, mães solteiras, desadaptados sociais, delinquentes etc.). Esse tipo de classificação das populações-alvo das políticas sociais, ao mesmo tempo em que as divide, fragmenta, tem por objetivo controlá-las e realizar uma etiquetagem que as isola e as caracteriza como tal (FALEIROS, 2000, p. 62).

Sendo a relação de exploração condição do processo de acumulação, torna-se fundamental manter o trabalhador vivo, para que essa relação se perpetue. Faz-se necessário, então, assegurar a reprodução do contingente de trabalhadores, para o que é fundamental a intervenção do Estado:

As políticas sociais estatais não visam [...] atender aos vários capitalistas e empresários, mas a tornar disponível e operável a mão de obra para qualquer setor e em condições razoáveis. A previdência social, por exemplo, oferece benefícios aos segurados independentemente da empresa em que se empreguem, sendo-lhes possível transitar de um estabelecimento para outro. Desse modo, a previdência garante a mobilidade da mão-de-obra e sua manutenção quando ocorre a perda da capacidade de trabalho (FALEIROS, 1988, p. 34).

Tal intervenção pelo Estado assenta sua justificativa no discurso de que somente o Estado pode gerir relações entre o conjunto da produção e o conjunto da força de trabalho. O Estado representa, então, conforme Faleiros (1988), a organização geral da sociedade e o poder de se impor a ela pela força, ao mesmo tempo em que é reconhecido e legitimado pela sociedade. A relação de exploração entre capital e trabalho se rearticula nas relações ente o Estado e os diversos segmentos de classe que os representam, por meio das políticas sociais que, em linhas gerais, buscam garantir a manutenção da relação de trabalho dentro do mínimo indispensável para a subsistência do trabalhador, enquanto garantem, nas mesmas condições, o máximo possível do desejado pelas empresas e pelo governo quanto à continuidade no processo de geração de lucro. É por isso que pode-se afirmar que

As políticas sociais são, assim, formas e mecanismos de relação e articulação de processos políticos e econômicos. Os processos políticos de obtenção do consentimento do povo, da aceitação de grupos e classes e de manutenção da ordem social estão vinculados aos processos econômicos de manutenção do trabalhador e das relações de produção das riquezas (FALEIROS, 1988, p. 33).

Desse modo, o Estado se posiciona politicamente de acordo com as forças dominantes, atendendo, em parte, algumas das reivindicações dos movimentos sociais, na medida em que, ao elaborar as políticas sociais, as organiza de acordo com os interesses dos empresários, os quais exercem pressão para conceder apenas um mínimo de benefícios com um mínimo de custos, dentro de um processo conflituoso, no qual não interessa aos capitalistas, segundo Faleiros,

[...] a permanência do conflito aberto que perturbe a produção e possa levar ao questionamento da própria 'ordem social', ou seja, das relações de exploração. **Nesse confronto é que os trabalhadores e seus aliados conseguem melhorar as condições de vida e de trabalho com a obtenção de serviços e benefícios de saúde, previdência e assistência que são regulados pelo Estado nos limites estruturais das relações de produção** (FALEIROS, 1988, p.34. **Grifo nosso**).

No início do século XX, no Brasil, com a imigração europeia, a formação de sindicatos de trabalhadores e os movimentos reivindicatórios por melhores condições de trabalho e de vida começam a refletir na criação de instituições de assistência social, que, embora de forma incipiente, passam a atender o indivíduo trabalhador e sua família, revelando a vontade do capitalista, cada vez mais insidiosa e sofisticada, em assegurar a integração do trabalhador ao aparato produtivo, pois, de acordo com Rago (1985), o capitalista visava, ao mesmo tempo, controlar as massas, reforçar sua autoridade e desmobilizar qualquer manifestação que apontasse para a formação do proletariado e a sua identificação enquanto classe:

Através de 'concessões' como a instalação de armazéns, cooperativas, farmácias, restaurantes, escolas, vilas operárias, assistência médica junto às fábricas, **o cerco aos passos do trabalhador torna-se mais consistente, sistemático e globalizante. Procura-se destilar, juntamente com estes 'benefícios', a idéia de que trabalhadores e patrões pertencem a uma mesma 'comunidade', lutando por interesses comuns.** A imagem da família, utilizada para pensar a fábrica, cumpre a função explícita de negar a existência do conflito capital/trabalho, sugerindo a idéia de uma harmoniosa cooperação entre pessoas identificadas (RAGO, 1985, p. 34. **Grifo nosso**).

A preocupação em manter essas instituições com essa função revelava, assim, os interesses de uma sociedade industrial que necessitava impor e garantir uma nova ordem social fundada em princípios não mais de liberdade e autonomia, tal como reivindicados pelos ideais iluministas, mas de controle e dominação, cada vez mais eficazes, sobre o homem e as próprias relações sociais, na tentativa de preparar e garantir uma força de trabalho pronta a aceitar a dominação do capital.

Houve nesse período, inclusive, a criação de instituições assistenciais destinadas a atender aos filhos dos trabalhadores, cujo objetivo real não correspondia ao propalado na época em que se justificava a criação dessas instituições como forma de garantir a segurança dos filhos dos operários, enquanto estes trabalhavam, uma vez que as mesmas constituíam-se, na verdade, em um espaço legitimador e disseminador dos interesses burgueses, posto que a criação dessas instituições revelava essencialmente, a necessidade de o Capital salvar não as crianças e sua possível (de)formação, mas, antes, seus próprios interesses, uma vez que, guardando e vigiando as crianças em locais dessa natureza, estaria, essencialmente, garantindo, mesmo que futuramente, a continuidade de trabalhadores dotados de espíritos resignados e obedientes às leis da divisão social do trabalho.

Rago (1985, p. 121) corrobora essa concepção ao desvelar o caráter político-ideológico do discurso que advogava a necessidade de assistência a essas crianças, demonstrando que, à época¹¹, a preocupação em manter as crianças em instituições de guarda, sob a mais rigorosa fiscalização, vigilância, justificava e mesmo refletia o interesse dos empregadores em manipular e acomodar as populações submetidas às condições de exploração do trabalho.

“Vigilância, fiscalização” são, assim, as palavras mais precisas para designar o atendimento dado aos trabalhadores e suas famílias, em uma sociedade em que as palavras de

¹¹ A autora remete-nos ao momento histórico que tem início em meados do século XIX, estendendo-se às primeiras décadas do século XX, momento esse de constituição do mercado de trabalho livre e da tentativa de elaboração de uma ampla literatura em que a infância emerge no interior dessas novas relações sociais.

ordem são, tendencialmente, as da dominação e subjugação das classes menos favorecidas. Talvez pudéssemos, até mesmo, não mais falar em assistência e, sim, na constante tentativa de o capital controlar a vida desses indivíduos e, por conseguinte, de toda a sociedade.

Os serviços sociais nada mais são, desse modo, do que instrumentos do processo de reprodução da força de trabalho e, mais amplamente, das relações sociais, posto que a realização desses serviços contribui para a (sobre)vivência do trabalhador e da sua família, reproduzindo, assim, a força viva do trabalho, indispensável ao processo produtivo. De acordo com Iamamoto e Carvalho,

[...] Assim como esses serviços têm sua justificativa histórica na desigualdade estrutural que permeia a sociedade de classes, têm, também, seus limites dados pelo próprio regime de produção, que, devido à natureza, permite, no máximo, a redução da exploração e não sua eliminação. A política social que orienta o aparato burocrático-legal que implementa os serviços sociais é estabelecida e controlada pelo poder do Estado, existindo, prioritariamente, para assegurar as condições básicas indispensáveis ao domínio do capital no conjunto da sociedade. Ora, é no nível do Estado que se situam as estratégias políticas que orientam a reprodução das relações sociais. **Assim, as políticas ‘assistenciais’, de ‘promoção social’ ou de ‘bem-estar social’, como se queira rotular, embora dirigidas à classe trabalhadora, interpretam os interesses dessa classe segundo a visão dos grupos que controlam o Estado. Orientam-se no sentido de integrar à sociedade a população trabalhadora ‘assistida’, o que, em outros termos, significa integrá-la à ordem estabelecida na sua condição de dominada.** Um dos resultados que se obtêm, através de muitos desses serviços, é a institucionalização, pelo Estado, da pobreza, transformando o que era ‘um problema social’ em uma questão sob controle (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 103. **Grifo nosso**).

Esta observação se remete, pois, à própria lógica da exploração capitalista, tão bem expressa, ainda no século XVIII, por Bernard de Mandeville, que via no operariado da Revolução Industrial inglesa, de cujo trabalho se extraía uma enorme riqueza que ajudou a construir a opulência do império britânico, a situação da classe trabalhadora da sociedade capitalista:

[...] Em uma nação livre em que escravos são proibidos, **a riqueza mais certa consiste em uma multidão de pobres trabalhadores** [...]. Eles devem ser mantidos sem morrer de fome, de forma que não recebam nada que possam poupar [...]. **Os pobres devem ser mantidos exclusivamente para o trabalho, e é uma prudência aliviar suas necessidades, mas tolice curá-las** [...] (MANDEVILLE apud OSER e BLANCHFIELD, 1983, p. 22. **Grifo nosso**).

Assim, recompor as condições de sanidade da força de trabalho – ou melhor, lançar mão de métodos ou sistemas que sustentem os efeitos da insanidade física e emocional do trabalhador – e que decorrem da natureza do trabalho na sociedade capitalista – é garantir que o assalariado possa estar apto a reofertar, a cada dia, ao seu empregador, a sua força de trabalho, nas condições de produtividade que se espera dele. Nessa perspectiva, as políticas sociais se constituem em um poderoso instrumento para esse fim.

Três momentos demarcam as razões pelas quais se pode entender a lógica das políticas sociais no Brasil: o primeiro deles é o governo de Getúlio Vargas. Um outro, o governo de Juscelino Kubitschek e, por fim, o período da ditadura militar. Em cada um deles as políticas sociais são conduzidas de acordo com a lógica da inserção da economia brasileira na economia mundial capitalista.

Getúlio conduziu essa inserção a partir de um projeto de desenvolvimento nacional capitalista autônomo e auto-sustentado, que subentendia o fortalecimento de uma burguesia nacional segundo esses parâmetros. As políticas sociais, portanto, não eram em favor da classe trabalhadora, ou seja, não tinham a classe trabalhadora como um fim, mas, sim, como um meio – porque através do atendimento das suas satisfações básicas, ele visava criar um exército de trabalho que pudesse ajudar a fortalecer esse projeto nacional.

Existia, portanto, nesse sentido, um acordo velado entre os industriais e o governo, de modo que o Estado pudesse manter a sua postura populista, de suposto defensor dos interesses da classe trabalhadora, quando, na verdade, adotava políticas que não ultrapassavam os limites do controle dos grandes industriais. De acordo com Faleiros (1992), em um memorial enviado ao Ministério do Trabalho, a Confederação Industrial do Brasil, pronuncia-se, em particular, a respeito da reforma da lei de acidentes do trabalho, mostrando a sua proposição sobre a legislação social, por meio de algumas exigências que revelavam desde a sua preocupação em que não fossem afetadas a autoridade e a disciplina nos

estabelecimentos industriais, até com o estabelecimento de controles preventivos para que não fossem criados encargos que não pudessem ser suportados pela indústria:

Aí estão as duas exigências fundamentais dos industriais em relação às leis de caráter social: em primeiro lugar **que se mantenha o direito de administração e autoridade do patrão para manter a disciplina no interior da fábrica sem intervenção do Estado**. Em segundo lugar **que as leis não prejudiquem o processo de acumulação do capital, isto é, que ela seja ‘normalmente suportada’** (FALEIROS, 1992, p.108. **Grifo nosso**).

Devido à postura populista do Estado sob Getúlio, foi possível, entre 1930 e 1945, a alguns segmentos da classe trabalhadora lograrem poder reclamar o cumprimento de algumas das suas reivindicações perante esse Estado – fato que pode ser comprovado com o aparecimento da legislação trabalhista que foi uma das marcas do governo de Getúlio Vargas, marca que ele procurou por em evidência, chegando até a nomeá-la, conforme assinala Vieira (1985, p. 53), como “a mais avançada do mundo”.

Segundo Vieira, a política social – principalmente, a do segundo governo de Getúlio – reduziu-se, no entanto, a um conjunto de deliberações predominantemente setoriais na educação, na saúde pública, na habitação, na previdência e assistência social, uma vez que inexistia qualquer preocupação mais profunda com transformações gerais que alcançassem a sua essência. Ainda em conformidade com Vieira,

Vargas baixou decisões particulares a cada questão importante e urgente, seguida no âmbito da política social. Sem meios de concretizar até mesmo todas as suas promessas neste campo, o presidente da república dedicava-se a remediar casos mais aflitivos. Distante de medidas estruturais em sua atuação governamental, Getúlio só veio a melhorar as condições de vida da população carente, no Brasil, através de algumas providências dispersas de política econômica e de política social. **Embora pregasse a melhoria das condições de vida dos necessitados, procurando reuni-los em torno de si, ele não avançou além das soluções de momento** (VIEIRA, 1985, p. 63. **Grifo nosso**).

Aí o Estado pôde ocupar todo o espaço ideológico que lhe permitia apresentar-se como conciliador dos conflitos entre o capital e o trabalho, por meio da intervenção direta do poder público nas questões referentes ao controle da ordem, da direção e da gestão econômica e social. Um exemplo a ser dado é o caso da previdência social, que revela o quanto o Estado,

no governo de Getúlio, estava articulado à classe hegemônica, em real detrimento da classe trabalhadora. Havia, nesse caso, um enorme interesse sobre a efetivação de um projeto social que previsse, em linhas gerais, a pacificação das massas e o desenvolvimento de grandes ações voltadas a um único fim, qual seja, explorá-las ainda mais:

Portanto, a previdência Social cumpria seu papel original, socorrendo as massas de trabalhadores urbanos, mas ao mesmo tempo pacificando-as, ao evitar que elas viessem a intervir livre e organizadamente nos conflitos políticos. Aliás, no que diz respeito ao domínio estatal sobre o operariado urbano, através da previdência, deve-se lembrar que os Institutos de Aposentadoria e Pensões foram constituídos como autarquias, que tais Institutos se basearam também em princípios do corporativismo, e que enfim estavam todos sob a égide da ideologia da ‘paz social’ (VIEIRA, 1985, p. 58).

De acordo com Faleiros (1992), a previdência “protegia”, unicamente, a população ativa das cidades, o que revela não só a natureza “industrial” – e, portanto, urbana – do projeto de Getúlio, como, também, a exclusão de um grande número de trabalhadores que deixavam de ser assistidos pela política social do governo, o que revela o caráter essencialmente produtivista desse processo, uma vez que o que se pretendia, como meta central das políticas de assistência da época era garantir ao operariado industrial as condições necessárias à incessante produção da mais-valia.

Outra importante questão a ser observada com relação à inclusão prioritária dos trabalhadores urbanos nas políticas sociais de Vargas refere-se ao autoritarismo e ao corporativismo presentes nesse governo, que, de acordo com Faleiros (1992), previa o controle do Ministério do Trabalho sobre a vida sindical, de forma a transformar os sindicatos em organismos de assistência paternalista, despolitizando as lutas dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que efetivava o compromisso com as grandes oligarquias agro-exportadoras, já que, ao criar leis aos trabalhadores, jamais as estendia, efetivamente, aos trabalhadores rurais. Essa postura adotada pelo Estado expressava o compromisso do governo com o patronato e a oligarquia diante de possíveis ameaças vindas “de baixo”. No plano ideológico, entretanto, tais leis são justificadas, segundo Faleiros,

[...] pela idéia de harmonia entre as classes sociais, com a implantação gradual e controlada de certas medidas que atendiam a certas categorias de trabalhadores para certos benefícios. Esse gradualismo está relacionado com as pressões do patronato para evitar custos adicionais e intervenção direta do Estado na empresa, e das companhias de seguro contrárias à estatização aliadas às pressões da oligarquia desfavoráveis à estatização. O bloco dominante tenta articular benefícios e controle da mobilização e organização dos trabalhadores. (FALEIROS, 1992, p. 125-6)

No campo da assistência social, o governo introduziu importantes mudanças. Ao lado das Caixas de Aposentadoria e Pensões (que vinham desde a década de 1920), os Institutos de Aposentadoria e Pensões, órgãos controlados pelo Estado, que eram responsáveis pela extensão de direitos sociais às categorias nacionais dos trabalhadores. Durante a década de 1930, foram criados Institutos de Aposentadoria e Pensões de várias categorias, como industriários, comerciários, bancários, funcionários públicos, etc. De acordo com Faleiros (1995), a criação desses institutos traduzia uma forma de integração e controle dos trabalhadores, uma vez que

Anteriormente, as caixas de aposentadorias e pensões eram organizadas por indústria e, agora, os institutos têm como base um conjunto de empresas por setor, mantendo, no entanto, as diferenças de benefícios e contribuições setoriais. **Essa divisão fragmenta os trabalhadores e centraliza a administração, ao mesmo tempo em que conserva a heterogeneidade estrutural da produção. Os institutos são controlados pelo governo federal** (FALEIROS, 1992, p. 101. **Grifo nosso**).

Sob o ponto de vista moral, todos esses serviços nada mais deveriam ser que a devolução, à classe trabalhadora, do mínimo que lhe era devido por haver sido produzido por eles próprios com o seu trabalho, sendo, porém, apresentado como outra coisa, ou seja, serviços ou benefícios sociais. Ao assumirem-nos desta forma, aparecem, conforme Iamamoto e Carvalho (2005), como tendo sido doados ou fornecidos ao trabalhador diretamente pelo poder político, ou pelo capital, como expressões da face humanitária do Estado ou da empresa privada, ao invés de representarem conquistas da classe trabalhadora em sua luta por melhores condições de trabalho e de vida, já que a generalização dos serviços sociais não deixa de ser a expressão de uma vitória de classe, na luta pelo reconhecimento da cidadania. Entretanto, o Estado e as classes patronais apresentam como sendo outorgas suas as

reivindicações da classe trabalhadora em sua luta pela afirmação de seu papel enquanto classe social, transformando o que seria considerado como direito social em substância principal da assistência, além de servirem, convenientemente, como instrumento de controle e subordinação da classe trabalhadora. Nas palavras de Iamamoto e Carvalho,

[...] se tais serviços, de um lado, favorecem os trabalhadores, como resultante de suas próprias conquistas no sentido de suprir necessidades básicas de sobrevivência nessa sociedade, por outro lado, sua implementação, ao ser mediatizada e gerida pela classe capitalista, passa a se constituir em um dos instrumentos políticos de reforço do seu poder, face ao conjunto da sociedade. Torna-se um meio de não só manter a força de trabalho em condições de ser explorada produtivamente, evitando alterações substanciais na política salarial que afetem a lucratividade dos empresários, como, e principalmente, um instrumento de controlar e prevenir possíveis insubordinações dos trabalhadores que escapem ao domínio do capital. Passam, ainda, a ser utilizados como suportes materiais de um discurso ideológico que fortalece a divulgação de um modo de vida, dado pelo capital, para a classe trabalhadora, elemento básico à ação de impor a interiorização das relações sociais vigentes. (IAMAMOTO e CARVALHO 2005, p. 93)

Do seu próprio ponto de vista, a dominação burguesa não pode se basear apenas na coerção: faz-se necessário, também, estabelecer mecanismos de integração e controle, tendo em vista potencializar a acumulação por meio do aumento da produtividade do trabalho, que aumenta na proporção da intensidade em que o trabalhador se submete ao domínio dos interesses capitalistas, seja através das ações implementadas pelas empresas dentro do ambiente de trabalho, seja por meio das políticas sociais implementadas pelo Estado – de modo que, garantindo a (sobre)vivência do trabalhador, se garanta, por consequência, a do próprio capital.

Por sua vez, as políticas sociais do governo de Juscelino Kubitschek se dão num contexto diferente, dado que o suicídio de Getúlio foi a culminância de um processo que pressionava pelo abandono da autonomia em favor da subordinação aos ditames do grande capital internacional, sobretudo às determinações emanadas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com Vieira,

[...] a gestão de Juscelino foi bem-sucedida no apoio recebido do capital estrangeiro, a fim de suprir suas necessidades de investimento. Tal auxílio se mostrou inexpressivo em 1956 (ano de início de seu governo), quando só 29 milhões de dólares entraram no Brasil durante todo este tempo. Mas a inversão externa de capital avolumou-se a partir de 1957, chegando a atingir 522 milhões de dólares em 1960 (VIEIRA, 1985, p. 89-0. Grifo nosso).

A essa altura, o desenvolvimento brasileiro já estava, inteiramente, comandado pelas multinacionais automotivas e eletro-eletrônicas, que não só regulavam as condições da vida econômica – e, portanto, as políticas sociais – no Brasil, como já haviam criado, com o FMI, uma das grandes instâncias reguladoras da ordem econômica internacional a ser seguida pelos países retardatários. Inclusive, conforme Faleiros (1992, p. 146), a principal característica do governo Juscelino Kubitschek era a abertura ao capital estrangeiro, principalmente, pela implantação das indústrias automobilística e de bens de consumo duráveis, acentuando-se também a integração das massas ao consumo graças a um aumento real, embora pequeno, dos salários, levando-se também em conta uma inflação constante.

As políticas sociais do governo Kubitschek se regularam, deste modo, por essa mudança essencial de rumo, muito embora ainda tenham tentado seguir algumas medidas oriundas do governo e da lógica política de Getúlio, como por exemplo, a política salarial, que, contudo, pela sua natureza “social”, já havia provocado reações tão terríveis no ideário dos segmentos militares, que havia resultado na derrubada do Ministro do Trabalho de Getúlio – João Goulart –, devido ao desagrado provocado, entre eles, pela adoção de um salário mínimo que consideravam afrontoso. A verdade é que houve, no governo de Juscelino, um notório desinteresse pela elaboração de políticas sociais. Estas estavam sempre atreladas, antes, ao discurso desenvolvimentista do país, que promoveria, em última instância, segundo proferido por Juscelino Kubitschek, o bem-estar generalizado da nação.

Nas palavras de Vieira (1985, p. 119),

Como no governo anterior, Kubitschek agiu através de intervenção de cunho setorial, conforme as carências do momento. Não se compara a Vargas, porém, em termos de compromisso com as massas populares, principalmente no que diz respeito à Política Social. **Na época de Juscelino, reduziram-se as despesas**

federais com a saúde pública, no conjunto dos gastos da União. Tanto na educação, quanto na saúde pública, não se descobrem providências mais essenciais, visando a transformações globais nestas áreas. Aliás, em nenhuma área da Política Social isto acontece. (VIEIRA, 1985, p.119. Grifo nosso).

As políticas sociais de Juscelino estavam, assim, profundamente limitadas, de um lado, pela subordinação mais intensa do Brasil à nova ordem mundial capitalista e, de outro, pela profunda presença dos militares como virtuais controladores do comportamento dos chefes de Estado, no Brasil, em nome dos interesses do Imperialismo, sobretudo, quando se tratava de medidas de alcance social, facilmente identificadas por eles como exemplo de comportamento subversivo.

À época da ditadura militar, as medidas cingiram-se aos parâmetros mais estreitos e mais rasteiros – os da Doutrina da Segurança Nacional – que, praticamente, governou o Brasil durante todo esse período. Subordinados ao processo de deformação de mentalidade, promovido por essa doutrina, os militares brasileiros assimilaram, integralmente, durante a vigência da ditadura, todas as propostas emanadas dos setores e órgãos afins dos EUA com respeito à implantação daquilo que entendiam como política social. Nesse sentido, a reforma das leis do trabalho e as políticas salariais e as “políticas sociais” afins foram inteiramente comandadas pela lógica da inserção do Brasil ao mercado mundial da economia capitalista do pós-guerra.

Essas políticas sociais acabaram se subordinando, em última instância, às condições da crise mundial capitalista, da dívida externa brasileira e dos ditames dos organismos internacionais a administrá-los, como é o caso do FMI, com o qual Kubitschek, por incrível que possa parecer, já havia rompido.

Os militares assumem o controle político do país, armados da Doutrina da Segurança Nacional, corpo doutrinário ideológico voltado à conformação a mentalidade dos ocupantes do poder político, no Terceiro Mundo, aos ditames dos interesses norte-americanos no plano mundial, e que, após o Golpe, passa a se materializar na Lei de Segurança Nacional:

Conforme a Lei, a segurança é 'a garantia da realização dos objetivos nacionais ameaçados por antagonismos internos e externos'. Afirma ainda que 'toda pessoa, natural ou jurídica, é responsável pela segurança nacional, nos limites da lei'. Assim, toda pessoa poderia ser considerada culpada se o estado supusesse que estivesse violando a segurança por ele estabelecida. A segurança não estava na sociedade, mas no Estado (FALEIROS, 1992, p. 173).

Isso incluía pôr em prática todas as decisões destinadas a integrar os seus respectivos países à economia mundial capitalista do pós-guerra, o que significava modernizá-los, como pressuposto dessa integração. A economia do pós-guerra caracterizou-se, então, pela introdução massiva da tecnologia na produção, coisa que, nos países retardatários, com um generalizado baixo grau de instrução das massas, provocou o surgimento cada vez maior de desemprego – disfarçado ou aberto –, pela impossibilidade de mover a força de trabalho deslocada da produção para outros setores, para onde poderia ser recolocada, caso tivesse a instrução mínima que lhe permitisse ser reaproveitada em outras atividades.

A Ditadura limitou-se, assim, a endurecer as "políticas sociais" que se destinavam a assegurar um grau ainda maior de controle do empresariado sobre a massa trabalhadora num sistema marcado pelo aprofundamento da concentração de capital, ao mesmo tempo em que garantia às empresas – quanto maiores, melhor – o apoio governamental ao processo de introdução crescente de tecnologia, e aos benefícios decorrentes dela. De acordo com Vieira, a política social deste período reproduzia claramente a exploração da grande massa popular, uma vez que

[...] a política social desde 1964 reduziu-se a uma série de decisões setoriais, sobretudo na Educação, na saúde pública, na habitação popular, na Previdência e na assistência social, servindo em geral para desmobilizar as camadas carentes da sociedade. Ela ofereceu serviços, antes de perguntar quais eram as necessidades reais. Há dúvidas de que isto possa denominar-se de política social. (VIEIRA, 1985, p. 226-7)

Pode-se afirmar que todo o regime militar foi marcado por uma implacável repressão à classe trabalhadora, sob todas as suas formas – desde a prisão em massa de sindicalistas, logo após deflagrado o Golpe –, até a imposição de medidas institucionais que a confinariam

ao seu espaço exclusivo de existência, ou seja, o posto de trabalho. Uma das primeiras medidas da Ditadura foi a imposição da chamada "Lei de Greve", que, na prática, castrava toda e qualquer tentativa de resistência contra as condições salariais e disciplinares, cujo endurecimento era garantido pelo Regime. Na esteira dessa lei, veio a substituição das garantias da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de Getúlio, pela imposição do sistema do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que retirava a estabilidade no emprego e assegurava a pronta demissão de qualquer trabalhador sem qualquer ônus para o seu empregador:

Por intermédio do FGTS o governo mata dois coelhos com uma só cajadada: a eliminação da estabilidade no trabalho, que permite a rotatividade e a produtividade da mão-de-obra e a formação de um fundo de poupança com a contribuição compulsória a partir da folha de salário estabelecida em 8%. A eliminação da estabilidade contribui também para a mobilidade do trabalhador e o fundo de poupança serve para reativar a economia através da construção civil. Em 1977 66,9% dos recursos do Banco nacional da habitação (BNH) provinham do FGTS (FALEIROS, 1992, p. 181).

A participação das representações de trabalhadores na gestão dos Institutos de Aposentadoria e Pensões foi proibida. Esses mesmos institutos foram extintos e substituídos por um único, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que encarnava a lógica da política social do regime castrense. Finalmente, a imposição do AI-5, em 1968, atinge o movimento organizado da classe trabalhadora, ao impor as condições para um regime de terror, que visava radicalizar a repressão e manter a sociedade brasileira sob acuo:

O AI-5 não atingia os sindicatos especificamente, e sim o movimento de oposição como um todo. Fez dupla com a Lei de Segurança Nacional [...]; no seu artigo 39, estão previstas penas de dez a 20 anos de prisão para quem incitar 'paralisação de serviços públicos ou essenciais' ou 'desobediência coletiva às leis', inclusive à Lei de Greve. A repressão dá frutos: em 1970, ocorrem apenas 12 greves no País; em 1971, nenhuma (VERDELHO, 1984, p. 206-7).

Assim, ainda conforme Verdelho (1984, p. 207), a organização sindical foi alvo da intervenção autoritária do regime fardado, em criar um sindicalismo passivo e colaboracionista, nos moldes norte-americanos:

[...] os organizadores do golpe tinham trazido para o Brasil o AIFLD – American Institute for Free Labor and Development (em português, IADESIL – Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre), financiado por grandes corporações multinacionais e pela CIA. Entre 1963 e 1973, de acordo com o brasileiro Kenneth Paul Ericsson, o Instituto Cultural do Trabalho, criado pelo IADESIL, treinou 30 mil ativistas sindicais brasileiros aqui e nos EUA (VERDELHO, 1984, p. 207).

Desse modo, a Ditadura Militar aprofundou as condições críticas para a massa trabalhadora brasileira, que já haviam começado a se manifestar nos períodos anteriores, nos quais o percentual da população econômica ativa empregada na indústria já era muito inferior ao percentual da participação industrial no valor do Produto Interno Bruto brasileiro – o que revelava uma indústria que, incorporadora de tecnologia, expulsava trabalhadores da produção. A impossibilidade de reaproveitar esses trabalhadores, como já exposto acima, agravava as condições do chamado subemprego e do desemprego, ambos crescentes e mais presentes na vida social brasileira, o que marcava as condições de existência do próprio exército de trabalho, ameaçado, cada vez mais, pela iminência do desemprego. Isso se marcava – e hoje se marca, de modo cada vez maior e mais duro – por verdadeiras corridas massivas às menores menções de abertura de concursos, para qualquer lugar ou atividade que fossem. De acordo com Vieira,

As condições de vida (levando-se em conta os preços, os salários, os serviços da Educação, da saúde pública, da habitação popular, da previdência social e da assistência social) geralmente têm piorado depois de 1964. Com isto, não se quer dizer que antes de 1964 tais condições fossem muito satisfatórias. Aliás, está-se longe disto. Mas a falta de sólidas instituições políticas, a ausência de liberdades públicas mais elementares, o enorme exército de reserva de desempregados e de subempregados, a exploração por parte das empresas sobretudo estrangeiras, a insegurança no trabalho, acabaram aviltando as condições de vida. (VIEIRA, 1985, p. 233)

Em um quadro dessa ordem, o assistencialismo ganha força, sobretudo, porque significa sustar os profundos efeitos danosos decorrentes de todas essas condições. E o sistema “S”, criado para dar suporte efetivo às políticas sociais inauguradas por Getúlio, passa a ter importância cada vez maior, à medida que essas condições se agravam. O assistencialismo, ao praticar a “atenção” às populações desfavorecidas, transforma a

própria ação em uma “ajuda”, vislumbrando a possibilidade de os assistidos “retribuírem” a atenção recebida por meio da sua subordinação e dependência.

6. CONSIDERAÇÕES SOBRE O SESC E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIDA DOS TRABALHADORES

6.1. O SESC ENQUANTO RESPOSTA À MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA

O sistema SESC/SENAC surge, como assinalado anteriormente, na esteira das medidas de modernização da economia e do Estado brasileiro empreendidas por Getúlio Vargas, tendo o SESC o papel – de acordo com o explicitado em seus próprios documentos – de planejar e executar medidas que contribuíssem para a *melhoria do padrão de vida dos comerciários e de suas famílias*:

Inicialmente sua atuação manteve-se em consonância com a ação governamental, através do plano Salte, que canalizou recursos para os setores de saúde, alimentação, transporte e educação. Nessa época, além de todas as contribuições no setor de saúde preventiva, como a campanha Nacional contra a tuberculose, o SESC direcionou suas atividades para outros setores também considerados prioritários pelo plano Salte, tais como a educação sanitária, assistência médico-hospitalar e assistência à maternidade e à infância (SESC, s.d, p. 6).

Isso demonstrava que as medidas iniciadas por Getúlio haviam deixado terreno para que continuassem sendo desenvolvidas mesmo por governos de orientação política diferentes do dele, como foi o período de retrocesso representado pelo governo Dutra, que Moniz Bandeira (1978, p. 306) classifica como *estado de guerra fria civil*, já que o plano SALTE fora um plano característico desse governo – e embora a linha política de Dutra tenha se caracterizado por uma profunda subserviência aos ditames do poder dos Estados Unidos da América era, justamente por isso, profundamente afinado com as linhas políticas do capitalismo do momento, que demandava a necessidade de uma reconstrução institucional das relações entre o capital e o trabalho em países periféricos a serem inseridos à nova divisão internacional do trabalho, como era o caso brasileiro.

Os documentos do próprio órgão referem que o SESC foi criado ao final da II Guerra Mundial, derivando de uma preocupação dos empresários em garantir a produtividade do

trabalhador do comércio, por meio do oferecimento de políticas de “bem estar social”. Foi fundado em 1946, e ao longo de suas seis décadas de existência foi expandindo-se por todo o território nacional. O SESC faz parte do chamado “Sistema S”, que é o conjunto de organizações das entidades corporativas dos empresários voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem em comum seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares.

Remontando aos documentos sobre a história dessa instituição, constata-se que eles informam que

Tudo começou em 1946, quando o País democratizava-se e, com isto, as forças políticas e sociais emergentes procuravam ocupar o espaço de liberdade que os novos tempos traziam. Mas o pano de fundo deste cenário mostrava um país pobre, atrasado e com fortes conflitos sociais. **Os mais lúcidos representantes do empresariado brasileiro perceberam que os novos tempos exigiam novos métodos nas relações entre capital e trabalho. A época em que a questão social era um caso de polícia estava superada. Esses empresários entenderam que somente através de uma relação harmoniosa entre as forças produtivas daria ao país condições de superar os graves problemas com que se defrontava.** Para encontrar soluções para os problemas sociais que enfrentavam, as lideranças empresariais do comércio, indústria e agricultura reuniram-se na cidade de Teresópolis, no Rio de Janeiro, na Primeira Conferência das Classes Produtoras – I Conclap. Nessa reunião foi aprovada a *Carta da Paz Social*, que deu forma à filosofia e ao conceito de serviço social custeado pelo empresariado. Começava a nascer assim uma iniciativa absolutamente inédita em todo o mundo e na história da relação entre capital e trabalho. **A proposta contida na *Carta da Paz Social* foi submetida ao Governo Federal. E, naquele mesmo ano de 1946, no dia 13 de Setembro, o Presidente Eurico Gaspar Dutra assinava o Decreto-Lei nº 9.853 que autorizava a Confederação Nacional do Comércio a criar o Serviço Social do Comércio-Sesc (SESC, 2007b.Grifo nosso).**

Faz-se necessário, entretanto, considerarmos a conjuntura política e econômica na qual nascem esses “novos métodos de articulação entre capital e trabalho”, pois, durante o período em que surge o SESC, a industrialização tardia era um processo estratégico para o Brasil, por subentender, com ela, a busca pelo aumento da produtividade do trabalho. A própria onda ideológica do momento, articulada com a reorganização do aparelho produtivo capitalista mundial no pós-guerra, apontava para ela como “o caminho do desenvolvimento”, o que, nos países ainda até então agrários (como era o caso do Brasil), constituía saída

avançada, por poder passar a desempenhar um lugar antes ocupado, exclusivamente, pela exportação agrária.

O período é marcado, também, pelo surgimento e expansão do operariado como força econômica e política, na medida em que entram em cena as lutas e as greves como medidas de reivindicação e contestação ao novo cenário econômico e político que começa a se compor. Diante das reivindicações dos trabalhadores, a burguesia utiliza-se de estratégias que privilegiam a cooptação dos mesmos por meio da concessão (mínima) de direitos econômicos, enquanto maximiza o controle político para sustentar o processo de acumulação empreendido no pós- guerra, pois de acordo com Faleiros (1992), a tática dos industriais era mesmo a de vincular os aumentos de salários, principal reivindicação da classe operária, ao aumento da produtividade – e as melhorias da previdência social ao aumento real da renda.

A criação do SESC, como a de outras instituições assistenciais que surgem, nesse mesmo período, como é o caso do SESI, aparece, desse modo, como medidas administrativas que vão estruturar um complexo sócio-industrial de integração das políticas sociais às novas exigências da industrialização, articulado pela correlação de forças presentes.

Assim,

A criação do SESI [como a do SESC], com o apoio do governo, as intervenções da ABPA, das empresas, do Ministério do Trabalho, das companhias de seguro e dos institutos de previdência não são eventos isolados. Respondem a uma estratégia de adequação ao processo de industrialização e de cooptação dos trabalhadores sob a égide da bandeira de ‘combate ao comunismo’ desenvolvida no pós-guerra. Dizia Vargas em 1951: ‘As dificuldades econômicas são germes constantes de inquietação social e é necessário remediá-las em tempo oportuno para evitar que o povo se agite e faça justiça com as suas próprias mãos’ (FALEIROS, 1992, p. 148. Grifo nosso).

E foi, então, para escapar do risco de que *o povo se agitasse e fizesse justiça com as suas próprias mãos* e não para *superar os graves problemas sociais por meio da harmonia entre as classes*, tal como afirmam os grandes empresários em seus documentos, que os industriais reuniram-se no Rio de Janeiro, na cidade de Teresópolis, no ano de 1946, para

elaborarem a “carta da paz social”, na qual se afirmava, conforme Faleiros (1992, p. 150), que a paz era decorrente da obra educativa e da fraternidade, assinalando, nesse sentido, que a expansão do capital e a democracia eram fatores de bem estar, e que, portanto, seriam considerados dentro de suas ações. O que eles afirmavam era a necessidade de se organizar um complexo sócio-industrial com a ajuda do Estado para “cuidar” dos trabalhadores, prestando-lhes preventivamente serviços assistenciais como parte integrante da política das empresas, uma vez que

Para ela [burguesia industrial], os trabalhadores são um fator de produtividade, um capital humano que deve ser educado e desenvolvido na consciência ‘cristã’ da harmonia social ‘para atravessar com os pés secos o mar vermelho do totalitarismo’, assegura Simonsen. Para realizar essa obra os patrões criam o Serviço social da Indústria (SESI) e o serviço Social do Comércio (SESC) (FALEIROS, 1992, p. 151. Grifo nosso.).

Há que se considerar, nesse processo de surgimento dessas instituições, o papel desempenhado pelo Estado, posto que com a expansão da industrialização surge a necessidade de legitimação para que novas formas de exploração sejam aceitas pelas massas urbanas e se obtenha um consenso em torno delas, o que exige desta forma que o Estado atue na condição de articulador de novos mecanismos de concessão de benefícios e de direitos para a consecução de um mínimo de legitimidade junto às massas, pois

O Estado [...] em razão da sua articulação com o processo de acumulação, intervém estrategicamente na garantia das relações sociais de exploração capitalista embora construa compromissos historicamente determinados de prestação de serviços e benefícios aos trabalhadores. As relações de exploração, por sua vez, são mantidas pela difusão da ideologia de que não são desiguais, desvantajosas, mas *contratuais* (FALEIROS, 1992, p. 285. Grifo nosso).

Neste sentido, o SESC teve, inicialmente, sua atuação em consonância com a ação governamental atuando nos setores de saúde, alimentação, transporte e educação. Passados alguns anos, sua ação na área da assistência foi reduzida para uma ação predominantemente educativa. Esta alteração, segundo os documentos fornecidos pela própria instituição, baseou-se

[...] nas necessidades de ajuste e adaptação dos indivíduos ao meio social, devido à transição da economia de natureza agrário-exportadora para a economia urbano-industrial, provocando profundas alterações no modo de vida da população. Foi adotada uma filosofia de ação incorporada a todas as atividades, além do campo da educação propriamente dita (SESC/SENAC, s.d, p. 6).

As ações desenvolvidas pelo SESC estavam relacionadas ao modo de intervenção adotada pelo Estado brasileiro, que previa a articulação dos setores privados no aparelho econômico estatal. De acordo com Draibe (2004, p.68), o modelo corporativista adotado pelo Estado brasileiro, ao vincular os setores empresariais aos órgãos econômicos por meio de políticas econômicas gerais, favorecia interesses particulares, especialmente dos setores ligados ao empresariado. No caso específico do SESC, conforme atestam seus próprios documentos, o empresariado do comércio ao “[...] apresentar um leque de serviços voltados para o bem-estar social do trabalhador do comércio e de sua família, estimula[va] a capacidade produtiva dos seus beneficiários” (SESC, 2007a); Em outras palavras, favorecia os projetos de poder associados à reprodução e controle da força de trabalho assalariada brasileira. A consolidação da integração do Brasil à modernização econômica do pós-guerra disseminaria pela sociedade brasileira a prática do trabalho assalariado que se acompanha da urbanização, pois o Brasil desse momento ainda era predominantemente rural – até o início da década de 1960, a distribuição espacial da população brasileira permaneceria, ainda, claramente concentrada no agro.

Com a predominância do trabalho assalariado surgem, como já comentamos, disfunções de caráter físico e psíquico que são próprias do trabalho na sociedade capitalista. Portanto, a criação de mecanismos institucionais que garantissem a recomposição do trabalhador para o trabalho passa a tornar-se cada vez mais necessária.

Somado a isto, conforme também já dito anteriormente, com a industrialização da economia brasileira há um progressivo crescimento das cidades e, conseqüentemente, a constituição e o agravamento de novos problemas sociais urbanos, que exigem do capital, devido ao agravamento dos mesmos, a institucionalização de mecanismos de controle social.

Interessava aos novos grupos dirigentes adaptar a população urbana às novas exigências decorrentes da modernização da sociedade. É no interior deste contexto que ganham nexo, como forma de diluir as contradições engendradas pelo capital, as instituições privadas de assistência social, que, ao oferecer serviços básicos, como saúde, educação, etc., agiam de acordo com a tradicional concepção de assistência social, que entende, por seu papel, a viabilização de mecanismos de controle social e a amenização da miserabilidade da população, de modo a tornar aceitáveis e suportáveis as condições a que são submetidos os trabalhadores. De acordo com Chaves,

O Serviço Social, preocupado com as questões inerentes à sociedade moderna, procurando viabilizar o planejamento social desta sociedade, vai ao encontro das preocupações da burguesia e do Estado brasileiro, pós 30, que tinha sua atenção voltada à condição de vida da classe operária e ao planejamento urbano da sociedade moderna. Com a participação dos profissionais de Serviço Social, garante a promoção do bem-estar social, necessário a reprodução da força de trabalho do operariado brasileiro (CHAVES, 2000, p. 37).

O serviço Social tinha, pois, como prática, a promoção da adaptação dos indivíduos às demandas da organização presente, o que implicava à assistência social um papel de controle social, ao mesmo tempo em que visava a adaptação da população urbana às novas exigências decorrentes da modernização da sociedade.

Deste modo, às instituições de assistência social, como o SESC, caberá o papel específico de servir como instrumento de atuação coletiva do empresariado por meio do processo de adequação da força de trabalho às necessidades da produção, servindo como um instrumento que estará diretamente subordinado à racionalidade econômica e empresarial capitalista:

As instituições sociais e assistenciais [...] convertem-se em instrumento de controle social e político dos setores dominados e de manutenção do sistema de produção, tanto por seus efeitos econômicos, como pela absorção dos conflitos sociais e disciplinamento das relações sociais vigentes. Através da fetichização dos direitos e benefícios – que representam uma parcela ínfima do valor produzido pela classe operária e apropriado pelo capital e pelo Estado – regulamentados pelas políticas sociais, o Estado corporativo conseguirá estabelecer mecanismos eficazes de enquadramento de parcelas das massas urbanas, principalmente dos segmentos recentemente incorporados ao trabalho industrial, para os quais a interiorização da

ideologia da outorga teria o efeito de impedir o avanço de sua identificação enquanto classe e de fazê-los massa de manobra da ditadura, ampliando sua base social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 242-3).

Coube a essas instituições, portanto, conforme Iamamoto e Carvalho (2005, p.119), a tarefa de garantir, desde a ótica do capital, por meio da prestação de serviços sociais, o equilíbrio psicofísico do trabalhador. Os serviços sociais tornaram-se um reforço para a garantia dos elevados níveis de produtividade do trabalho exigidos pela elevação da composição orgânica do capital, na medida em que canalizavam e antecipavam a emergência de focos de tensão, que afetariam a “paz social” necessária à potencialização do processo de exploração do trabalho.

A dominação imposta pelo capital precisava, pois, estabelecer outros mecanismos de integração e controle da classe trabalhadora sem que se baseasse apenas em sua coerção física. É por isso que o empresariado se une com o objetivo de criar instituições que assumiriam como papel produzir trabalhadores integrados física e psiquicamente ao trabalho fabril. A citação abaixo revela o caso específico do SENAI, mas pode ser perfeitamente utilizada para a compreensão do papel assumido pelo SESC e pelas demais instituições do “Sistema S” (SENAI, SENAC, SESI e SESC) neste contexto:

O SENAI, criado no limiar de um novo ciclo de expansão capitalista da formação econômico-social brasileira, aparece, enquanto instituição social claramente determinado por aquela conjuntura. **A adequação da Força de Trabalho às necessidades do sistema industrial se revestirá, esquematicamente, de dois aspectos principais: o atendimento objetivo ao mercado de trabalho, no sentido de supri-lo de trabalhadores portadores das qualificações técnicas necessárias, e a produção de uma força de trabalho ajustada psicossocialmente (ideologicamente) ao estágio de desenvolvimento capitalista** (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 265-6. **Grifo nosso**).

Com a criação do sistema SESC/SENAC, SESI/SENAI, o Estado brasileiro cumpre, pois, com as suas funções de instrumento de dominação de classe. **Primeiro:** porque transfere à classe empresarial o poder de agir em um espaço reservado ao Estado; a sua “omissão”, na verdade, é uma atitude concreta de transferência do seu poder de ação a um segmento privado, que se torna “dono” dele, passa a ocupá-lo institucionalmente. **Segundo:** porque permite que

parcela das obrigações tributárias dessa classe seja transformada em investimentos do interesse dela, declara seu reconhecimento e respeito por esses interesses. **Terceiro:** porque ao fazer isso (que esse investimento seja financiado por essas obrigações), cria um privilégio ao permitir que ela use uma obrigação (o tributo) em proveito próprio (o investimento). **Quarto:** porque essa *benevolência* em favor da classe patronal cria uma renúncia fiscal, transferindo para ela um outro privilégio, que não permite à classe trabalhadora – pois os tributos desta continuam devendo ser pagos como devidos e sem concessões, assim como, secundariamente, transfere o ônus da recomposição fiscal, decorrente dessa renúncia, aos segmentos sociais tributados e **Quinto:** porque a criação e o funcionamento desse sistema configuram uma ação destinada a organizar e consolidar as condições de subordinação da classe trabalhadora aos interesses da classe capitalista. Numa só medida o Estado cria todo um quadro de concessões que multiplica e reforça a sua opção pelos direitos *da classe dominante*. Na verdade, com o surgimento desse sistema, os segmentos patronais da indústria e do comércio (1) produzem a base da formação da força de trabalho necessária à produção do capital nas suas respectivas áreas e (2) estruturam um sistema paralelo cuja finalidade é contribuir à recomposição dessa força de trabalho, para que ela possa ser utilizada a cada dia em condições de produtividade compatíveis com as necessidades de geração de lucro, e, pois, de capital.

As crescentes mudanças no cenário sócio-político e econômico da sociedade contemporânea impõem novas demandas aos trabalhadores que, no contexto atual, deparam-se com uma sociedade, cada vez mais, competitiva e excludente. Dessa forma, o SESC, por estar subordinado às necessidades do mercado, encontra-se, por seu turno, mais ajustado às necessidades imediatas do capital.

Neste sentido, mais do que oferecer atendimento nas áreas de saúde, educação, lazer e cultura, o SESC adota uma postura emblemática, como exemplo do papel que as instituições

de assistência social ocupam diante das políticas sociais adotadas no contexto geral da economia e do Estado capitalista, políticas sociais essas que são próprias das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, que agem no sentido de mediar as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho.

Pensarmos assim nos ajuda, desta forma, a compreender a duplicidade do papel desempenhado pelo SESC; primeiramente, por ser uma instituição que presta serviços de assistência social; e, segundo, porque guarda uma interessante questão, qual seja: atua em um espaço do qual o Estado se retira para que, convenientemente, a ação da iniciativa privada possa aparecer, tendo, entretanto, todo o apoio e o incentivo do Estado. O SESC ocupa, desta forma, dentro do quadro das políticas de assistência Social, o papel de servir como uma instituição do segmento privado que atua em um espaço propositalmente aberto a ele pelo Estado.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2005, p, 270-1), em três anos consecutivos, realizaram-se, no Brasil, eventos demarcadores das ações do empresariado em busca de soluções modernizadoras. Esses eventos ocorreram tanto no plano econômico, quanto no plano político. Foram eles o I Encontro Brasileiro de Economia (1943), o Congresso Brasileiro da Indústria (1944) e a Conferência das Classes Produtoras no Brasil (1945), que pretendiam debater, sobretudo entre o empresariado e as instituições estatais ligadas à política econômica, as alternativas e a programação, a longo prazo, para a reorientação e o aprofundamento da ação capitalista na conjuntura nacional e internacional do pós guerra, apoiada pelo subsídio estatal.

Os debates foram marcados por declarações de preocupação com “as condições de vida do proletariado” e com os “instrumentos capazes de assegurar-lhes uma existência digna”. Dentro dessa perspectiva, se pensou a possibilidade da necessidade de elevação da

renda nacional como o elemento chave para um processo de desenvolvimento e a solução justa da questão social. Concordava-se que o caminho adequado para isso era o aprofundamento da industrialização e a racionalização da agricultura, que deveriam permitir a expansão do mercado interno como objetivo maior. Isso exigia aprimorar a capacidade dos indivíduos como agentes da produção, dando-lhes as condições necessárias a sobrepassar as suas deficiências tradicionais (sub-nutrição, estado físico precário, ausência de responsabilidade, ausência de esforço e de desejo de melhora), o que, óbvio, apontava para o aprofundamento da qualificação da força de trabalho brasileira. Como consequência disso, reclamava-se uma maior difusão da instrução pública e particular, de formas adequadas de lazer, de melhorias das condições de higiene e conforto material e espiritual. Nesse momento, o surgimento de elementos capazes de dar maior assistência às famílias, de prevenir acidentes de trabalho, etc, irá levar a criação, não só de cooperativas de consumo, como de quaisquer outros meios que pudessem levar a esse resultado.

Isso, portanto, “revolucionava” o enfrentamento da questão social e tendia a neutralizar a ação das organizações revolucionárias que contestassem a prática capitalista e seus efeitos. Unificar e ampliar os esforços dispersos que pudessem ser usados para tais objetivos significava socializar o seu custo, tornando viável uma ampla política assistencial, que vem à luz com a criação dos órgãos através dos quais a burguesia brasileira passou das palavras à ação.

O Estado atuará no sentido de institucionalizar a ação da burguesia industrial e de permitir, portanto, a organização e o gerenciamento de mecanismos assistenciais por meio dessas grandes instituições, que, ainda conforme Yamamoto e Carvalho (2005, p. 249), caracterizam-se por constituir-se num grande complexo assistencial que extrapola a ação das unidades de produção para o cotidiano da vida do trabalhador.

O modelo de acumulação implementado pela grande indústria exigia um novo padrão de regulação capital/trabalho, que impunha um conjunto de políticas sociais adotadas pelo Estado, políticas essas que tinham como eixo central a previdência social, marcada, conforme Cohn et al, 1992, p. 36, pela “cidadania regulada” e pela lógica da articulação da política de seguro social comandada pela necessidade de investimento do Estado em setores básicos da economia, que dessem sustentação ao processo de industrialização no Brasil. É por isso que quando as grandes instituições de assistência social surgem no Brasil, com a ajuda do Estado, elas vêm assumindo áreas importantíssimas do ponto de vista dos interesses do grande capital, pois o fazem naqueles setores considerados estratégicos para a formação e o controle dos trabalhadores.

Como se observa, a lógica que preside o sistema de proteção social, característico do momento histórico do começo da industrialização moderna, no Brasil, obedece a uma ética eminentemente econômica ainda que – nas palavras de Cohn et al, 1992 – , se sobreponha à sua dimensão de política social, seja como conquista dos trabalhadores a esses direitos sociais, seja como política compensatória das desigualdades.

Desse modo, o Brasil da industrialização retardatária viu formar-se uma autocracia burguesa, que se impôs como corolário de um processo de formação de um capitalismo subordinado, durante o qual a burguesia nacional se consolida enquanto classe dominante, aliada aos interesses imperialistas e, conseqüentemente, consoante a sua lógica de classe, contrária à elaboração de políticas que afrouxassem os laços da subsunção do trabalho ao capital. Por efeito disso e de acordo com o apoio dado pelo nascente modelo do Estado brasileiro ao segmento empresarial e à formatação do projeto de uma “nova burguesia”, nascem os organismos ligados à ação empresarial e aos órgãos representativos do empresariado. A saída de Getúlio Vargas e a ascensão de Dutra ao poder não representaram, entretanto, o arquivamento das medidas adotadas durante governo do primeiro,

principalmente as que se destinavam a promover a *harmonia* entre o capital e o trabalho. O governo de Dutra, tendo sido um período de extrema subordinação da economia brasileira aos interesses do grande capital – sobretudo o norte-americano – facilitava a adoção e a permanência de medidas voltadas a uma reorganização institucional, que estava em plena sintonia com as medidas levadas a efeito por Getúlio.

O SESC, portanto, é fruto desse momento – o de um contexto político e econômico que viria a ser, pouco mais adiante, marcado pela conjuntura da Guerra Fria, que dividiria, ideologicamente, o mundo em dois lados opostos: de um lado os países de regime capitalista e, de outro, os de projeto socialista. A proximidade de tal contexto levou, no Brasil, à deposição de Getúlio Vargas e a uma aceleração do processo de expansão das grandes corporações americanas em solo brasileiro, cujo objetivo – conforme afirmara Leal (s.d. **b**) – era o controle das riquezas dos países do Terceiro Mundo, do qual o Brasil fazia parte.

Esse sistema oferece, hoje, serviços nas áreas da educação, saúde, cultura, lazer e assistência, por meio de diversos programas em todo o país. Na área da educação se dedica a atender crianças, jovens e adultos promovendo “um conjunto de ações [...] com o objetivo de dar acesso à cidadania” (SESC, 2007c). Na área da saúde tem como marca “[...] uma política voltada para a disseminação de melhores níveis de saúde entre sua clientela e a comunidade em geral” (SESC, 2007d). Na área da cultura, desenvolve atividades que incluem teatro, cinema, música, dança, palestras, seminários, debates e oficinas. De acordo com a sua linha de trabalho busca, por meio dessas ações, “[...] permitir à clientela e ao público em geral o acesso a espetáculos artísticos de qualidade e participação de um processo de reflexão sobre as artes enquanto o tempo livre é ocupado em um lazer cultural que satisfaça o desejo de diversão e entretenimento” (SESC, 2007e). Partindo da premissa de que “[...] nem só de trabalho vive o homem” (SESC, 2007b), o SESC desenvolve, na área do lazer, um trabalho prioritário, uma vez que entende que, para a recuperação física e psíquica dos desgastes que as

pessoas sofrem nas relações do trabalho, da família e dos grupos sociais de que fazem parte, faz-se necessário “[...] proporcionar à clientela experiências que, além de possibilitarem a recuperação física e mental, melhorem a qualidade de vida e atendam à necessidade de participação, solidariedade e integração sócio-cultural” (SESC, 2007f). Na área da assistência, o SESC tem voltado sua ação para programas que visam atender problemas específicos do indivíduo e da comunidade, como, por exemplo, o projeto Mesa Brasil que, de acordo com a própria instituição, “[...] ataca simultaneamente dois graves problemas: o desperdício de alimentos e a fome” (SESC, 2007g).

Consideramos, assim, que a trajetória do SESC está perfeitamente adequada aos modelos de desenvolvimento introduzidos no Brasil e, ao longo do tempo, suas políticas e ações têm acompanhado a interação entre os interesses do Estado e do empresariado, o que significa, também, a formação de um trabalhador adequado ao mercado de trabalho do setor produtivo.

6.2. O SESC NO PARÁ

O SESC surge, no Pará, em 1947, como parte do projeto de expansão, por todo o território nacional da burguesia brasileira e, portanto, como uma das medidas institucionais voltadas à construção de tal projeto burguês, passando, então, a desenvolver ações, principalmente, nas áreas da assistência à maternidade e a infância. Conforme SESC (1998, p. 04), “[...] tinha como objetivo maior acompanhar a família do comerciário, proporcionando uma série de benefícios”. Assim,

Inicialmente o SESC destinou-se a prestar toda a assistência social à classe comerciaria, auxiliando-a com a hospitalização e outros benefícios às esposas dos comerciários durante o período de gestação e a própria mulher comerciaria, que tivesse a necessidade de assistência no âmbito da maternidade (SESC, 1998, p. 04).

Mais tarde, já no ano de 1949, o SESC expandia sua ação, atuando nas áreas de Serviço Social de Casos (com visitas domiciliares e hospitalares); do serviço médico (com assistência à maternidade e assistência à tuberculose); da assistência alimentar (através do fornecimento da merenda escolar aos alunos do SENAC); da assistência farmacêutica (principalmente, à gestantes e enfermos de tuberculose); do recreativismo (em cooperação com os grêmios estudantis e bolsistas do SENAC).

O que se evidencia, ao analisarmos as ações desenvolvidas pela instituição, na época de seu surgimento, é uma estreita identidade com o SESC Nacional, uma vez que se constatava, no desenvolvimento de suas atividades, ações fragmentadas, residuais e seletivas, que, em essência, contribuíam para gerar e legitimar uma cultura de passividade e conformismo. Ações como a apresentação do Grupo Pastoral Filha de Nazaré, em janeiro de 1948, revelava precisamente como se dava a atuação da instituição junto ao comerciário paraense, uma vez que tal grupo fora escolhido por ser

[...] um dos grupos mais famosos da época, formado por 60 pastorinhas, além dos figurantes. O grupo exibiu-se ao som da orquestra dirigida pelo pianista Godinho e a platéia foi constituída quase que na totalidade por filhos e familiares da classe comerciaria. **Na mesma programação foram distribuídos cerca de 1000 brinquedos além de saquinhos de bombons, todos ofertados pelo SESC,**

inaugurando dessa forma a atuação da Entidade junto ao comerciário paraense (SESC, 1998, p. 04. Grifo nosso).

Quase dez anos após sua criação, vários cursos foram implementados, todos com o mesmo caráter assistencialista, embora fossem vistos pela instituição como parte de uma nova era no oferecimento dos serviços prestados pela mesma, tal como nos informa o relatório construído por ocasião da comemoração dos 50 anos do SESC no Pará:

A partir de 1955, com a inauguração do novo Centro provisório, **vários outros cursos passaram a fazer parte de um novo plano de atividades de ensino do regional como: Cursos de Noivas, Curso de Dona de casa, Curso de Enfermagem do Lar, Curso de Modelagem, de Bolos, de Doces de Noivas, Curso de Higiene, Curso de Pré-Natal, Curso de Bordado e Tricot, Cursos de Mãezinhas, etc...** (SESC, 1998, p. 13. Grifo nosso).

Na década de 1970, em sintonia com o surgimento de um novo modelo de organização econômica, o Conselho Regional do SESC, no Pará, acresceu os investimentos na infra-estrutura da instituição, tendo em vista aperfeiçoar e ampliar os serviços oferecidos. Data dessa época, inclusive, a construção do SESC/Ananindeua que, inicialmente, limitava-se ao Centro Campestre, composto por “[...] uma quadra de basquete, uma de vôlei, uma casa para bomba de gasolina para abastecer a piscina com água de um poço artesiano em tubo de cimento armado, e ainda uma outra casa para bomba elétrica, banheiros, etc [...]” (SESC, 1998, p. 31). A construção de um espaço dessa natureza tinha como finalidade ir ao encontro das necessidades do empresariado do setor terciário, para o qual a existência de lugares nos quais se propiciasse lazer aos seus trabalhadores era, seguramente, a garantia da preservação da produtividade dessa força de trabalho empregada por eles, por meio de sua recomposição física, emocional e psíquica, em geral, proporcionada pela diversão semanal assegurada pelo órgão:

[...] o Centro Campestre do Coqueiro, contou com grande aceitação da classe comerciária, **que tinha carência de recuperação psicossomática, em decorrência de seu baixo nível salarial. Com o Centro campestre do coqueiro o Comerciário do Pará e família passou a ter um lugar aprazível e com divertimento sadio para recuperar-se de sua semana de trabalho** (SESC, 1998, p. 34. Grifo nosso).

Assim, o Centro Campestre do SESC/Ananindeua desenvolvia atividades tais como concursos de samba, declamação de poesias, dublagem de cantores, etc, que, explorando o universo cultural do seu alvo ideológico – o trabalhador do comércio – serviam, na verdade, como uma política de pão e circo. “Atividades recreativas” dessa ordem reforçam a desmemória do trabalhador, mantendo-o desligado da percepção real de sua condição, enfraquecendo, assim, a possibilidade da sua desalienação. Um tal fim de semana de “lazer” fá-lo esquecer uma dura semana de trabalho e retornar, no dia seguinte, disposto a manter – ou aumentar – o ritmo de produtividade que o seu empregador espera dele.

Não é à toa que o lazer se destacará como um dos setores de maior desenvolvimento e importância dentro da política de ação da instituição. No ano de 1975, foi inaugurado, inclusive, o Salão do Lazer, que era destinado às festas e os serviços de bar e som. No ano seguinte, o Departamento Regional do Pará chegou a coordenar e promover o I Seminário Amazônico Sobre o Lazer. De acordo com a instituição, o Seminário tinha como objetivo proporcionar à clientela e à própria comunidade informações para contribuir no desenvolvimento das ações na área do lazer.

Os anos seguintes foram marcados pelo crescimento das ações desenvolvidas pelo SESC em todo o Estado. Em Ananindeua, o ano de 1994 foi o ano em que o Centro de Atividades começou a funcionar, tendo destaques o Setor Físico, Esportivo e o Recreativo. A extensão dos serviços destinados aos comerciários se alargará no ano de 1995, momento em que ocorre a implantação do Setor Odontológico e a Atividade Recreação Infantil.

Atualmente, o setor de Educação é reputado como um dos mais importantes da instituição, uma vez que a educação é considerada um dos pilares da ação desenvolvida pelo SESC. Para entendermos a relevância que este setor tem para a instituição, basta que façamos a associação dos princípios do SESC com os motivos que levaram a sua criação. Quando o SESC nasce, surge, como já explicitado anteriormente, conforme SESC (2007b), com uma

finalidade específica, qual seja, a de desenvolver um plano de ação social para o país, mudando, “[...] significativamente o rumo das relações entre o capital e o trabalho”.

Ora, o que isto significava para o contexto político e econômico, no qual se estava vivendo no momento, senão a tentativa de manipulação política e ideológica que o empresariado encontrara para controlar e apaziguar as relações desiguais entre a classe patronal e a dos trabalhadores? Não é à toa que o nome dado à carta memorável elaborada por um grupo de empresários, a qual deu origem à criação dos serviços sociais, tanto da indústria, quanto do comércio, foi chamada de a *Carta da Paz Social*, que, mesmo transfigurada por outras palavras, tinha a clara intenção de promover a integração e a dominação da classe trabalhadora. Deste modo, conforme afirmam Iamamoto e Carvalho,

[...] as políticas ‘assistenciais’, de ‘promoção social’ ou de ‘bem-estar social’, como se queira rotular, embora dirigidas à classe trabalhadora, interpretam os interesses dessa classe segundo a visão dos grupos que controlam o Estado. **Orientam-se no sentido de integrar à sociedade a população trabalhadora ‘assistida’, o que, em outros termos, significa integrá-la à ordem estabelecida pelo capital:** é a integração ao sistema de dominação na sua condição de dominada. Um dos resultados que se obtêm, através de muitos desses serviços, é a institucionalização, pelo Estado, da pobreza, **transformando o que era ‘um problema social’ em uma questão sob controle** (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 103. **Grifo nosso**).

De acordo com a instituição “[...] a educação é vista como caminho essencial para levar o trabalhador do comércio de bens e serviços e seus familiares a uma melhor qualidade de vida” (SESC, 2007b), uma vez que estaria preparando e qualificando o indivíduo e a sua família para atuarem no mercado de trabalho de forma mais “qualificada” e “eficiente”. Os documentos que tratam sobre os cursos de valorização e qualificação profissional que são oferecidos pela instituição aos trabalhadores, apontam como finalidade da realização dos mesmos, conforme SESC (2007c), o desenvolvimento de atitudes e valores, ética e competências de autogestão associativas e de empreendimento, que seriam, segundo eles, fundamentais para a geração de trabalho e renda. Além dessa questão, volta-se para o

entendimento da educação enquanto direito social e, fundamentalmente, como expressão da cidadania. Entretanto, precisamos considerar, tal como nos adverte Gentili, que

A educação como direito social remete inevitavelmente a um tipo de ação associada a um conjunto de direitos políticos e econômicos sem os quais a categoria de cidadania fica reduzida a uma mera formulação retórica sem conteúdo algum. Partindo de uma perspectiva democrática, **a educação é um direito apenas quando existe um conjunto de instituições públicas que garantam a concretização e a materialização de tal direito.** Defender ‘direitos’ esquecendo-se de defender e ampliar as condições materiais que os asseguram é pouco menos que um exercício de cinismo. **Quando um ‘direito’ é apenas um atributo do qual goza uma minoria** (tal é o caso, em nossos países latino-americanos, da educação, da saúde, da seguridade, da vida, etc.), **a palavra mais correta para designá-lo é ‘privilégio’** (GENTILI,1995, p. 248. **Grifo nosso**).

A dimensão que é dada à educação, nos dias atuais, pela instituição, pode ser, desse modo, justificada pelo lugar de destaque nos debates que a envolvem, tanto nas questões sociais, quanto econômicas. É fundamental, também, registrar o fato de que, no discurso hegemônico, a educação ocupa importância artificial, na medida em que, ao apresentar a educação – em particular, a educação básica – como essencial ao desenvolvimento do país, atribuindo-lhe papel decisivo no crescimento econômico e na redução da pobreza¹² – acaba por exercer um controle cada vez maior no campo das políticas públicas voltadas para esse setor, determinando um amplo leque de reformas estruturais, de modo a atender às demandas do processo de globalização do capitalismo.

A ofensiva neoliberal tem, nesse sentido, utilizado estratégias discursivas – tais como qualidade e articulação entre o universo educacional e o do trabalho –, como nos informa Gentili (1995, p. 245), para atacar a esfera da educação, o que tem permitido a esse setor *avançar e estender consideravelmente a modernização conservadora*. Isso significa dizer, em outras palavras, que a educação é, em função do exposto, entendida como propriedade; e, sendo a propriedade direito de uma restrita minoria, torna-se evidente que uma grande massa de despossuídos é excluída do interior do universo de *consumidores de educação* e levada a concorrer no mercado, que tem na desigualdade de oportunidades um dos principais

¹² Conforme *A Pobreza*, relatório elaborado em 1990 pelo Banco Mundial.

reguladores da economia, uma vez que estimularia a competição, proporcionando, dentro desse olhar, a “qualidade” tão desejada:

Na moderna sociedade de mercado, o emprego (como a educação de qualidade) não é um direito, nem deve sê-lo. Esta redução da relação educação-trabalho à fórmula ‘educação para o emprego’ deriva-se quase logicamente tanto de uma série de formulações apologéticas acerca do funcionamento autocorretivo dos mercados (em termos gerais), como de uma particular interpretação acerca da dinâmica que caracteriza as novas formas de competição e intercâmbio comercial nas sociedades pós-fordistas (GENTILI, 1995, p. 247).

O objetivo da educação seria, então, preparar o indivíduo para o trabalho. Segundo Friedman (1985), um dos pais do neoliberalismo no campo educativo, a educação seria mesmo um negócio como qualquer outro, devendo, portanto, ser regulada pelo mercado. Nessa perspectiva, a preparação profissional passa a ser tomada como um investimento que se equipararia ao investimento que se faz em máquinas e instalações.

O interessante a destacar, nessa relação que se estabelece entre o mundo do trabalho e o da educação, é o fato de que, embora seja esse um trabalho que violenta a espécie humana, o mesmo continua a constituir *referência para todos em nossa sociedade*. Segundo Paro,

O trabalho continua sendo referência para todos em nossa sociedade. Porque não divisa outra solução, conseguir um emprego e deixar-se explorar é o sonho da imensa população de despossuídos. Assim, toda a vida dos membros das camadas trabalhadoras, desde a infância, é preenchida por preocupações a respeito do trabalho alienado que está desenvolvendo ou vai desenvolver no futuro. (PARO, 1999, p. 108)

Segundo essa lógica, o indivíduo é preparado, desde a infância, para aceitar a inevitabilidade do trabalho e das relações sociais de produção. Esta preparação é, obviamente, realizada por diversas instâncias sociais (família, igreja, sindicatos, movimentos sociais, a fábrica, etc.) e, em particular, pela escola – instâncias que produzirão esse indivíduo –, de modo a, dialeticamente, poderem incutir e reproduzir novos valores, condutas e relações hegemônicas.

O SESC desenvolve um trabalho, no campo educacional, em todo o Brasil. Em Ananindeua o setor de Educação atende crianças da Educação Infantil e da primeira etapa do

Ensino Fundamental, além de oferecer cursos de valorização profissional. Sua proposta de ensino declara centrar-se na valorização da pessoa como indivíduo dotado de capacidade e apto a construir o seu próprio conhecimento. No caso específico do SESC/Ananindeua, a escola adota um método de ensino que prevê partir daquilo que a criança já sabe – o que pressupõe, por parte do professor, um conhecimento seguro acerca de cada aluno em particular.

A exigência de que esse profissional seja dotado de competência diversificada é fundamental para o desenvolvimento da proposta adotada pela instituição. No que se refere a essa situação, é inegável o investimento que a instituição oferece aos seus professores, ao propiciar-lhes diversos cursos e capacitações que nada mais são do que elementos de um processo de formação da competência dos profissionais de qualquer área –, portanto, todos os cursos realizados pelos funcionários têm que passar pelo crivo do utilitário: se for útil à instituição, é um curso que serve e que merece, dessa forma, apoio e incentivo.

O modelo político adotado pela escola prevê a priorização do processo de desenvolvimento global da consciência e da comunicação do educador e do educando, integrando, dentro de uma visão dita como *totalitária* (isto é, *integradora*), os vários níveis de conhecimento e expressão. “Educar para a autonomia, para a liberdade possível em cada etapa da vida, para autenticidade” (SESC, 2001, p.09). Eis a proposta de educação do SESC. Para tanto, a instituição tem organizado aquilo que seria a diretriz do seu processo educacional – e, dentre eles, o papel desempenhado pelo professor, que deverá ser aquele capaz de mediatizar o processo de ensino e aprendizado do aluno, tendo a cooperação como parâmetro de ação. O trabalho desenvolvido com os pais e a comunidade é, também, ponto importante de discussão e ação da instituição, uma vez que, de acordo com os seus próprios documentos, mantém o

[...] compromisso com uma educação democrática, transformadora e cidadã, o conhecimento, o relacionamento transparente e a **participação das famílias das crianças na vida da escola precisa ser um aspecto fundamental em nossa proposta pedagógica** (SESC, 2001, p. 36. **Grifo nosso**).

A maioria dos pais dos alunos que estudam no SESC são pais que trabalham no comércio de Belém e que, portanto, estão dentro do grupo considerado prioritário, já que a instituição destina-se a atender, preferencialmente, os comerciários de menor renda e suas famílias. A concretização do envolvimento da família dentro do processo educacional da criança constitui, entretanto, tarefa difícil de ser realizada, uma vez que como a maioria dos pais das crianças que são atendidas pelo SESC trabalha no comércio, pouco tempo lhes resta para que possam envolver-se com as questões pedagógicas e educacionais que envolvem seus filhos, o que acaba por transferir, quase que exclusivamente, aos professores a responsabilidade por essa tarefa, coisa que, adicionalmente, lhe causa sobrecarga de funções, e conduz o processo educativo com a concreta ausência da família, retirando dela a pressuposta presença e participação na formação da criança, elemento essencial para a “transformação cidadã” – o que, na prática, acaba por reduzir a ação pedagógica a um mero processo de formação básica de futuras unidades de força de trabalho.

Ao analisarmos o quadro da educação no país, identificamos um processo notório de precarização da rede pública de ensino: quantidade insuficiente de escolas, professores e demais trabalhadores de educação, em paralelo ao aumento do número de alunos matriculados; ausência de equipamentos coletivos essenciais, ou falta de manutenção dos existentes; insuficiência de infra-estrutura e de recursos materiais, etc., – processo esse que deprecia e desqualifica social, psicológica e biologicamente os docentes. O SESC, no entanto, se diferencia dessa realidade, na medida em que a instituição garante o investimento necessário ao cumprimento das atividades pedagógicas nele desenvolvidas, tanto no que se refere à parte física, quanto à da formação e capacitação dos profissionais da educação em serviço. No entanto, tal diferenciação não deixa de provocar, por outro lado, uma precarização das condições do trabalho desempenhado pelos professores que atuam na escola dessa instituição, uma vez que, para acompanhar todo o processo de qualidade do ensino, os

professores são submetidos a uma pressão cada vez maior por resultados, o que dá um tom produtivista a uma atividade de raiz essencialmente cultural. O programa de formação continuada dos professores que atuam no SESC obedece, desse modo, a um processo de acomodação e assimilação das exigências do mercado impostas ao ensino, que identifica a escola como um espaço dinamizador dos interesses mercantis. Assim, esses profissionais acabam por cumprir tarefas que contém muito mais um caráter regulador, atendendo a um sistema que tem como objetivo maior a formação subordinada de contingentes de força de trabalho.

Considerando, contudo, o atual quadro de abandono, por parte do Estado brasileiro, do campo educacional, o SESC oferece ao trabalhador um serviço de ensino que atende às necessidades educativas – forjadas no interior da lógica capitalista – dos filhos desses trabalhadores. Ainda assim, essa oferta visa, conforme já assinalado anteriormente, fazer com que o trabalhador possa se dedicar de modo praticamente exclusivo ao trabalho e à respectiva maximização da produtividade.

A “tranqüilidade” de uma suposta educação de qualidade para seus filhos, possibilitada ao trabalhador, inclui, contudo, a ausência dos pais nesse processo, além de depender da intranqüilidade dos professores que lá trabalham, uma vez que estes, além de terem que cumprir com múltiplas tarefas, precisam encontrar-se sempre em condições físicas e psíquicas para atender ao público a que se destinam, qual seja, os filhos dos trabalhadores, que, em virtude das exigências sempre crescentes do mundo do trabalho, se vêem compelidos a entregar, integralmente, a terceiros a educação dos seus filhos e, na maioria das vezes, a responsabilidade quase que total da mesma à escola e aos professores que atendem estas crianças.

O caso relatado pela mãe de duas crianças que estudam no SESC é exemplar para ilustrarmos como o papel desempenhado pela instituição age sobre a vida do trabalhador, que

vê a assistência recebida como um prêmio e um motivo de alívio diante de todas as adversidades e do seu virtual aprisionamento às precárias condições do trabalho. Essa mãe, trabalhadora do comércio, por ter que passar o dia trabalhando, tem que deixar suas filhas sob os cuidados de seu marido, que apresenta problemas psicológicos – o que, obviamente, não a deixa tranqüila. Em uma conversa com a professora de suas filhas, chegou a falar, de modo singularmente emocionado, sobre o quanto era enorme o seu agradecimento à instituição, justamente por considerar aquele espaço um local *seguro e acolhedor*, segundo suas próprias palavras. Quando suas filhas estavam no SESC, dizia ela, eram os únicos momentos em que ela conseguia trabalhar em paz, pois sabia que lá elas estariam bem. Assim, podemos visualizar, num exemplo desses, como os serviços oferecidos pela instituição têm importância sobre a vida do trabalhador, ao mesmo tempo, beneficiado e alienado por eles, no tocante à produtividade que se espera da sua força de trabalho:

Dentro da ótica do capital, os serviços sociais tornam-se, ainda, um reforço para a garantia dos elevados níveis de produtividade do trabalho exigidos pela elevação da composição orgânica do capital. Contribuem para manter um equilíbrio psicofísico do trabalhador, canalizando e antecipando a emergência de focos de tensão, que afetem a paz social necessária à potencialização do processo de exploração do trabalho (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 101. Grifo nosso).

O atual contexto da economia capitalista marca, com a expansão do capital por todo o mundo, o aprofundamento da Divisão Internacional do Trabalho, a submissão dos países aos interesses capitalistas, o recuo na organização dos trabalhadores e o aumento do chamado *desemprego estrutural*, o que tem provocado um crescimento considerável da massa de trabalhadores excluídos, o que, por sua vez, gera efeitos ainda mais perversos sobre a classe que (sobre)vive do trabalho. Isto, que é uma decorrência da crise capitalista atual, se soma aos efeitos das políticas neoliberais, que tendem a promover a desigualdade social como virtude de um novo patamar de acumulação e alocação de riqueza.

Em virtude disso, os trabalhadores empregados tendem a se sujeitar a condições de trabalho cada vez mais duras, “aceitando” muitas vezes se submeter a aumentos de jornada sem remuneração, para evitar aquilo que seria ainda pior: a perda do emprego. Os trabalhadores desempregados, por sua vez, vêem suas perspectivas ainda mais reduzidas por aqueles que aceitam trabalhar mais para preservar o seu salário, o seu emprego. Para os capitalistas, entretanto, o desemprego é uma vantagem, do ponto de vista individual, pois a competição entre os trabalhadores por empregos permite a sua super-exploração, que é a fonte para o aumento dos lucros, uma vez que a regra básica para fazer aumentar o lucro de uma empresa é fazer o trabalho “render ao máximo” e fazê-lo render o máximo é utilizar até o limite do possível a força de trabalho explorada.

Tais questões, para serem discutidas, precisam levar em consideração, portanto, as atuais transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho em decorrência da reestruturação do sistema capitalista e da conseqüente adoção de políticas sociais que vêm sendo pensadas pelo modelo de Estado mínimo, posto que novos valores morais – e, pois, políticos e sociais – são exigidos como forma de adequar os padrões de comportamento do trabalhador às mudanças na esfera da produção e da reprodução do capital, adotando novos modelos de gestão que imprimem mecanismos de controle e de socialização da cultura do trabalho. De acordo com César (1998, p. 123), “Esta socialização ocorre a partir de um acordo negociado em que os trabalhadores trocam, a priori, emprego, estabilidade e benefícios diferenciados pelo seu compromisso com os resultados esperados na produção”.

As políticas sociais, ao serem alteradas em suas orientações e em sua funcionalidade, em decorrência da política do Estado mínimo, que prevê cada vez menos investimentos na área social, provocam a formação de trabalhadores crescentemente vulneráveis às artimanhas de um sistema ao qual só interessam a acumulação de riqueza e a mais-valia, em que pesem as conseqüências nefastas que provocam ao trabalhador. Conforme Faleiros (1999, p. 154),

“Cada crise do capitalismo se manifesta de forma diferente, apesar de que sejam os trabalhadores que paguem, na maior proporção, o preço da reciclagem do capital com desemprego, fome e desproteção”.

Desse modo, a organização dos trabalhadores, que, no decorrer da história fora vista como capaz de constituir elemento responsável pela alteração da correlação de forças entre o capital e o trabalho, hoje, se reduz a tentar preservar os empregos existentes, resumindo-se, cada vez mais, a uma ação defensiva. E o que se vê, em muitos casos, são atos isolados sem maior amplitude de ação, a não ser a defesa e a negociação para que a massa trabalhadora tenha, em algumas situações, uma certa garantia para a permanência no emprego. Hoje, mais do que nunca, a classe que vive do trabalho tem cada vez mais reduzidas suas reivindicações a um único direito – ou melhor, ao pouco que ainda conserva, devido ao seu árduo empenho: o direito de ser explorado no trabalho, pois como já assinalado anteriormente, “[...] conseguir um emprego e deixar-se explorar é o sonho da imensa população de despossuídos” (PARO, 1999, p. 108). O receio em perder o emprego é tão grande que, em geral, um trabalhador é capaz de se tornar ainda mais submisso e dependente da empresa em que trabalha, de modo a garantir o mínimo de condições de vida a si e à sua família. Há casos relatados de funcionários que, mesmo apresentando problemas de saúde, negam-se ao direito à licença-saúde, por medo de serem vistos pelos colegas de trabalho e superiores como *funcionário corpo mole* (portanto, fora do padrão do funcionário *qualidade total*) e, por conseqüência, arriscarem-se à perda da exploração pela qual garantem a sua sobrevivência. O medo de perder o emprego e tornar-se ainda mais despossuído é tão grande que o trabalhador se vê obrigado a, muitas vezes, silenciar sobre sua própria dor.

A produção capitalista conjuga uma tendência a reduzir ao mínimo a permanência de trabalhadores em cada empresa e a elevar a pressão sobre os trabalhadores empregados

e mesmo a estabelecer requisitos ideológicos de ingresso ao emprego. O principal controle do trabalho consiste, neste sentido, em dispor da capacidade de empregar.

A própria estrutura das instituições prevê uma organização hierárquica, fundada no estímulo ao desempenho, à excelência, à competição exacerbada, à produtividade e à fidelidade aos objetivos e ideais do empresariado. Para tanto, o modelo de gestão hoje difundido pelo mercado de trabalho requer trabalhadores ainda mais submetidos ao capital, na medida em que a responsabilidade para alcançar os objetivos econômicos das empresas é vinculada ao controle sobre o desempenho e a produtividade do trabalhador. As novas modalidades de gestão da força de trabalho exigem, desse modo, a formação de um novo comportamento produtivo da classe trabalhadora, o que objetiva a criação de programas sociais que incentivem a maior produtividade do trabalho por meio da intensificação da jornada, da individualidade e da competição:

Podemos concluir que o processo de reestruturação aponta para a intensificação do controle sobre a força de trabalho, em função das novas estratégias de gestão utilizadas, seja pela propagação da participação e da parceria como formas de conjugar interesses e atenuar conflitos, seja pela crescente intervenção empresarial no âmbito da qualificação e na esfera da reprodução material da força de trabalho (CÉSAR, 1998, p. 124).

Neste sentido, é muito comum observamos, na instituição estudada – já que a mesma pertence à esfera privada –, a competitividade e a individualidade como práticas estimuladas entre os funcionários, onde o que interessa é atingir e, se possível, sempre que puder, ultrapassar a meta estipulada pela empresa, o que exige, como comportamento obrigatório, atitudes egoístas, justificadas pela busca apressada de resultados cada vez mais “eficientes”. Quando analisamos, por exemplo, o trabalho desenvolvido pelos professores que atuam no setor de educação da instituição – setor esse considerado prioritário pela mesma –, percebemos o quanto o professor é exigido pelos seus superiores (e por si mesmo) para ser sempre o melhor e o primeiro, seja na entrega dos relatórios, dos projetos, das cadernetas, ou mesmo quanto a aceitar as determinações impostas pela direção. Tal situação decorre do fato

de que é preciso *exibir trabalho* (ou seja, mostrar a *qualidade* do que faz), de modo que *esteja à altura* do padrão dos serviços oferecidos pelo órgão, uma vez que, “A característica principal do trabalho do SESC deve ser sempre a boa qualidade dos produtos, dos serviços, das instalações, dos métodos, das técnicas e dos recursos humanos” (SESC, 2004, p. 17).

Assim, a pessoa se vê na obrigação de trabalhar ao limite do possível, mesmo que já tenha cumprido suas tarefas, pois é rotina ser pressionada pelos mecanismos de cobrança (e, conseqüentemente, por si mesma), a dar tudo de si, sob pena de *não estar vestindo a camisa da instituição*, ou, em outras palavras, não ser capaz de colocar-se em sintonia com o discurso que apresenta esse serviço como um destacado compromisso social.

Nesse tipo de manipulação, muito comum dentro das empresas, a ameaça não é a da violência, embutida na repressão explícita; ela é a da violência *subjetiva*: perder o prestígio, fracassar, ser considerado pelos demais colegas de trabalho como um profissional incompetente, descomprometido, sem a capacidade e as habilidades necessárias para desenvolver um trabalho “inovador” e “criativo”, tal qual o mercado exige, hoje – e, portanto, perder o posto. E uma vez que, de acordo com a própria instituição, para que ela possa ter garantida a qualidade tão almejada, faz-se necessário reforçar, no corpo dos servidores de todos os níveis, “[...] o exercício intenso da criatividade na busca constante de melhores serviços, de novas técnicas, de soluções originais que resultem em maior qualidade e resultados melhores” (SESC, 2004, p. 17). Passa-se a exigir do profissional maior “adaptabilidade” e “perfeição”, justamente para que ele tenha que intensificar o ritmo de trabalho e oferecer à empresa uma produtividade ainda maior. Por isso é comum e freqüente o acúmulo de várias tarefas e funções como prova de “versatilidade” e “competência”. Há casos em que o profissional se vê tão envolvido dentro destes valores que passa a assumir o discurso da instituição como se fosse o seu próprio, como se ao defender os interesses do órgão no qual trabalha estivesse, ao mesmo tempo, defendendo os seus próprios interesses, o

que leva a muitos a ocuparem cargos mais “privilegiados” do que outros, pois no jogo da hierarquia de poder ganha aquele que melhor souber combinar obediência e servidão. Tal comportamento, observado em alguns funcionários, tem sido, por outro lado, motivo de descontentamento entre os colegas, pois muitos não conseguem reconhecer como legítimo as ordens daquele que até outro dia era um *igual a eles* .

Aquilo, então, que nas palavras da instituição poderia ser chamado de *política de valorização dos recursos humanos* , em virtude de acenar com a ascensão funcional aos que desenvolvem *méritos* para tal, passa a significar na prática a política da conveniência e da cooptação, pois só consegue ascender profissionalmente quem melhor coordenar individualismo, submissão e competição.

7. SÍNTESE E CONCLUSÕES

O objetivo deste estudo foi discutir o trabalho e as condições em que o mesmo se desenvolve na sociedade capitalista, analisando as ações das instituições de assistência social, em especial, as desempenhadas pelo SESC, diante das questões referentes à precarização do trabalho e da necessidade crescente imposta pelo capital de aumento da produtividade. Argumentamos que o papel desempenhado pelo SESC busca, em especial, atender aos interesses do segmento patronal do comércio, ao pretender por meio dos serviços prestados à classe trabalhadora garantir uma força de trabalho livre de efeitos indesejados que poderiam levar a uma diminuição da produtividade do trabalho, uma força de trabalho, portanto, integrada física e psiquicamente ao domínio do capital.

Antes de tecermos algumas conclusões a respeito desta problemática, devemos retomar o percurso de argumentação trilhado ao longo do texto. O *trabalho* é entendido como uma categoria central de análise, posto que é central nas relações dos homens com a natureza e com os outros homens, sendo essa a sua atividade vital. Isto quer dizer que, se o humano define-se pelo tipo de atividade que ele exerce para produzir ou reproduzir a vida, essa atividade vital é o trabalho – a atividade pela qual o homem garante a sua sobrevivência e por meio da qual a humanidade conseguiu reproduzir a vida humana. Hoje se discute a centralidade da categoria trabalho no mundo contemporâneo. As modificações das relações de trabalho teriam, segundo algumas teses, levado, inclusive, o trabalho a perder a característica de estruturação das relações sociais. No entanto, vimos no decorrer desse estudo, que as modificações no mundo do trabalho não significam transformações profundas nas relações sociais, especialmente, nas relações sociais de produção, não descaracterizando a centralidade da categoria trabalho.

Vimos, por outro lado, que, na sociedade capitalista, o trabalhador é intensamente explorado transformando-se, mesmo, em mais uma mercadoria. Se o trabalho, como atividade

essencial e vital traz a possibilidade de realização plena do homem enquanto tal (humanização), a exploração do trabalho determina um processo inverso, de alienação. Sob a exploração do trabalho, os homens desumanizam-se, há uma quebra na possibilidade de, pelo trabalho, promover a humanização dos homens.

Esse processo de degradação do trabalho se encontra, entretanto, de forma mais agudizada em sociedades de capitalismo tardio, como é o caso da sociedade brasileira, uma vez que o surgimento e crescimento do modo de produção capitalista, nessas sociedades, não se deu, como já exposto no segundo capítulo, por força das contradições e do desenvolvimento interno desses países, mas em virtude da expansão da economia dos países centrais, o que gerou um processo de desigualdade social ainda maior do que ocorre nos mesmos, daí porque ter sido desenvolvida toda uma reflexão em torno da organização da sociedade capitalista e do papel desempenhado pelo Estado em países periféricos, já que nesses países o Estado assume o papel de assegurar alguns elementos necessários à construção de um mercado de trabalho ajustado aos interesses da economia mundial capitalista.

O processo de constituição e formação da sociedade burguesa no Brasil, discutido no terceiro capítulo, trouxe, por outro lado, uma análise do processo de constituição e formação da sociedade capitalista brasileira, de modo que pudéssemos compreender como o Brasil ingressa nesse cenário, assim como, também, discutir quais foram as bases para o surgimento das escolas para os trabalhadores e/ou serviços de assistência, destinadas a atender, na verdade, as necessidades de geração de lucro e, pois, de capital.

É por essa razão que quando se apresenta a discussão em torno das instituições de assistência social, elas são inseridas no contexto da relação entre o Estado e as Políticas Sociais, de modo que possamos compreender como se efetivam as formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais capitalistas, uma vez que interessa ao Estado capitalista moderno a regulação de políticas e programas sociais que procuram manter

sob controle a classe trabalhadora, dado o sistema de acumulação capitalista engendrar em seu desenvolvimento ações que buscam, essencialmente, a reprodução permanente da força de trabalho.

A análise da ação desenvolvida pelo SESC revela a estrutura de um sistema paralelo de manutenção e garantia do controle social, assim como declara os espaços vazios deixados propositalmente pelo Estado. O SESC apresenta mesmo um papel que busca adequar a força de trabalho às necessidades da produção, servindo como um instrumento que estará diretamente subordinado à racionalidade econômica e empresarial capitalista. Ao oferecer serviços básicos e atividades de lazer contribui para amenizar as neuroses que afetam o trabalhador submetido a grandes pressões no ambiente de trabalho, constatando-se, deste modo, que assistência social na ótica da sociedade capitalista constitui um esteio ideológico que se volta ao atendimento da acumulação de capital.

O Serviço Social desenvolvido nessa instituição revela, portanto, na prática, a promoção da adaptação dos indivíduos às demandas da organização presente, o que implica afirmá-lo como serviço necessário e indicativo de uma nova concepção do Serviço Social (ou da necessidade dela), que se encontra distante de desenvolver uma ação teórica comprometida com uma prática social verdadeiramente voltada aos interesses de defesa do trabalhador.

Todas essas questões debatidas acima vêm mostrar, dessa forma, que o papel que o SESC ocupa no cenário social, político e econômico vai muito além da simples oferta de serviços de assistência social à população menos favorecida. É um papel que atende aos interesses do capital, dos grandes empresários que, em uma época como essa, na qual as condições de trabalho e o nível do emprego se encontram, cada vez mais, precarizados, exige como fundamental e, até mesmo, urgente – do ponto de vista do interesse dos grandes capitalistas – aumentar o oferecimento de serviços sociais considerados básicos, como forma

de reverter os efeitos das contradições engendradas pelo capital e, assim, perpetuar a exploração do trabalho, embora que à custa das desigualdades sociais.

Nesse trabalho busquei, mais do que entender o lugar do SESC no cenário das políticas de assistência social, entender ao que servem os serviços oferecidos pela instituição, cuja clara conotação política, assentada em um discurso ideológico bem sedimentado, revelou-se, ao longo da elaboração do mesmo, uma ação bem articulada a favor dos interesses da classe dominante, em que pese ser o SESC uma instituição dita como voltada aos interesses da classe trabalhadora.

Não se quer com isto, contudo, desmerecer o trabalho e o empenho com que muitos funcionários dedicam-se à realização das atividades sociais que desenvolvem; se quer, ao contrário, evidenciar que esses funcionários que lá trabalham, também são submetidos à intensificação dos males que, hoje, assolam toda a classe que sobrevive do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. *Trabalho e Mundialização do Capitalismo*: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Práxis, 1999.
- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *O Caracol e Sua Concha*: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BANDEIRA, M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (dois séculos de história). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BEAUD, M. *História do Capitalismo – de 1500 Aos Nossos Dias*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENEDETTI, M. *No Te Salves*. Disponível em <<http://www.los-poetas.com/d/bene.htm>>. Acesso em fevereiro de 2007.
- BRECHT, B. *Canção do Remendo e do Casaco*. Disponível em <www.mepr.org.br/cultura/brecht.htm>. Acesso em fevereiro de 2007.
- BUARQUE, C. (1976). *Vai Trabalhar Vagabundo*. Disponível em <<http://www.chicobuarque.com.br>>. Acesso em fevereiro de 2007.
- CAMPOS, L. *Saúde: o Diagnóstico do Diagnóstico*. Brasília: Senado Federal, 1996.
- _____. *A Crise completa: A Economia Política do Não*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. *Violência*. Brasília: Senado Federal, 1996.
- CHAVES, A. P. B. *Do Assistencialismo à Reconceitualização: o Serviço Social ao Encontro da Classe Operária*. In: AMAZÔNIDA. *Revista do curso de mestrado em Serviço Social/UFPA*. Ano 1. n. 1, janeiro/junho, 2000. Belém: EDUFPA.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CIGNOLLI, A. *Estado e Força de Trabalho: Introdução à Política Social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COHN, A, et al. *Acidentes do Trabalho: Uma Forma de Violência*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DRAIBE, S. *Rumos e Metamorfoses – Estado e Industrialização no Brasil (1930-1960)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- ENGELS, F. *Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*. In: _____. *Obras escolhidas: Karl Marx e Friedrich Engels*. v. 2. São Paulo: Alfa – Omega, s.d.
- _____. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 13ª edição. Rio de Janeiro:

Bertrand Brasil S.A, 1995.

FALEIROS, V. *O Que é Política Social*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. 1988.

_____. *O Trabalho da Política: Saúde e Segurança dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *A Política Social do Estado Capitalista*. São Paulo: Cortez, 2000.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GAGNEBIN, J-M. *Pesquisa Empírica da Subjetividade e Subjetividade da Pesquisa Empírica*. In: *Psicologia e Sociedade* (revista). São Paulo: ABRAPSO, v. 13, n. 2, jul./dez., 2001. p. 49-57.

GENTILI, P. *Adeus à Escola Pública: A Desordem Neoliberal, a Violência do Mercado e o Destino da Educação das Maiorias*. In: _____. *Pedagogia da exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação*. Petrópolis: RJ, 1995, p. 228-52.

HOBBSAWM, E. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HUNT & SHERMAN. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

HUGON, P. *História das Doutrinas Econômicas*. São Paulo: Atlas, 1985.

LASCH, CH. *Refúgio Num Mundo sem Coração. A Família: Santuário ou Instituição Sitiada?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEAL A. *Aspectos Ligados à Produção Histórica do Conhecimento Científico e da Tecnologia*. Belém: datil, inédito. 1989.

_____. *Bernard De Mandeville – Notas Sobre a Sua Visão da Classe Trabalhadora no Capitalismo*. Belém: Opúsculo, s/d, a. Inédito.

_____. *Grandes Projetos Amazônicos – Base Conceitual*. Belém: s/d, b. Inédito.

_____. *Grandes Projetos Amazônicos – O Caso Ford do Tapajós*. Belém: s/d, c. Inédito.

_____. *Grandes Projetos Amazônicos – O Caso ICOMI*. Belém: s/d, d. Inédito.

LEO MAAR, W. *Da Subjetividade Deformada à Semiformação Como Sujeito*. In: *Psicologia e Sociedade* (revista). São Paulo: ABRAPSO, v. 13, n. 2, jul./dez., 2001. p. 92-141.

MARX, K. *A lei geral de acumulação capitalista*. In: _____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. V. 1., livro I, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *Trabalho Assalariado e Capital*. São Paulo: Global, 1987.

_____. *Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, K e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: MORAES, 1984.

MATHIAS, G; SALAMA, P. *O Estado Superdesenvolvido: Das Metrôpoles ao Terceiro Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MORAES, V. (1956) *Operário em Construção*. Disponível em <<http://www.viniciusdemoraes.com.br>>. Acesso em fevereiro de 2007.

OFFE, C. *Trabalho Como Categoria Sociológica Fundamental?* In: **Trabalho e sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas Para o Futuro da Sociedade do Trabalho**. v. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

ORGANICISTA, J. *O Debate Sobre a Centralidade do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OSER, J; BLANCHFIELD, W. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Atlas, 1983.

PARO, V. *Parem de Preparar Para o Trabalho!!! Reflexões Acerca dos Efeitos do Neoliberalismo Sobre a Gestão e o Papel da Escola Básica*. In: FERRETTI C, REIS, Jr, OLIVEIRA, M. *Trabalho, formação e currículo: Para Onde Vai a Escola?* São Paulo: Xamã, 1999. p. 101-20.

RAGO, M. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SESC e SENAC. *Tudo o Que Você Precisa Saber Sobre Senac e Sesc: 50 anos valorizando o trabalhador do comércio (1946/1996)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, s/d.

SESC. *A Trajetória do Serviço Social do Comércio no Pará, no Período de 1947 a 1996*. Relatório de pesquisa. Belém: mimeo, 1998.

SESC. *Educação: Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental no SESC (1ª a 4ª série)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 2001.

SESC. *Diretrizes Gerais de Ação do SESC*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 2004.

SESC. Disponível em <www.sesc.com.br/main.asp?ViewID={697D1A4D-1B8C-4F82-AFAC-4CABB2491088}&u=u>. Acesso em fevereiro de 2007a.

SESC. Disponível em <www.rr.sesc.com.br/imprensa07.htm>. Acesso em fevereiro de 2007b.

SESC. Disponível em <www.sesc.com.br/main.asp?ViewID={4FAC4249-5154-4FCD-

[AA18-4CEFB10D2EE7}&Mode=1&u=u](#)>. Acesso em fevereiro de 2007c.

SESC. Disponível em <[www.sesc.com.br/main.asp?ViewID={6AC4C69E-E700-426B-8663-1E2C53926A80}&Mode=1&u=u](#)> Acesso em fevereiro de 2007d.

SESC. Disponível em <[www.sesc.com.br/main.asp?ViewID={34020CAD-6061-4FD6-B13B-5A1F05F2790F}&Mode=1&u=u](#)> Acesso em fevereiro de 2007e.

SESC. Disponível em <[http://www.sesc.com.br/main.asp?TeamID={A2AFC839-FF8D-4249-BFC2-550E05C6791D}&u=u](#)> Acesso em fevereiro de 2007f.

SESC. Disponível em <[www.sesc.com.br/main.asp?TeamID={3055D256-4C22-40E7-99D6-D4E8EE2D155A}&u=u](#)> Acesso em fevereiro de 2007g.

SESC. Disponível em <[www.sesc.com.br/main.asp?ViewID={8168325E-BE8D-4973-9280-57E680D0CB36}&u=u](#)> Acesso em fevereiro de 2007h.

SILVA, M. *Trabalho Médico e o Desgaste Profissional*. Disponível em <[http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000265418](#)>. Acesso em fevereiro de 2006.

VERDELHO, V. *Sinais dos Tempos*. In: _____. *Retratos do Brasil*. São Paulo: Política Editora de Livros e Revistas, v. 1, 1984.

VIEIRA, E. *Estado e Miséria Social no Brasil: De Getúlio a Geisel*. São Paulo: Cortez, 1985.

WEIL, S. *A Condição Operária e Outros Escritos Sobre a Opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.